

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	4
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	5

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	6
2.3 - Outras Informações Relevantes	9

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições Não Contábeis	11
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	15
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	16
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	18
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	19
3.7 - Nível de Endividamento	20
3.8 - Obrigações	21
3.9 - Outras Informações Relevantes	22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	24
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	33
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	36
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	45
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	46
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	47
4.7 - Outras Contingências Relevantes	49

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	51
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	52
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	54
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	57
5.4 - Programa de Integridade	59
5.5 - Alterações significativas	62
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	63
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	64
6.3 - Breve Histórico	65
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	68
6.6 - Outras Informações Relevantes	69
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	70
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	80
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	81
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	83
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	101
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	102
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	114
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	115
7.8 - Políticas Socioambientais	116
7.9 - Outras Informações Relevantes	117
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	118
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	120

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	121
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	122
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	123
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	124
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	125
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	129
9.2 - Outras Informações Relevantes	131
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	133
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	159
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	163
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	166
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	167
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	171
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	173
10.8 - Plano de Negócios	174
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	177
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	178
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	179
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	180
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	189
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	192
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	193

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	194
12.7/8 - Composição Dos Comitês	200
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	202
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	203
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	209
12.12 - Outras informações relevantes	210

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	211
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	214
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	218
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	219
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	220
13.6 - Opções em Aberto	221
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	222
13.8 - Precificação Das Ações/opções	223
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	224
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	225
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	226
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	228
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	229
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	230
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	231
13.16 - Outras Informações Relevantes	232

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	233
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	234
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	235
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	238
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	239
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	240
15.3 - Distribuição de Capital	247
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	248
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	249
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	255
15.7 - Principais Operações Societárias	256
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	257
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	258
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	259
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	267
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	269
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	270
17.2 - Aumentos do Capital Social	271
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	272
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	273
17.5 - Outras Informações Relevantes	274
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	275

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	276
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	281
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	282
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	283
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	284
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	285
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	286
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	287
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	288
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	289
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	290
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	291
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	292
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	294
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	295
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	296
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	297
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	298
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	300
21.4 - Outras Informações Relevantes	301

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Mauro do Valle Pereira

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ronei Gomes

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Portobello Grupo

Declaração do Diretor Presidente

Mauro do Valle Pereira, brasileiro, casado, CPF nº 376.466.139-91, e Carteira de Identidade nº 3.879.178-1, expedida por SSP/SC, com endereço na SC-401, nº4756, Saco Grande em Florianópolis, SC; na qualidade de Diretor Presidente da **PBG S/A**. (“Companhia”), vem nos termos do anexo 24 da Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009, declara que:

- a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia referente ao ano de 2020;
- b) Todas as informações contidas no Formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Mauro do Valle Pereira
Diretor Presidente

Portobello Grupo

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Ronei Gomes, brasileiro, casado, CPF nº 691.383.119-68, e Carteira de Identidade nº 2.224.580, expedida por SSP/SC, com endereço na SC-401, nº4756, Saco Grande em Florianópolis, SC; na qualidade de Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da **PBG S/A**. (“Companhia”), vem nos termos do anexo 24 da Instrução CVM nº480, de 7 de dezembro de 2009, declara que:

- a) Reviu o Formulário de Referência da Companhia referente ao ano de 2020;
- b) Todas as informações contidas no Formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.



Ronei Gomes

Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

As declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com investidores estão disponíveis, respectivamente, no item 1.1 deste Formulário de Referência.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

As declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com investidores estão disponíveis no item 1.1 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0015-17
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorários, pelos serviços de auditoria Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes prestados totalizaram R\$ 160 mil.
Justificativa da substituição	Em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14 de fevereiro de 2019, foi aprovada a contratação pela Companhia, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação do serviço de auditoria independente a partir do exercício social de 2019, em substituição a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A referida troca deve-se a melhores condições comerciais à época da proposta de renovação.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não possui discordância.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcelo de Figueiredo Seixas	01/01/2018	014.906.477-24	

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0024-17
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorário, pelos serviços de auditoria prestados totalizaram de R\$ 305 mil, sendo R\$ 286 mil serviço de auditoria e R\$ 19 mil serviço de consultoria.
Justificativa da substituição	Não possui.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não possui discordância

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	01/01/2019	174.820.538-24	Avenida Rio Branco, 847, 4 andar, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (11) 36742030, Fax (11) 36742030, e-mail: leandro.camilo@pwc.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração, referente a honorário, pelos serviços de auditoria prestados totalizaram de R\$ 513 mil sendo R\$ 354 mil de serviço de auditoria e R\$159 mil de serviço de consultoria
Justificativa da substituição	Não possui.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não possui

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
LEANDRO SIDNEY CAMILO DA COSTA	01/01/2019	174.820.538-24	

2.3 - Outras Informações Relevantes

Em uma reunião realizada pelo Conselho de Administração da Portobello, em 10 de março de 2020, foi aprovado a recontração da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), referente ao exercício de 2020, sendo iniciada a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) do primeiro trimestre. A Companhia permanece com serviço, dentro do escopo abrangente, que engloba o trabalho executado de acordo com as aprovações de escopo de auditoria independente e condições comerciais alinhadas às propostas de mercado para a renovação do contrato.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	417.168.111,00	367.636.124,08	362.119.932,04
Ativo Total	916.700.943,68	1.836.292.001,34	1.622.155.077,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.331.780.464,97	1.114.269.177,73	1.054.189.964,00
Resultado Bruto	460.441.628,21	362.618.682,45	405.600.241,00
Resultado Líquido	128.199.519,67	13.163.246,92	134.311.810,47
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	154.529.361	158.488.517	158.488.517
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,269960	2,284834	2,283758
Resultado Básico por Ação	0,297964	0,082830	0,847265
Resultado Diluído por Ação	0,83	0,08	0,85

3.2 - Medições Não Contábeis

a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA/EBITDA (“Lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização” ou “*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*”) e LAJIR/EBIT (“Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido” ou “*Earnings before interest, and taxes*”) com a finalidade de apresentar uma medida de seu desempenho econômico operacional. Essas medidas consistem no resultado líquido do período, acrescido dos tributos, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

O LAJIDA/EBITDA é de divulgação voluntária, de natureza não contábil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos. A medida foi apurada no valor de R\$ 175.379 mil, 128.891 mil e R\$ 288.013 mil para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018, respectivamente. O LAJIR/EBIT foi apurado no valor de R\$ 115.579 mil, 75.071 mil, R\$ 244.404 mil para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, de 2019, e de 2018.

A Companhia utiliza também outra medição não contábil que se refere ao LAJIDA/EBITDA Ajustado e LAJIR/EBIT Ajustado, essa medição retira do montante de LAJIR/EBIT e de LAJIDA/EBITDA, os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. Para os períodos dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018 os montantes de LAJIDA/EBITDA Ajustado foram R\$ 174.579 mil, 75.912 mil e R\$ 114.918 mil respectivamente. Os montantes do LAJIR/EBIT Ajustado foram de R\$ 114.779 mil, 22.092 mil, R\$ 71.314 mil e os montantes de LAJIDA/EBITDA Ajustado foram R\$ 174.579 mil, 75.912 mil e R\$ 114.918 mil respectivamente.

O ROCE (*Return On Capital Employed*), obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo capital empregado no negócio composto pelo passivo de longo prazo mais patrimônio líquido, atingiu nos períodos de 2020, 2019 e 2018 respectivamente 8,9%, 6,1% e 20,1%.

Por fim, a Companhia realiza também a avaliação do ROCE Ajustado, o qual é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado pelo capital empregado no negócio. As porcentagens de ROCE Ajustado nos períodos de 2020, 2019 e 2018 foram de 8,9%, 1,8% e 5,9%, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

- **Composição do EBIT (LAJIR) e margem operacional/EBIT:**

Composição do EBIT (LAJIR) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro Líquido	128.242	13.163	134.311
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.677)	(13.204)	62.002
(+) Resultado Financeiro	30.014	75.112	48.091
EBIT (LAJIR)	115.579	75.071	244.404
Receita Operacional Líquida	1.331.780	1.114.269	1.054.190
<i>Margem operacional (EBIT) %</i>	8,7%	6,7%	23,2%

3.2 - Medições Não Contábeis

- Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado e margem operacional/EBIT Ajustado:**

Composição do EBIT (LAJIR) Ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro Líquido	128.242	13.163	134.311
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.677)	(13.204)	62.002
(+) Resultado Financeiro	30.014	75.112	48.091
EBIT(LAJIR)	115.579	75.071	244.404
Itens não recorrentes (1)	(800)	(52.979)	(173.090)
EBIT(LAJIR) Ajustado	114.779	22.092	71.314
Receita Operacional Líquida	1.331.780	1.114.269	1.054.190
<i>Margem operacional (EBIT) %</i>	8,6%	2,0%	6,8%

- Composição do EBITDA (LAJIDA) e margem EBITDA:**

Composição do EBITDA (LAJID) (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro Líquido	128.242	13.163	134.311
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.677)	(13.204)	62.002
(+) Resultado Financeiro	30.014	75.112	48.091
(+) Depreciação e Amortização	59.800	53.820	43.609
EBITDA	175.379	128.891	288.013
Receita Operacional Líquida	1.331.780	1.114.269	1.054.190
<i>Margem EBITDA %</i>	13,2%	11,6%	27,3%

- Composição do EBITDA Ajustado (LAJIDA) e margem EBITDA Ajustado:**

Composição do EBITDA AJUSTADO (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018

3.2 - Medições Não Contábeis

Lucro Líquido	128.242	13.163	134.311
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.677)	(13.204)	62.002
(+) Resultado Financeiro	30.014	75.112	48.091
(+) Depreciação e Amortização	59.800	53.820	43.609
EBITDA	175.379	128.891	288.013
Expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS	-	(45.900)	(55.802)
Polo Ativo	(16.200)	(7.079)	(126.995)
Provisão/reversão ações cíveis	-	-	8.494
Provisão/reversão ações trabalhistas	-	-	1.520
Provisão/reversão ações tributárias	-	-	1.500
Créditos extemporâneos	-	-	(3.948)
Custos parada de fábrica	-	-	2.141
COVID (Custos e Ociosidade)	28.600		
Outros Ganhos Judiciais	(13.200)		
Total de itens não recorrentes	(800)	(52.979)	(173.090)
EBITDA AJUSTADO	174.579	75.912	114.923
Receita Operacional Líquida	1.331.780	1.114.269	1.054.190
<i>Margem EBITDA AJUSTADO %</i>	13,1%	6,8%	10,9%

(1) Os itens não recorrentes são compostos principalmente por ganhos tributários como por exemplo o expurgo do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS e custos de ociosidade, conforme especificado na tabela acima.

- Composição do ROCE e do ROCE Ajustado**

Composição do ROCE e ROCE ajustado (Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
EBIT/LAJIR	115.579	75.071	244.404
CAPITAL EMPREGADO	1.293.668	1.222.568	1.218.087
Passivo de Longo Prazo	876.484	854.932	855.967
Patrimônio Líquido	417.184	367.636	362.120
ROCE	8,9%	6,1%	20,1%
EBIT/LAJIR		75.071	244.404

3.2 - Medições Não Contábeis

	115.579		
Itens não recorrentes (1)	(800)	(52.979)	(173.090)
EBIT/LAJIR AJUSTADO	114.779	22.092	71.314
CAPITAL EMPREGADO	1.293.668	1.222.568	1.218.087
Passivo de Longo Prazo	876.484	854.932	855.967
Patrimônio Líquido	417.184	367.636	362.120
ROCE ajustado	8,9%	1,8%	5,9%

c) Motivos pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A Companhia entende que a utilização do LAJIDA/EBITDA é mais apropriada para a correta compreensão de sua situação econômica e financeira, auferindo de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, embora possam ser calculados de maneiras distintas.

A Companhia calcula o LAJIDA/EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, ("Instrução CVM 527"), onde determina que no cálculo do LAJIDA/EBITDA e do LAJIR/EBIT deve ser considerado o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O LAJIDA/EBITDA é uma informação adicional às suas demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às informações auditadas, pois não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido e aos fluxos de caixa operacionais.

O LAJIDA/EBITDA Ajustado corresponde ao LAJIDA/EBITDA excluindo os itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período conforme especificado no demonstrativo deste item 3.2., do formulário de referência, sub-item "b" contendo as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

O ROCE tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado e é obtido através da divisão do LAJIR/EBIT pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido) e o ROCE Ajustado que tem por objetivo determinar o nível de eficiência de uma companhia na aplicação do capital nela empregado desconsiderando o efeito dos itens não recorrentes auferidos pela Companhia durante o período. O ROCE Ajustado foi calculado através da divisão do LAJIR/EBIT Ajustado considerando os itens não recorrentes pelo total do capital empregado (passivo de longo prazo mais patrimônio líquido).

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A Companhia identificou do período do fechamento de exercício de 2020 até a data de publicação das Demonstrações Financeiras, os seguintes eventos subsequentes:

a) Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 20 de janeiro de 2021, foi aprovada a antecipação do pagamento dos dividendos referente ao primeiro semestre de 2020. O pagamento ocorreu no dia 9 de fevereiro de 2021, totalizando R\$ R\$ 17.278 mil (dezessete milhões, duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e três reais e quinze centavos), sendo R\$ 0,11181398 por ação, representando 25% do lucro apurado pela Companhia.

b) Foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de janeiro de 2021, o cancelamento de 3.959.156 ações em tesouraria, oriundas do programa de recompra, representando 100% das ações autorizadas a compra, conforme nota explicativa nº 31.2. O cancelamento das ações foi readequado com parte dos saldos da Reserva de Lucros.

c) Na mesma Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de janeiro de 2021, foi aprovado um novo programa de recompra de ações, com duração de 365 dias, encerrando-se em 21 de janeiro de 2022. Esse novo programa prevê que poderão ser adquiridas até 6.999.658 ações, o que corresponde a 9,6% das ações em circulação e 4,4% do total de ações da Companhia.

d) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante de R\$ 60.894 mil para pagamento de remuneração aos acionistas, dos quais R\$ 17.278 mil já adiantados em 09 de fevereiro de 2021, na forma de dividendos. O remanescente totalizando R\$ 43.615 mil, que foram pagos no dia 13 de maio de 2021, da seguinte forma:

- Dividendos no montante de R\$ 26.220 mil, correspondente ao valor R\$ 0,180437307 por ação ordinária.
- Juros sobre capital próprio no valor líquido de imposto de R\$16.996 mil, correspondente ao valor R\$ 0,115204461 por ação ordinária. Estima-se que o valor do imposto de renda em R\$ 2.549 mil, totalize o valor bruto de R\$ 19.545 mil, correspondente ao valor R\$ 0,132485130 por ação ordinária.

e) No dia 27 de abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social com a utilização de reservas de lucro, no montante de R\$ 50.000 mil, totalizando o novo capital social em R\$ 250.000 mil.

f) No dia 12 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de administração foi aprovado o cancelamento de 6.999.658 ações em tesouraria, oriundas do programa de recompra.

Na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de novembro de 2021, foi aprovado a antecipação do pagamento de dividendos no valor de R\$ 80.870 mil, equivalente a R\$ 0,5736 por ação, a ser calculado com base na posição detida pelos acionistas em 19 de novembro de 2021, sendo as ações negociadas "ex" dividendos a partir de 22 de novembro de 2021. O pagamento será realizado no dia 30 de novembro de 2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Exercício Social encerrado em:	2020	2019	2018
a) Regras sobre a retenção de lucros	A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Prevista na lei 6.404/76, art. 196 e no Estatuto Social, art. 37, alínea c, a Reserva para Retenção de Lucros pode ser constituída mediante orçamento de capital previamente aprovado. Poderá ainda ser formada conforme previsto no art. 195 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social, art. 37, alínea b, a Reserva para Contingência, mediante proposta dos órgãos da administração. Além das reservas citadas não há outras previstas pelo Estatuto Social da Companhia. Aplicam-se ainda todas as outras reservas de lucros dispostas na Lei 6.404/76.		
Valor total das reservas de lucros	R\$250.941 mil	R\$ 184.036 mil	R\$ 235.960 mil
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia (art.37 alínea d) correspondem a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação à Reserva Legal e demais deduções e acréscimos previstos no art. 202, II e III da Lei 6.404/76. O estatuto também prevê no art. 38 a possibilidade da Companhia pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, através do tópico 8.1 estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido. Os valores distribuídos nos períodos foram com base em 50% do lucro líquido ajustado, exceto para 2018 em que foi acordado com os acionistas a distribuição de 25% do valor.		
Valores dos dividendos e juros sobre capital próprio	R\$ 60.894 mil	R\$ 6.236 mil	R\$ 31.892 mil
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	O artigo 39 do Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.		
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia tem restrições à distribuição de dividendos impostas em casos de não cumprimentos de cláusulas de Covenants apresentadas em contrato firmado junto ao Banco Alemão DEG.		
e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação dos resultados formalmente aprovada. Porém, no Estatuto Social a destinação dos lucros é definida com: a) 5% dos lucros líquidos apurados serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e d) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculado sobre o		

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório. Entretanto, em conformidade com o acorde de acionistas, durante a vigência do mesmo, será distribuído um montante equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei e conforme o disposto no item 8.1. do acordo de acionistas).</p>
--	--

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	121.789.257,30	12.472.136,41	127.567.716,17
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	50,000000	50,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	30,700000	3,600000	37,100000
Dividendo distribuído total	60.894.485,45	6.236.068,20	31.891.929,04
Lucro líquido retido	60.894.771,85	6.236.068,20	95.675.787,12
Data da aprovação da retenção	27/04/2021	28/04/2020	02/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	16.996.079,92	13/05/2021			5.946.394,06	29/08/2018
Ordinária					11.837.578,83	30/04/2019
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	43.898.405,53	13/05/2021	6.236.068,20	20/11/2020	15.708.319,93	30/04/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não houve declaração de dividendos na conta de lucros retidos ou reservas nos últimos três exercícios sociais.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	1.617.104.000,00	Índice de Endividamento	3,87623690	
	0,00	Outros índices	2,28899120	Índice apurado através da divisão da dívida bancária líquida em pelo LAJIDA/EBITDA do exercício. A dívida bancária líquida corresponde ao saldo dos empréstimos e financiamentos (curto e longo prazo) deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. Índice obtido a partir da divisão da dívida líquida pelo LAJIDA/EBITDA.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		105.627.457,35	247.758.994,40	11.904.010,12	1.349.074,56	366.639.536,43
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		97.454.557,32	139.036.548,84	37.216.816,04	54.922.909,14	328.630.831,34
Títulos de dívida	Quirografárias		21.883.408,72	12.477.811,84	0,00	0,00	34.361.220,56
Total			224.965.423,39	399.273.355,08	49.120.826,16	56.271.983,70	729.631.588,33
Observação							
Diferença da demonstração financeira do ano de 2020 publicado é de R\$ 1.865.686,27, que refere-se às contas despesas apropriação debêntures, não considera como abatimento nas garantias.							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Impacto do COVID – 19

A PBG, diante da pandemia do COVID-19 está monitorando seus impactos sobre seus funcionários, operações, economia global, fornecimento e demanda de seus produtos e serviços. Para isso, a Companhia criou um comitê nomeado de “Comitê de Crise”, para acompanhar os avanços da pandemia e adequar suas operações.

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção do COVID-19, reforçando os protocolos de higiene, informando sobre o tema em seus canais de comunicação e seguindo todas as orientações de prevenção sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as determinações governamentais nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

A Administração vem avaliando de forma constante o impacto da pandemia nas operações e da solidez patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Através do Comitê de Crise, também implementou uma série de ações com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade, dentre elas:

- Fortalecimento da posição de caixa através da captação de linhas de crédito bancárias (nota explicativa nº 23) e do ajuste do plano anual, reduzindo despesas e suspendendo investimentos não essenciais.
- Proteção às operações, adequando a produção com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas (SC), Marechal Deodoro (AL) e a gestão dos estoques de forma a resguardar as relações comerciais e suprir as demandas dos nossos clientes, adaptando a organização, produção, logística e transporte de colaboradores, assim como garantindo distanciamento seguro e evitando aglomerações.
- Prorrogação temporária dentro do ano de prazos de clientes, parcialmente mitigados com prorrogação junto a fornecedores e prorrogação de impostos, já normalizados ao final do 4º trimestre.
- Análise criteriosa de *impairment* de ativos, onde a Companhia manteve R\$ 10.310 milhões (nota explicativa nº 8) de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa e não identificou necessidade de *impairment* os ativos financeiros e nos estoques, tendo tomado por base projeções atualizadas disponíveis na data de fechamento destas demonstrações que justificam a manutenção dos valores.
- Adoção de férias e suspensão dos contratos de trabalho de abril a maio/2020 para a área industrial, através da MP 936, bem como redução de 25% na jornada de trabalho e nos salários para a área administrativa. Ao final do mês de julho, tanto a área industrial quanto a administrativa estavam operando com todas as suas unidades e capacidade.
- No entanto, as restrições geradas pela pandemia não foram suficientes para impactar os números no ano de 2020, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia priorizou a manutenção de caixa para enfrentar as incertezas nos cenários e instabilidade dos mercados e com este contexto a Companhia teve uma rápida retomada de suas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia conhece e acredita que possa influenciar a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos. Caso esses riscos venham a se materializar, a reputação, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos podem ser adversamente afetados.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos inerentes aos segmentos em que atuam que são resultantes de possíveis alterações das condições competitivas, econômicas, políticas, sociais e climáticas que podem prejudicar seus negócios, os resultados das suas operações ou a sua situação financeira. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, nas nossas demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como os fatores para os fins exclusivamente desta seção “4. Fatores de Risco”, a menção ao fato de que um risco poderá incorrer em um “efeito adverso” para a Companhia significa que este poderá ou poderia causar efeito negativo relevante nos seus negócios e, conseqüentemente, no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Apesar disso, outros riscos não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir:

a) com relação à Companhia:

Riscos relacionados à nossa estrutura operacional.

Atualmente, a Companhia possui quatorze (confirmar) unidades operacionais produtivas e seis centros de distribuição em funcionamento localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, responsáveis pela comercialização e distribuição integral dos produtos da Companhia. Se a operação normal das plantas produtivas ou de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID19), entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

A volatilidade do cenário político-econômico brasileiro pode impactar diretamente o ambiente de negócios e os resultados financeiro e operacional da Companhia.

O cenário político-econômico no Brasil pode trazer instabilidade aos negócios da Companhia, impactando a realização do seu planejamento estratégico, impedindo a melhor aplicação dos ativos e impossibilitando os investimentos no longo prazo.

Variáveis como crescimento econômico, inflação, renda, taxa de juros, condições de crédito, câmbio, política fiscal, os mercados de capitais e de empréstimos, disponibilidade de profissionais específicos, entre outros, podem impactar os resultados da Companhia.

O cenário político pode influenciar o ambiente econômico nacional, seja em função das políticas monetária, fiscal e cambial conduzidas pelo governo brasileiro ou em função de crises institucionais que reduzem a confiança dos investidores e aumentam a volatilidade dos mercados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proliferação da pandemia de COVID-19 continua sendo um sinal de preocupação para a economia global, apesar da diminuição das taxas de infecção e das vacinas distribuídas em todo o mundo. Embora esses

Riscos tenham diminuído principalmente para países desenvolvidos, podendo reduzir o interesse dos investidores nos ativos no Brasil e em outros países nos quais fazemos negócios, o que afetaria de forma adversa o valor dos ativos e o preço das ações da Companhia.

Greve no transporte pode resultar em problemas logísticos para recebimento de insumos e escoamento dos produtos

Para escoamento da sua produção e recebimento de insumos, a Companhia utiliza rodovias. Em caso de greve no sistema de transporte a Companhia poderia enfrentar problemas em receber insumos para produção e escoar os produtos. Esses fatos podem gerar a impossibilidade de entregas nos prazos definidos, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Falhas nos sistemas de tecnologia de informação

As operações da Companhia estão diretamente ligadas ao uso dos sistemas da tecnologia de informação, para o registro das vendas, apoio na geração de relatórios financeiros, ferramentas da web, controle de custos e estoques, contas a pagar e contas a receber, entre outros. Possíveis falhas na execução desses sistemas poderão afetar as operações e o desempenho da Companhia de forma adversa.

Caso haja violação externa de seus sistemas, podem ocorrer outros riscos, como vazamentos e/ou perda de informações financeiras e de dados pessoais. Adicionalmente, qualquer interrupção ou lentidão dos sistemas de informação poderia causar perda ou atraso no processamento de informações. Como por exemplo: dados relacionados a solicitações de clientes, ou a entrega de determinadas informações aos clientes com atraso ou erros, o que poderia reduzir a procura pelos serviços e produtos.

A Volatilidade dos mercados pode impactar negativamente no valor médio e na atratividade das ações da Companhia

Uma vez que se trata de um investimento em renda variável, há a implicação em riscos. Logo, ao adquirir ações de emissão da Companhia, o investidor se sujeitará à volatilidade dos mercados de capitais. Essas características poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito adverso nos preços das ações.

Eventuais falhas na execução e atrasos na execução da estratégia de crescimento poderão afetar adversamente a Companhia

Vários fatores podem interferir na execução da estratégia de crescimento, bem como, das demais operações da Companhia e de suas controladas: aumento da inflação; taxas de juros; taxas de câmbio; variações nos custos e principais insumos, incluindo disponibilidade de matéria prima e variações nos preços; impactos e variações nos ciclos econômicos nacionais, notadamente em construção civil; variação nos níveis de renda e emprego; políticas fiscais; disponibilidade de mão de obra qualificada; restrições resultantes da pandemia do COVID-19, entre outros. A ocorrência de um ou mais desses eventos poderá gerar o atraso na execução da estratégia de crescimento da Companhia, ocasionar paralisação, parcial ou temporária, das linhas de produção, aumentar os custos de produção, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e nos expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento de vendas

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o ritmo de crescimento de vendas, por estar sujeita a diversos fatores, como: (i) capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) confiança do consumidor na Companhia, pois um declínio nesta percepção pode levar o consumidor a priorizar concorrentes em

detrimento da Companhia; (iv) situação econômica nos mercados onde a Companhia está localizada, pois um cenário adverso pode impactar negativamente a demanda pelos produtos oferecidos pela Companhia;

(v) mudanças nas políticas de crédito, propaganda e marketing, que se não forem assertivas podem influenciar negativamente a propensão de consumo, afetando adversamente as vendas; (vi) concorrência que pode utilizar de práticas, como uma precificação abaixo do usualmente visto no mercado, prejudicando o crescimento das vendas; (vii) cenário econômico mundial influenciando a economia nacional em decorrências de diversas frentes, desde crises políticas que limitam a confiança de investidores e refletem na decisão de consumo. A Companhia não tem controle sobre esses fatores e poderá ser afetada adversamente.

Violação de obrigações contratuais previstas em contratos de financiamento “covenants”

Como a Companhia recorre a bancos e ao mercado de capitais na busca de crédito para o financiamento das suas operações, os agentes financiadores incluem dispositivos contratuais com vistas à manutenção de indicadores financeiros em determinados patamares que garantam a liquidez da Companhia para fazer frente às obrigações assumidas, mais conhecidos como “covenants”.

Estes itens, quando não observados, podem acionar cláusulas de vencimento antecipado das linhas de crédito assumidas, se assim desejarem as contrapartes que possuam contratos com tais cláusulas. Adicionalmente, a obrigação de evitar a inobservância de tais cláusulas implica na limitação, pela gestão, de decidir sobre a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo estatutário, pela alienação de bens, realização de operações de fusões ou aquisições e também de propor/negociar junto às instituições financeiras, oportunamente e por período determinado, um *waiver* para tal indicador, com o compromisso de retomar aos patamares acordados em determinado período.

A alteração de membros da nossa alta administração, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais

Nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante nos negócios. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave, inclusive em virtude da inabilitação de administradores decorrentes de eventuais processos, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. Nosso sucesso também depende de nossa habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se não formos capazes de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, bem como se perdermos os serviços de quaisquer membros da alta administração, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, conseqüentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A extensão e desmembramento de pandemias podem gerar crises na saúde pública e na economia

O negócio da Companhia pode ser afetado de modo adverso por crises públicas de saúde e/ou caos generalizado sobre possíveis novas crises. Recentemente testemunhamos o surto da pandemia do Coronavírus de 2020 ("COVID-19") que está impactando negativamente toda a economia global e consecutivamente o mercado de capitais. Nós, assim como outras companhias, não estamos imunes a esse risco, que pode impactar as nossas operações por tempo indeterminado, seja por medidas impostas pelo governo ou por adotadas pela própria Companhia, além de nossas operações, toda a cadeia de fornecedores pode ser comprometida por um período de tempo indeterminado até que as execuções das

atividades voltem a ser seguras. Também não é possível assegurar que novas pandemias globais não venham a ocorrer, causando efeitos adversos na saúde pública, na economia e, por consequência, nos negócios da Companhia.

Decisões desfavoráveis associadas a possíveis perdas nos processos judiciais e/ou administrativos podem afetar adversamente a Companhia

Atualmente a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais, conforme detalhado neste formulário (Item 4.3). Caso ocorram decisões desfavoráveis e/ou caso as perdas sejam significativamente superiores aos montantes provisionados, existe o risco de impacto na condição financeira da Companhia. Vale ressaltar que não é possível garantir que os resultados dos processos sejam favoráveis à Companhia, visto que envolve forças externas ao seu ambiente. Além disso, a Companhia não pode assegurar que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos reputacionais à Companhia.

Redução da oferta ou aumento de exigências para obtenção de linhas de crédito

Em caso de redução de oferta, as linhas de crédito podem se tornar caras ou mesmo com elevados níveis de exigência. Em ocorrendo tais fatores, a possibilidade de captação de recursos de forma competitiva é reduzida bem como em caso de refinanciamento. Esses fatos geram a possibilidade de não obtenção, através do mercado, de recursos financeiros necessários para honrar os vencimentos vigentes, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

É possível que não possamos renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas.

Grande parte dos imóveis onde funcionam as lojas e a totalidade de nossos centros de distribuição é objeto de contrato de locação. Nós podemos ser adversamente afetados se não conseguirmos negociar com sucesso os contratos de locação, atuais ou futuros, em condições aceitáveis; se não conseguirmos apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não satisfizemos as condições acima elencadas, ou, ainda, se os contratos de locação em localidades consideradas como relevantes não forem renovados (por decisão judicial ou não) ou se forem renovados em condições menos favoráveis às atuais. Nós podemos ser obrigados a desocupar a propriedade, se não conseguirmos chegar a um acordo na renovação, ou caso nosso locador decida vender sua propriedade e nós não consigamos alcançar um acordo com o novo proprietário, ou que não consigamos firmar tal acordo em condições que consideremos favoráveis. Portanto, a perda de qualquer de nossas localizações estratégicas, incluindo por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de nossas lojas, pode afetar adversamente nossas operações, resultados financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de nossa marca.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Atraso na adoção de Inovações Tecnológicas

A Companhia visa acompanhar as tendências no mercado tecnológico para sempre manter sua operação alinhada ao mercado, apesar de não ser possível prever o momento em que as novas tecnologias serão lançadas ao mercado de consumo e consecutivamente o momento exato de adoção das novas tecnologias por parte de nossos clientes. O atraso na adoção de novas tecnologias produtivas pode levar a redução de competitividade versus mercado, enquanto o atraso na adoção de inovações de Digital e TI podem levar a piora na experiência de venda ao cliente e operação de venda em loja.

Centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo

Atualmente, a Companhia possui seis centros de distribuição em funcionamento localizados nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Todas as mercadorias que vendemos são distribuídas por meio desses centros de distribuição. Se a operação normal de um desses centros de distribuição for interrompida por qualquer motivo, incluindo fatores que estão além do nosso controle, como questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, tais como incêndios e desastres naturais, contaminação e resíduos sólidos), falta de energia, roubos ou furtos, falha nos sistemas, restrição de circulação de bens e pessoas em decorrência de pandemias (como, por exemplo, a COVID19), entre outros, somente poderíamos realizar a distribuição parcial de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas controladores.

Os gestores não detectaram risco ao negócio, pois foi protocolado na Companhia em fevereiro de 2019 um acordo de acionistas com cerca de 54% do capital votante, com validade de vinte anos, podendo ser renovado automaticamente por dois períodos iguais e sucessivos de vinte anos e restrições por cinco anos para negociação das ações integrantes deste bloco.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

Eventuais vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam ocorrer, podem causar volatilidade devido à baixa liquidez atual, e impactar adversamente o valor de mercado das ações.

d) Com relação a suas controladas e coligadas:

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis solidários das dívidas trabalhistas de fornecedores terceirizados.

e) Com relação a seus fornecedores

A utilização do gás natural, o principal item para a produção de cerâmica, tem seus preços ligados ao petróleo e ao câmbio, mesmo a compra sendo em moeda local. Por enquanto, o uso de alternativa energética ainda possui um custo mais alto.

Aumento de preços de matérias primas e insumos decorrentes de eventual desequilíbrio de oferta e demanda, variação na legislação que regula a tributação dos insumos, e flutuações de taxa de câmbio, podem aumentar a volatilidade operacional da Companhia. Ressalte-se, no entanto, que se tais mudanças ocorrerem, elas afetam os vários players do segmento, o que significa que a competitividade relativa da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia é preservada. Atualmente, a composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2020		2019		2018	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumos - Nacionais	124.370	23,3%	221.043	33,8%	308.182	48,3%
Insumos - <i>Outsourcing</i>	87.396	16,4%	102.736	15,7%	41.205	6,5%
Energia/Gás Natural	146.480	27,5%	161.804	24,7%	128.249	20,1%
Mão de Obra	141.048	26,4%	141.327	21,6%	129.191	20,3%
Depreciação e Amortização	34.136	6,4%	27.458	4,2%	31.013	4,9%
Total	533.430	100%	654.368	100%	606.917	100%

f) Com relação aos clientes da Companhia:

A inadimplência de clientes para vendas a prazo pode afetar os resultados da Companhia.

As vendas a prazo são comuns no mercado em que a Companhia opera, dessa maneira, o desempenho da economia, associado à diminuição das linhas de financiamento e risco de crédito dos clientes influenciam os níveis de inadimplência, impactando os recebíveis da Companhia.

A Companhia reconhece montantes voltados para provisão de crédito de liquidação duvidosa e entende que esta provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber, sendo seu valor representado pela estimativa de risco de não realização dos recebíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 0,3% (2,4% para 2019 e 0,8% para 2018) dos seus recebíveis classificados como provisão para perda.

Caso ocorra uma taxa de inadimplência maior que a estimada, que tem sido historicamente baixa, ou qualquer deterioração do risco de crédito de clientes, poderá causar um efeito adverso sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Companhia.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

O consumo de produtos cerâmicos está profundamente ligado ao desempenho do setor de construção civil, imobiliário e do varejo de material de construção, que dependem das disponibilidades de crédito e incentivos aos consumidores e construtores. Em caso de haver agravamento neste cenário poderá haver um efeito adverso na demanda por produtos e nos resultados operacionais da Companhia. Cumpre ressaltar que o setor possui um consumo cíclico, onde os produtos cerâmicos são consumidos na última fase do ciclo médio da construção civil.

A empresa tem foco em suas atividades no setor de construção civil no Brasil e do exterior. Desta forma, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia são integralmente dependentes do ritmo de negócios desse segmento que, historicamente, pode ser afetado positiva ou negativamente por intervenções do Governo Federal, principalmente no que tange a concessão de crédito através dos bancos públicos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A construção civil também pode ser impactada pelo nível de confiança do consumidor, além de outras situações que afetaram o nível de novos lançamentos de edifícios pelas construtoras, como por exemplo, investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Política Federal em relação a corrupções envolvendo o setor de construção civil.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no seu setor de atuação e possui concorrentes relevantes nos principais mercados em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação de mercado e sua rentabilidade.

Uma deterioração no ritmo dos negócios do setor de Construção Civil pode impactar negativamente as operações da Companhia e conseqüentemente seu nível de receita. Essa desaceleração poderá ser causada pelo alto nível de desemprego registrado em um dos principais mercados de atuação da Companhia, o mercado brasileiro que atualmente registra uma taxa de desemprego de 13,5%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A carga tributária sobre os produtos cerâmicos, como exemplo o IPI que teve a redução dos percentuais das alíquotas incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado, cujo risco seria um aumento repentino das alíquotas, influenciando diretamente as vendas da Companhia.

A regulamentação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) pode afetar o suprimento de matérias primas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a regulamentação ambiental, incluindo licenças, autorizações e alvarás. Não é possível assegurar que novas regulamentações ou regulamentações existentes nas federais, estaduais e municipais não possam interferir na condução normal das atividades da Companhia e de suas controladas, incorrendo em novos custos.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Não possuímos controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às nossas atividades, incluindo as relativas a requerimentos de capital mínimo; investimento em capital fixo; limites e outras restrições de crédito; gestão de riscos; contábeis e estatísticos; dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa nossas operações e rendimento.

i) Com relação às questões socioambientais:

A produção da Companhia pode ser impactada negativamente devido à falta de abastecimento de gás natural, por ocasião de enchentes ou outros eventos naturais que possam causar danos dos gasodutos que abastecem os estados de Santa Catarina e de Alagoas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em se tratando da empresa de mineração detida pela Companhia, as operações estão sujeitas a regulamentação ambiental, incluindo licenças, autorizações e alvarás. Não é possível assegurar que novas regulamentações ou regulamentações existentes nas esferas federais, estaduais e municipais não possam interferir na condução normal das atividades da Companhia e de suas controladas, incorrendo em novos custos.

Outros riscos podem ser destacados no campo para as empresas de mineração seriam a falta de energia e água no seu processo produtivo, visto que esses são itens essenciais para a produção.

Por fim, as operações ligadas à cadeia produtiva possuem uma propensão de grau de risco maior nos ambientes industriais e para minimizar os riscos, a empresa entende que saúde e segurança são interdependentes e que os treinamentos técnicos e de conscientização são chave para a melhoria dos indicadores em ambas as áreas.

A gestão eficiente das políticas e ferramentas de saúde e segurança são indispensáveis para alcançar e sustentar as melhorias, a gestão envolve políticas corporativas e análise de indicadores centralizadas, combinada com a aplicação das políticas e controle dos números implementada pela liderança de cada área.

j) Riscos relacionados ao Coronavírus

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, a COVID-19, começou na China continental e, desde então, se espalhou por vários países. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia de surto de COVID-19.

Durante o mês de março de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram bloqueios ou outras restrições para conter o vírus e várias empresas suspenderam ou reduziram as operações.

A Companhia pode enfrentar novas restrições impostas pelos reguladores e autoridades, dificuldades relacionadas com absenteísmo de empregados que resultariam em insuficiência de contingente para operar, interrupção da nossa cadeia de suprimentos, deterioração da saúde financeira dos seus clientes, custos e despesas mais elevados associados à suspensão do trabalho dos contratados em projetos não essenciais, dificuldades operacionais, tais como a postergação da retomada de capacidade de produção devido a atrasos em inspeções, avaliações e autorizações, entre outras dificuldades operacionais.

O cenário atribui incertezas quanto à possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes. Dessa forma, os negócios podem ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de desemprego e consequente redução da renda e do poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, o agravamento da situação do déficit das contas públicas em relação ao PIB com a expansão da política fiscal promovida pelo governo; o rebaixamento de ratings de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco; a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio; bem como instabilidades sociais e políticas e outras consequências de ordem econômico financeiras. Adicionalmente, não temos previsibilidade quanto à extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos mencionados

l) Riscos relacionadas a LGPD e riscos cibernéticos

A nova Lei Geral de Proteção de Dados pessoais, Lei Federal nº 13.709/18, estabeleceu diversas obrigações para que as empresas que atuem no mercado brasileiro tratem dados pessoais. Apesar de a companhia não utilizar o tratamento de dados pessoais para geração de receita, diversos são os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

procedimentos internos, indispensáveis ao bom funcionamento da companhia, que dependem, direta ou indiretamente, do tratamento de dados pessoais. A companhia vem adotando as melhores práticas para adequação de seus processos, mas dada a carência de regulação ou de precedentes dos tribunais sobre o tema, novas normas ou entendimentos dos tribunais quanto à aplicação da LGPD podem impactar a companhia.

Os controles internos são adaptados às operações e atividades da Companhia. Entretanto, podem acontecer interrupções totais ou parciais nos sistemas operacionais, como consequência de circunstâncias de inadequação dos sistemas, falhas, defeitos, não conformidades, processos e controles, bem como, riscos cibernéticos, lapsos humanos, desvio de conduta ética, fraude ou violação de leis, códigos e normativos internos e deficiências operacionais. A Companhia não pode assegurar que seus processos de controles serão suficientes para evitar situações de não conformidade.

Qualquer um desses eventos poderá sujeitar a Companhia, a despesas, multas, litígios, investigações, perdas de licenças operacionais, entre outros, impactando negativamente os resultados e a reputação corporativa da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta referem-se basicamente àqueles do curso normal de seus negócios, também descritos no item 4.1.

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia são, em geral, indexados às taxas de CDI, SELIC e índices de inflação além das variações de taxas de câmbio.

As vendas são normalmente feitas por negociações isoladas, sem a necessidade de contratos de longo prazo. Os prazos de venda são relativamente curtos, a preços fixos em reais, exceto na exportação ou distribuição realizada fora do Brasil, onde a maior parte das vendas é precificada em dólar e uma parcela pequena em euro. Como a Companhia atua através de quatro canais de venda (rede de lojas franqueadas e próprias, lojas multimarca, construtoras/incorporadoras, exportação e distribuição fora do Brasil). Não há regulamentação sobre preços de venda no setor. Os principais tributos incidentes sobre as vendas da Companhia no mercado interno são o ICMS, o IPI (1%), PIS e COFINS

i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic. Em 31 de dezembro de 2020 a Administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 2,88% ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e da Selic para 2,88% ao ano. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano (os valores abaixo estão em milhares de reais, exceto os percentuais):

		Consolidado em Reais						
31 de dezembro de 2020		Risco	Taxa Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	326.325	Alta CDI	2,88%	9.398	3,60%	11.748	4,32%	14.097
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(223.304)	Alta CDI	2,88%	(6.431)	3,60%	(8.039)	4,32%	(9.647)
Debêntures	(198.258)	Alta CDI	2,88%	(5.710)	3,60%	(7.137)	4,32%	(8.565)
Parcelamento de obrigações tributárias	(44.007)	Alta Selic	2,88%	(1.267)	3,60%	(1.584)	4,32%	(1.901)
	(139.244)			(4.010)		(5.013)		(6.015)

* Índices Selic e CDI extraídas do site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 15 de março de 2021.

ii) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 a Administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI para 2,88% ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e da Selic para 2,88% ao ano. e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então agravada em

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

25%,50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Apresentamos a seguir a simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro (os valores abaixo estão em milhares de reais, exceto os percentuais):

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2020		Cenário Provável	Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
	(Pagar)	Receber		Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
	Dólar	Reais	5,4899	6,8624	8,2349	4,1174	2,7450
Contas a receber	11.344	58.951	5.207	16.040	32.079	(16.040)	(32.079)
Conta corrente	4.215	21.904	1.935	5.960	11.919	(5.960)	(11.919)
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(6.062)	(31.502)	(2.783)	(8.571)	(17.142)	8.571	17.142
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(9.453)	(49.124)	(4.339)	(13.366)	(26.732)	13.366	26.732
(-) Contrato de Swap	2.717	14.119	1.247	3.842	7.683	(3.842)	(7.683)
Exposição líquida	2.761	14.348	1.267	3.904	7.808	(3.904)	(7.808)
	Euro	Reais	6,6719	8,3399	10,0079	5,0039	3,3360
Contas a receber	197	1.256	75	333	666	(333)	(666)
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(1.012)	(6.454)	(384)	(1.710)	(3.419)	1.710	3.419
Fornecedores de imobilizado e intangível	(7.071)	(45.098)	(2.684)	(11.946)	(23.891)	11.946	23.891
Exposição líquida	(7.886)	(50.296)	(2.994)	(13.322)	(26.645)	13.322	26.645

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa futura provável do euro e do dólar para 90 dias, obtida junto ao site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 15 de março de 2021.

A Companhia mantém a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações de acordo com a diretriz do conselho de administração. .

iii) Risco de mercado, crédito e liquidez

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Tesouraria e a Diretoria financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia e suas controladas mantém controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

O risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados descontados e estão em milhares de reais:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	223.908	34.803	295.244	9.354	563.309	231.984	14.465	205.395	11.765	463.609
Entre um e dois anos	210.603	11.963	151.364	9.354	383.284	357.412	7.328	124.754	22.880	512.374
Entre dois e cinco anos	215.592	24.878	18.357	25.298	284.125	159.998	3.273	-	20.933	184.204
Acima de cinco anos	77.663	1.538	-	-	79.200	6.982	-	-	-	6.982
	727.766	73.182	464.965	44.006	1.309.919	756.376	25.066	330.149	55.578	1.167.169

Os riscos descritos acima são inerentes ao ambiente em que a Companhia está inserida, no entanto, é prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e ao acompanhamento do cenário macroeconômico, ajustando suas estratégias operacionais conforme necessário, de forma a minimizar o efeito sobre os seus negócios de forma adversa.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 210 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 96 são processos administrativos e 114 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto.

Processo nº 10983-721.445/2014-78	
Juízo	Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	CARF – Recurso Especial
Data de instauração	10/11/2014
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados.
	1ª Instância – Autuação julgada procedente
	2ª Instância – CARF – Parcial provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia, para afastar o lançamento fiscal sobre a exclusão da receita tributável proveniente de benefícios fiscais.
	Instância Superior - Após o julgamento do recurso voluntário, tanto a Companhia quanto a Fazenda Nacional manejaram os Recursos Especiais à Câmara Superior de Recursos Fiscais – CARF, que atualmente aguardam julgamento.
Principais fatos	
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

 Processo nº 11516.721813/2019-61

Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Instância	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil
Data de instauração	01/08/2019
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração que constituíram créditos tributários de contribuição previdenciária por ter a Cia. deixado de recolher e declarado os valores correspondentes a contribuição social de que trata o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91, especificamente a contribuição adicional para custeio e aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de seus segurados empregados ao agente nocivo RUÍDO.

1ª Instância – Aguarda julgamento da impugnação apresentada.

Principais fatos	
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

 Processo nº nº 0381149-88.2010.8.19.0001

Juízo	17ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ
Instância	17ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro/RJ
Data de instauração	02/10/2020
Partes no processo	Autor: Estado do Rio de Janeiro Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	1ª Instância - A Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal, os quais foram julgados procedentes. 2ª Instância - Em sede de recurso de apelação manejado pelo Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça ratificou a sentença de primeira instância, mantendo, portanto, a procedência dos Embargos à Execução Fiscal.

Instâncias Superiores - A Fazenda Pública interpôs Recurso Especial, não tendo sido admitido. Em razão da inadmissibilidade, a Fazenda apresentou recurso que foi desprovido. Decisão transitada em julgado. Aguardando arquivamento, pois ainda persiste a cobrança de honorários sucumbenciais, em face do Estado do Rio de Janeiro, do escritório contratado pela Companhia

Principais fatos	
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 0,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10983-721.445/2014-78	
Juízo	Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Data de instauração	10/11/2014
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calandários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados.
Principais fatos	1ª Instância – Autuação julgada procedente 2ª Instância – CARF – Parcial provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia, para afastar o lançamento fiscal sobre a exclusão da receita tributável proveniente de benefícios fiscais. Instância Superior - Após o julgamento do recurso voluntário, tanto a Companhia quanto a Fazenda Nacional manejaram os Recursos Especiais à Câmara Superior de Recursos Fiscais – CARF, que atualmente aguardam julgamento.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 73.855.682,46

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

 Processo nº nº 11516.721813/2019-61

Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
Instância	Delegacia da Receita Federal do Brasil
Data de instauração	01/08/2019
Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Autos de Infração que constituíram créditos tributários de contribuição previdenciária por ter a Cia. deixado de recolher e declarado os valores correspondentes a contribuição social de que trata o artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91, especificamente a contribuição adicional para custeio e aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de seus segurados empregados ao agente nocivo RUÍDO.
Principais fatos	1ª Instância – Aguarda julgamento da impugnação apresentada pela Companhia.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 10.432.739,15

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 249 reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros. As ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais

 Processo nº 0000411-74.2014.5.12.0040

Juízo	1ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú (SC)
Instância	TST – Recurso Revista
Data de instauração	06/03/2014
Partes no processo	Autor: Sindicato Emp. Ind. Cer. e Const. Tijucas Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de parcial procedência para reconhecer o direito aos empregados substituídos que laboram nos respectivos setores e funções identificadas no laudo o adicional de insalubridade conforme grau fixado pelo perito, a incidir sobre o salário mínimo, no período de cinco anos pretéritos ao ingresso da presente demanda, com reflexos em horas extras, férias com 1/3, 13º salários, FGTS e a multa, esta última quando for o caso. Abatam-se eventuais pagamentos a iguais títulos, inclusive sob a rubrica VPNI
	2ª Grau - Acórdão TRT 12ª Região - NEGAR-LHE PROVIMENTO

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 828.710,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020.

Processo nº 02630-2005-045-12-00-7

Juízo	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú (SC)
Instância	2ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú (SC)
Data de instauração	12/05/2005
Partes no processo	Autor: Valmir Alexandre Ré: PBG S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	Reclamatória trabalhista em que requereu a fixação de indenização por danos materiais (pensão vitalícia), acrescidas de gratificação natalina e terço constitucional de férias, indenização por danos morais e estéticos.
Principais fatos	1ª Grau IMPROCEDENTE

2ª Grau - Acórdão TRT 12ª Região - DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para afastar a prescrição biennial declarada pelo Juízo a quo; condenar a ré no pagamento de: a) indenização por danos morais e estéticos ao autor no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), já atualizados até esta data; b) pensão mensal ao autor, no importe de R\$ 266,50 mensais (20% do valor do último salário do obreiro), a ser paga desde 22 de maio de 1982 (data do acidente) até a data em que completar o autor 75 anos de idade (nos limites da inicial) ou até a data de seu falecimento, o que primeiro sobrevier, acrescida de gratificação natalina e 1/3 de férias, respeitados os reajustes da categoria desde então, sendo as parcelas vencidas pagas de uma só vez; c) com fulcro no art. 475-Q do CPC, a constituir capital cuja renda garanta o pagamento do valor das prestações da pensão mensal; d) deferir ao autor os benefícios da justiça gratuita. Determinar: 1) sejam os juros sobre a indenização por danos morais e estéticos aplicados a partir do ajuizamento da ação, como determina o § 1º do art. 39 da Lei n.º 8.177/91; 2) pensão mensal corrigida a partir da época própria, conforme determina a Súmula n.º 381 do Egrégio TST; 3) seja o valor da indenização por danos morais e estéticos corrigido a partir da data da publicação do acórdão. Arbitrar o valor provisório à condenação em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$1.070.139,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 458 ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

Processo nº 5014615-66.2012.404.7201	
Juízo	2ª Vara Federal de Joinville
Instância	STJ – Agravo que inadmitiu Recurso Especial.
Data de instauração	23/10/2012
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de improcedência 2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – Acórdão de parcial provimento ao Apelo da União para, condenação ao pagamento de indenização à União, pelos danos materiais causados em decorrência da exploração ilegal de minérios, que deve ser arbitrada em 50% (cinquenta por cento) do valor obtido com a extração irregular (a ser apurado oportunamente, tendo como base de cálculo a mesma adotada para o recolhimento da CFEM durante o período, observada a prescrição), deduzido o montante já recolhido a título de CFEM. Apuradas a ocorrência de dano ambiental e a viabilidade de recuperação da área degradada, por meio do pertinente PRAD, este deverá ser executado, após a aprovação pelo órgão competente, a fim de que seja restabelecido, na medida do possível, o status quo ante. E o desempenho de qualquer atividade no local deverá ser precedida, necessariamente, de licenciamento, com o respectivo EIA/RIMA. STJ – Aguarda julgamento ao recurso de Agravo interposto em face decisão que inadmitiu os Recursos Especiais manejados pelas Partes.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 1.904.431,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5003588-47.2012.404.7214	
Juízo	1ª Vara Federal de Mafra
Instância	STF – Agravo contra decisão denegatória de Recurso Extraordinário
Data de instauração	15/04/2013
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens, ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de PARCIAL PROCEDÊNCIA para indenizar a União pelos danos patrimoniais decorrentes da extração irregular de argila, no período de 2002 a 2010, observada a prescrição quinquenal e o valor de R\$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos) por tonelada de argila em fevereiro 2011, cujo montante total deverá ser apurado e atualizado em liquidação do julgado 2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – Acórdão de parcial provimento ao Apelo da União e negar provimento ao recurso de apelação apresentado pela Mineração Portobello. Apresentado recursos especial e extraordinário. STJ – Recursos especiais denegados provimento. STF – Aguarda julgamento dos Agravos interpostos contra decisões denegatórias dos Recursos Extraordinários das Partes.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 3.430.807,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020.

Processo nº 5005926-57.2017.4.04.7201	
Juízo	6ª Vara Federal de Joinville
Instância	TRF 4ª Região – Recurso de Apelação
Data de instauração	155/2017
Partes no processo	Autor: Advocacia Geral da União Ré: Mineração Portobello LTDA
Valores, bens ou direitos envolvidos	
Principais fatos	1ª Grau – Sentença de reconhecendo a prescrição e decadência. 2º Grau – TRF 4ª REGIÃO – O Recurso de Apelação interposto pela União foi julgado para negar provimento. A União interpôs Recurso extraordinário, que admissibilidade.
Chance de perda	Provável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo
Impacto financeiro
Valor provisionado* R\$ 1.699.179,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020.

Processo nº 5002112-40.2013.4.04.7213

Juízo 2ª Vara Federal de Rio do Sul
Instância TRF 4ª Região – Recurso de Apelação
Data de instauração 19/06/2013

Partes no processo Autor: Advocacia Geral da União
Ré: Mineração Portobello LTDA

Valores, bens ou direitos envolvidos

Principais fatos 1ª Grau – Sentença de parcial procedência para condenar a Mineração Portobello ao pagamento de R\$ 99.448.

2º Grau – O recurso de apelação interposto pela Mineração Portobello foi desprovido, enquanto que o recurso manejado pela União foi parcialmente provido para determinar a alteração do termo inicial dos juros moratórios. Ainda, a Mineração Portobello obteve provimento noutra recurso para que, do valor a ser indenizado sejam expurgados os valores de CFEM já recolhidos. Apresentado recursos especial e extraordinário pela Mineração Portobello LTDA.

Chance de perda Provável

Análise do impacto em caso de perda do processo
Impacto financeiro
Valor provisionado* R\$ 907.453,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020.

Processo nº 0001746-52.2011.8.24.0072

Juízo 2ª Vara Federal de Rio do Sul
Instância Superior Tribunal de Justiça
Data de instauração 29/04/2011

Partes no processo PBG S/A e outros

Procuradoria da Fazenda Nacional

Valores, bens ou direitos envolvidos Trata-se de ação declaratória proposta com vistas à obter provimento jurisdicional para a descaracterização de grupo econômico entre a PBG S/A e as demais empresas dos Acionistas Controladores

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos	1ª Instância - Ação julgada improcedente.
	2ª Instância - Recurso de Apelação desprovido.
	Instâncias Superiores - Aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro
Valor provisionado*	R\$ 1.287.326,00

* Saldo do valor provisionado em 31 de dezembro de 2020.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia e suas Controladas não são partes em processos administrativos, judiciais ou arbitrais movidos em face ou por seus administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Até o presente momento a Companhia não foi comunicada sobre a existência de processos sigilosos.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

(i) Processos Tributários

A Companhia e suas controladas figuram como requerentes ou requeridas em 210 ações, no âmbito da Justiça Comum, Justiça Federal e na Receita Federal, dos quais 96 são processos administrativos e 114 processos na esfera judicial, compreendendo apenas o risco possível e remoto, conforme descrito no item 4.3 (i).

a) ATIVOS TRIBUTÁRIOS POSSÍVEIS

-Polo Ativo

O ativo tributário refere-se ao reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". Apresentada manifestação da Fazenda Nacional que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 mil (base agosto/15) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056 mil. Em setembro de 2018, o valor da execução foi homologado pelo juízo da 6ª Vara Federal de Brasília. O valor foi apurado em R\$ 220.260 mil, base novembro de 2018.

A Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração nº 11, realizada em 30 de setembro de 2019, que aprovou a negociação deste ativo tributário, constituído através da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, tendo como valor original da importância de R\$ 180.708 mil, base agosto de 2015, que após submetido aos índices legais de correção monetária pelos órgãos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o valor deste ativo tributário passou a ser de R\$ 200.549 mil, base junho de 2019.

A Companhia, considerando que o crédito executado já ter sido objeto de concordância pela Contadoria Judicial, tendo sido homologados os valores apresentados pela Companhia e, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial anexadas ao processo em março/2020, em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação técnica acerca das impugnações apresentadas pela União Federal, realizou o reconhecimento da parcela tida como controverso no valor de R\$ 75.107 mil concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de "Dívidas com pessoas ligadas" foi constituído no valor de R\$ 56.330 mil referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1.737 mil referentes a PIS e COFINS, R\$ 3.380 mil referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4.166 mil, sendo este quitado em outubro de 2020.

(ii) Processos Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 249 reclamações trabalhistas, que versam sobre insalubridade, movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

(iii) Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 458 ações cíveis, no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos para a liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se, em meados de 2009, definindo o marco extintivo desse incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a "Refinadora".

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e a "Refinadora" firmaram instrumento confirmando tais créditos como garantia, assim como que eles estariam aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2020, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 101.809 mil (R\$ 100.935 mil em 31 de dezembro de 2019) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já foram convertidos em precatórios e a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505 mil, R\$ 9.824 mil, R\$ 9.995 mil e R\$ 10.000 mil, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 mil em complemento à parcela 04. As parcelas 05, 06, 07, 08 e 09, já estão depositadas para a "Refinadora".

Este precatório foi dado em penhora em processos de execuções fiscais movidos contra a Companhia, cuja origem foram as glosas das referidas compensação levadas a efeito.

Dada a impossibilidade de levantamento parcial dos valores depositados relativos a esse precatório, foi determinada pelo Juízo da 7ª vara Federal do Distrito Federal, em julho de 2019, a transferência de numerários, de modo que a aludida penhora realizada por meio do precatório fosse substituída por pecúnia.

No dia 8 de setembro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente o pedido da PBG S.A. em recurso especial e terminativo cuja decisão implica na extinção dos processos de execuções fiscais, ora garantidos em pecúnia, de precatório cedido em dação em pagamento por parte da Refinadora Catarinense S.A. Assim, a extinção das execuções fiscais possibilita o equacionamento da dívida, pois permitirá (i) o levantamento dos valores penhorados (R\$ 89.517 mil); (ii) a aplicação de deságio estabelecido no contrato de dação em pagamento (R\$ 8.307 mil); e (iii) o pagamento em dinheiro pela Refinadora Catarinense S.A. (R\$ 4.166 mil), dando quitação da dívida (R\$ 101.990 mil).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em setembro de 2020, a Companhia e a Refinadora Catarinense S.A. formalizaram o Termo de Quitação referente ao contrato de dação em pagamento firmado em 2009, não havendo obrigações residuais a serem cumpridas pela Refinadora Catarinense S.A.

O acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça referente ao julgamento que ensejou a extinção das execuções fiscais, o que, por consequência, possibilita o levantamento dos valores que garantiam as aludidas execuções transitou em julgado na data de 8 de setembro de 2020.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados
Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia ainda não possui política de gerenciamento de risco. Entretanto, a Companhia está em implementação de seus processos, incluindo a área de controles internos para estabelecer a política de gerenciamento de riscos. A previsão é que esse processo seja completado até abril de 2022. Atualmente, os riscos são gerenciados através de uma estrutura organizacional que envolve as áreas do Jurídico, Financeiro, Diretoria e o Conselho de Administração. Os instrumentos atualmente utilizados para gestão de risco são:

Políticas Internas

- Definem ações e estratégias sólidas para a condução dos negócios, assim como conduzir, gerir e orientar os colaboradores para atingirem os objetivos esperados pela Companhia.

Código de Ética e Conduta

- O Código de Ética é compartilhado com o público interno, o que orienta e dá transparência às relações com a marca. Um Comitê de Ética e a Coordenação de *Compliance* apoiam a governança da empresa na aplicação e cumprimento dos princípios éticos;
- Objetiva estabelecer os princípios éticos que atendem a visão, a missão e os valores da Companhia;
- Normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas de nossos colaboradores;
- Tendo em vista que a Companhia passa por um processo de implementação de programa de *compliance*, bem como sua divulgação interna e externa através do endereço eletrônico dedicado ao canal de denúncias.

Código de Conduta de Fornecedores

- A Companhia conta com um Código de Conduta de Fornecedores que unifica o entendimento sobre as diretrizes que norteiam os negócios realizados pela Companhia e por seus fornecedores.

Contratação de apólices de seguros

- Inclui cláusula de lucros cessantes, visando a transferência de parcela dos riscos à terceiros.

Plano Orçamentário Anual com validação do Conselho de Administração e acompanhamento periódico

Em um mercado competitivo, para se manterem ativas e prósperas, as empresas devem possuir um bom planejamento voltado ao desenvolvimento empresarial em seu mercado de atividade - voltado para a situação econômica do negócio - para, desta forma, traçar as diretrizes para a estratégia financeira correta, com foco anual e revisada com frequência.

A Companhia, com intuito de atentar as finanças, utiliza como planejamento o plano orçamentário anual, permitindo antecipar possíveis problemas e indicar os objetivos que devem ser alcançados pelos gestores com validação do Conselho de Administração.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Realização de procedimentos de manutenção contínua e preventiva dos ativos industriais.

A Companhia realiza procedimentos de manutenção nos seus ativos industriais visando manter a eficiência e a disponibilidade dos equipamentos, atuando na prevenção e correção de falhas.

Os serviços realizados pela equipe de manutenção são classificados em 5 tipos de manutenções, como: a corretiva; preventiva anual; preventiva cíclica e condicional e inspeção.

As rotinas previstas acima possuem manuais a serem seguidos, com programas de manutenção.

Os treinamentos e manutenções - preditivas e preventivas - garantem a operação de forma sustentável.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a. **Caso o emissor possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destaque, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Conforme mencionado anteriormente no item 5.1a Companhia ainda não possui uma política de gerenciamento de risco. Entretanto, está implementando os processos de controles internos para a definição da política de gerenciamento de riscos. A Companhia já vem adotando processos para mitigação dos riscos inerentes ao mercado em que atua, conforme itens descritos abaixo.

b. **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo os seguintes pontos:**

I. Riscos para os quais se busca proteção:

Risco cambial: A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. A prática adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, dispondo, portanto, de “*hedge*” natural em seu fluxo de caixa. Além de realizar operações de NDF - Non-deliverable Forward de modo a travar a cotação do dólar de parte de suas operações.

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros é decorrente de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. A dívida da companhia está atrelada a CDI e TJLP, acompanha a flutuação de mercado, não havendo a necessidade de acompanhamento de taxa, assim com as aplicações financeiras que estão atreladas ao CDI. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que diz respeito às aplicações financeiras, são realizadas em CDB bancários com uma pequena parcela em fundos de investimentos.

Risco de crédito: A Companhia e suas controladas mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajustam os limites de crédito sempre que é detectada qualquer alteração material no nível de risco percebido.

Risco patrimonial: A Companhia possui apólices de seguros visando cobrir eventuais sinistros, nas modalidades de Responsabilidade Civil Geral para danos nas instalações do parque fabril, Responsabilidade Civil para Administradores para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores.

Risco de liquidez: É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Vice-Presidência de Finanças.

II. A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

De forma a mitigar os riscos cambiais, o Conselho de Administração autorizou em 24 de junho de 2021, a proposta da diretoria executiva para hedge cambial através de contrato *NDF – Non-Deliverable Forward*.

III. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

De acordo com o monitoramento pela Diretoria Executiva da exposição cambial líquida da Companhia em dólares e Euro, assim como os possíveis impactos negativos da imprevisibilidade que eventual variação considerável do câmbio possa impactar negativamente à Companhia. Foi aprovada a utilização de instrumentos que visam diminuir os possíveis riscos de a Companhia experimentar prejuízos com variações cambiais. Desta forma, foi estabelecido o contrato de *NDF - Non-Deliverable Forward*, consistente na pré-fixação de uma taxa de câmbio para período futuro, considerando uma receita indicada pela contratante, visando a redução de exposição à variação cambial, considerando que a instituição financeira contratada garantirá a utilização da taxa de câmbio então acordada sobre a receita então estabelecida.

IV. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado

A gestão de risco é realizada pela gerência responsável, segundo as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Vice-Presidência de Finanças identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia realiza controle periódico do fluxo de caixa e orçamento, monitorando os saldos para os períodos futuros, alinhando as diretrizes e corrigindo-as conforme as necessidades de caixa, visando sempre as melhores condições de captação para não onerar os resultados da Companhia. Busca também eliminar os riscos com a inadimplência monitorando a carteira de clientes e ajustando sempre que necessário os processos de crédito e cobrança.

Todos os indicadores acompanhados são definidos no Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

Para novas operações financeiras, o limite de alçada para aprovação da diretoria é até R\$ 20 milhões. Operações acima desse montante deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos.

Referente a operacionalização de crédito e cobrança, a Companhia dispõe de um ERP com parâmetros de segurança onde todos os clientes são avaliados, inclusive com consultas de mercado, onde são atribuídos limites de crédito e aprovação por alçada.

V. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

De forma a mitigar os riscos cambiais, o Conselho de Administração autorizou em 24 de junho de 2021, a proposta da diretoria executiva para hedge cambial através de contrato *NDF – Non-Deliverable Forward*.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

VI-Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia de monitoramento de riscos tem sido conduzida principalmente pela área financeira da Companhia, atendendo a diretriz de exposição cambial, citada no item “b” desta seção.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todas as decisões relativas às operações que envolvam algum risco para a Companhia são avaliadas e aprovadas antecipadamente pela Administração, e o gerenciamento dos riscos é um processo contínuo dentro da Companhia, que são geridos principalmente pela área financeira.

A Companhia possui políticas internas para o cumprimento processos os quais enxerga maior risco, e dispõe de um ERP parametrizado para garantir que a sua estrutura operacional seja suficiente e atenda às necessidades de gestão.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Conforme mencionado anteriormente neste formulário de referência, a administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiáveis para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A PBGS.A. não possui um departamento de controles internos, as áreas envolvidas na assegurar a elaboração das demonstrações financeiras e práticas internas é a Controladoria, a Diretoria e o Conselho de Administração.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O acompanhamento dos controles internos é feito pelo departamento de controladoria, direcionando as melhorias às áreas envolvidas, sempre com a supervisão da administração.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

De acordo com análise realizada pelos auditores independentes em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Foram apresentados os seguintes pontos para o aprimoramento dos controles internos da Companhia:

- Ausência de processo formalizado e controles acerca do fechamento contábil e financeiro;
- Inexistência de rotinas de aprovação dos lançamentos manuais;
- Reconhecimento de receitas em desacordo ao IFRS 15 / CPC 48;
- Ausência de divulgação de Código de Ética e Conduta;
- Fragilidade sobre o controle de alterações realizadas, controle de acesso de usuários no sistema;
- Relevante quantidade de usuários genéricos no ERP Oracle sem o devido monitoramento/revisão;
- Empresa terceira possui acesso genérico privilegiado ao ERP Oracle;
- Utilização de usuários genéricos com acesso privilegiado no Banco de Dados de forma compartilhada;
- Existência de usuários ativos referentes a colaboradores desligados.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotada

Os Diretores da Companhia avaliaram que os processos adotados após as melhorias indicadas abaixo são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras. Abaixo demonstramos os principais comentários da Administração sobre os pontos identificados:

- A Companhia está aprimorando os procedimentos de fechamento contábil através de confirmação de conclusão das áreas e aprimoramento no processo de reconciliação das contas contábeis.
- O departamento de TI em conjunto com a equipe de contabilidade avaliou o processo de implementação do rotinas de aprovação de lançamentos manuais, não concluído em 2020. Para 2021 está buscando alternativas/rotinas que atendam Controles internos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- A Companhia adotou em 2021, processo de reconhecimento contábil de receitas apenas dos produtos entregues aos clientes finais, adequando ao CPC 48.
- Em 2021 está sendo implementado o Programa de *Compliance* que atenderá os pontos apresentados como deficientes para Código de Ética e Conduta.
- Todos os pontos elencados para TI, ou foram implementados até o final de 2020 ou até meados de 2021.

A Companhia entende que embora haja recomendações para melhorar os controles, identificados na revisão da auditoria externa, os Diretores da Companhia entendem que os itens não impactaram a confiabilidade das demonstrações financeiras.

No início de 2021, foi criada a área de *Compliance* subordinada à Vice-Presidência Jurídica e *Compliance*. Ademais, estamos estruturando a implementação para o segundo semestre de 2020 da área de Controles Internos que deverá ser subordinada à Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores

5.4 - Programa de Integridade

- a. **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A empresa está em fase de implementação de Programa de Compliance, compreendendo os requisitos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15 e melhores práticas de mercado.

A Companhia iniciou a fase de mapeamento de riscos de *compliance*. Nesta etapa serão considerados os fatores de risco que envolvem fraudes e ilícitos contra a administração pública e as regras, políticas e procedimentos específicos serão construídos conforme as necessidades da Companhia, considerando o resultado da avaliação de riscos.

No entanto, existem regras e práticas vigentes para combater possíveis fraudes ou ilícitos contra a administração pública, descritas no Código de Ética que estabelece as regras para interação pela Companhia, seus administradores e colaboradores com seus públicos de relacionamento, em especial, neste caso, com o poder público.

A Companhia não permite o oferecimento ou a entrega, direta ou indiretamente, de qualquer tipo de contribuição, doação, favores ou envio de presentes a entidades governamentais ou funcionários públicos, a fim de que estes ajam ou utilizem sua influência com o objetivo de auxiliar a Companhia a ganhar um negócio ou obter vantagem imprópria.

O Código de Conduta contempla os direitos e deveres de todos os colaboradores da Companhia, explicitando e esclarecendo a conduta esperada de todos. A construção desse código foi feita com a equipe pertinente ao Comitê de Ética da Companhia.

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados

O Programa de Integridade da Companhia está em fase de implementação. Entretanto, a empresa está atenta às exigências da Lei e do Decreto Federal Anticorrupção (nº 12.846/13 e nº 8.420/15, respectivamente), estabelecendo em seu código de conduta práticas consideradas ilícitas na condução de nossos negócios.

Dentre essas práticas são destacadas: (i) a proibição, no exercício de sua função, de obter ganhos para si, para terceiros ou para a empresa mediante fraude; (ii) proibição de praticar atos de suborno, corrupção (ativa ou passiva) ou “Pagamentos Facilitados”, seja oferecendo/recebendo dinheiro ou quaisquer outros benefícios, para conquistar alguma vantagem indevida para si, para terceiros, para agentes públicos ou para a empresa; (iii) a comunicação ativa com gestores para prevenir oferecimentos ou solicitações de favores; (iv) a intolerância a práticas ilícitas de fornecedores na condução de nossos negócios; e (v) a proibição de aceitação de benefícios pessoais impróprios com o intuito de ganhar ou manter um negócio ou outras vantagens de terceiros, sejam eles do setor público ou privado.

ii. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento dos procedimentos de integridade

Comitê de Ética: formado pela Presidência e membros de diversas áreas, é responsável pela gestão do Código de Ética, Princípios e Conduta da Portobello, bem como avaliação da aplicação de todos os procedimentos contidos em nosso código de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. Além disso, este comitê analisa e gerencia os casos de violação do código, recomendando as medidas necessárias para

5.4 - Programa de Integridade

as alçadas responsáveis. Cabe também ao Comitê de Ética a supervisão da efetividade do Programa de Compliance e dos canais de comunicação.

Coordenação de Compliance: A Coordenação de Compliance está vinculada à Vice-presidência Jurídica e de Compliance e à Gerência Jurídica e de Compliance. É responsável por acompanhar a implementação e pela gestão do programa de Compliance da PBG S/A, de modo a garantir que suas atividades estejam em conformidade com as políticas e procedimentos internos e com os padrões éticos e regulamentares. Também são responsabilidades da Coordenação de Compliance (i) a avaliação e proposta de revisão das políticas e procedimentos internos relacionados à conformidade e do Código de Ética, (ii) a condução de treinamentos relacionados às normas e instrumentos e (iii) a gestão dos canais de comunicação e de denúncias.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta

A Portobello possui um Código de Ética, Princípios e Conduta. O Código vigente se aplica a todos os administradores e colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo entregue a todos os funcionários na sua admissão e comunicado a toda a Companhia sempre que modificações são realizadas no seu conteúdo.

O documento institui os valores éticos da Companhia e aborda diretrizes e regras de condutas aplicáveis a todos os seus colaboradores, incluindo aspectos de integridade, conflito de interesses, valorização das pessoas, relacionamentos internos, com meio ambiente, com fornecedores, com órgãos governamentais e com clientes, aspectos de fraude, corrupção e suborno, entre outros itens.

O não cumprimento ou a violação das premissas existentes no Código pode implicar em sanções administrativas, a depender da gravidade, podendo chegar ao desligamento de um colaborador ou à rescisão contratual, em caso de empresas contratadas, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, conforme o previsto no procedimento interno de aplicação de medidas disciplinares.

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração e publicado em 28/05/2020. A disponibilização do Código foi direcionada ao público interno, através de documento físico entregue aos colaboradores na campanha de lançamento e manutenção de cópias para consulta no departamento de Recursos Humanos, bem como através de documento digital no armazenamento em nuvem corporativo.

A Companhia possui ainda um Código de Conduta voltado a fornecedores, não disponível ao público em geral, transcrevendo as diretrizes que norteiam os negócios realizados pela Companhia e por seus fornecedores.

Como parte do projeto de implementação de programa de *compliance*, após a avaliação de riscos de compliance será realizada uma nova revisão do Código de Ética, bem como a elaboração de um plano anual de treinamentos dos temas relacionados à conformidade e integridade.

a. Se o emissor possui canal de denúncia

A Companhia não conta com canal de denúncia formalizado. No entanto, mantém um canal de comunicação via e-mail (endereço:canaldecomunicaçãoetica@portobello.com.br) e formalizou a contratação de canal de denúncias independente em 17/05/2021 da empresa Laux Brasil Assessoria Empresarial Ltda (Canal Íntegro). O canal de denúncias está em fase de parametrização e terá atendimento telefônico (0800) em horário comercial estendido (das 08h às 20h), bem como atendimento disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de endereço eletrônico específico para o canal.

5.4 - Programa de Integridade

b. Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não conta com esses procedimentos desenhados. Como parte do projeto de implementação de Programa de Compliance, será elaborado um procedimento de gestão de terceiros, para identificar vulnerabilidades em pessoas jurídicas relacionadas à Companhia. A eventual aplicação e necessidade de procedimentos específicos para fusões, aquisições e reestruturações societárias será avaliada com base no relatório de diagnóstico de riscos de compliance.

c. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública previstos em seu Código de Ética, Conduta e Princípios. No entanto, serão elaborados políticas e procedimentos específicos, conforme resultados da análise de riscos de *compliance* em andamento.

5.5 - Alterações significativas

Não aplicável.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não aplicável.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	22/12/1977
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/01/1991

6.3 - Breve Histórico

BREVE HISTÓRICO DA PORTOBELLO

História

A Portobello foi constituída em dezembro de 1977 e iniciou suas atividades produtivas em 1979. Uma trajetória que nasceu já orientada para o novo, com a responsabilidade de transformar a vida da cidade e região de Tijucas (Santa Catarina) e o propósito de levar design para o maior número de pessoas.



Inauguração Fábrica Portobello em 16 de junho de 1979

Em 1991, a Portobello tornou-se uma empresa de capital aberto. Já em 2008 passou a ser integrante do Novo Mercado da B3 e hoje é marca líder no varejo de revestimentos, de acordo com o ranking a SBVC-Sociedade Brasileira de Consumo e Varejo. Sua filosofia tem como base estruturar e entregar um modelo ágil, integrado e puxado pelo mercado, pois este é o caminho correto a ser percorrido; seu desafio é ser protagonista na transformação digital, evoluir na internacionalização e consolidar a marca de design democrático Pointer, sempre com forte senso de propósito e visando a sustentabilidade da empresa.

Os colaboradores e parceiros, engajados em oferecer a melhor experiência de design aos clientes, são seu principal ativo.

Atualmente, a Portobello está estruturada em quatro (04) unidades de negócios, integra seis (06) fábricas em dois (02) pólos industriais, possui seis (06) centros de distribuição, dezessete (17) lojas próprias, produzindo aproximadamente 42,9 milhões de m² de produtos anualmente, com distribuição para todo o território brasileiro e atingindo mais de 70 países em todos os continentes.

Durante sua trajetória de 42 anos, a empresa agregou importantes eventos corporativos, destacados na linha do tempo a seguir.

6.3 - Breve Histórico

LINHA DO TEMPO

1977	<i>Constituição da Portobello com sede em Tijucas, Santa Catarina.</i>		
		<i>Início das atividades</i>	1979
1981	<i>Início das exportações</i>		
		<i>Inovação em produto com lançamento da linha Carga Pesada.</i>	1984
1987	<i>Ampliação do parque fabril, atingindo 1 milhão de m²/mês</i>		
		<i>Início das operações da Portobello América</i>	1990
1991	<i>Inovação com a produção de revestimento externo para fachadas (mosaico).</i>		
		<i>Primeira empresa a comercializar no Brasil o porcelanato italiano, dando início ao programa de outsourcing</i>	1992
1994	<i>Certificação de qualidade ISO</i>		
		<i>Instalação do polimento de porcelanato</i>	1996
1998	<i>Rede das franquias Portobello Shop</i>		
		<i>Utilização de gás natural, uma energia limpa para fornos e secadores</i>	2000
2001	<i>Início da produção de porcelanato</i>		
		<i>Exportação atinge 60% das vendas</i>	2005
2008	<i>Adesão ao Novo Mercado. Expansão do Parque Fabril. 100 lojas Portobello Shop.</i>		
		<i>Lançamento do extrafino e forte incremento em outsourcing</i>	2010
2011	<i>Produção com tecnologia de impressão digital Marketing digital Portobello</i>		
		<i>A Portobello torna-se a maior empresa de revestimento cerâmico da América do Sul e a maior rede de lojas especializadas de revestimentos cerâmicos do Brasil, com 110 lojas.</i>	2012
2013	<i>Instalação da nova fábrica de Porcelanato Grandes Formatos. Lançamento Pedra Fundamental Fábrica Nordeste.</i>		
		<i>Abertura dos centros de distribuição. Investimentos na Fábrica do Nordeste.</i>	2014
2015	<i>Início das operações Fábrica do Nordeste Lançamento da marca Pointer com inauguração da nova fábrica em Alagoas. Instituição do Portobello Grupo (PBG).</i>		
		<i>Relatório de Sustentabilidade Padrão Global GRI. Início do projeto Oficina Portobello. Lançamento Coleção Portobello: Arquitetura em Movimento. In and Out. Projeto Loja Padrão Green Building LEED.</i>	2016
2017	<i>Lançamento Coleção Pointer: Morada Brasileira – Raízes, com participação de Marcelo Rosenbaum; Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SC. Primeiro Coletivo Criativo Portobello Shop, em Copenhagen Dinamarca</i>		
		<i>Lançamento projeto Oficina Portobello nas lojas de SP, PR e RS. Lançamento dos grandes formatos de porcelanato esmaltado e aumento de capacidade dos produtos beneficiados. A unidade de Maceió (Pointer) inicia a produção de produtos retificados e cortados. Restabelecimento da Portobello América, nos Estados Unidos. Início da comercialização das categorias Louças e Metais na Portobello Shop.</i>	2018

6.3 - Breve Histórico

2019	<p><i>Aniversário de 40 anos da Portobello / Inauguração do Projeto Lastras /A Portobello Shop ganha seu primeiro Prêmio Internacional de Franchising da CV Primeiro Prêmio Reclame Aqui</i></p>		
		<p><i>Início da produção de Lastras. LANÇAMENTO da Coleção Unlimited, com Lastras que ampliam as possibilidades da arquitetura sustentável. PORTOBELLO SHOP conta com 136 lojas em todo o Brasil. A primeira convenção Portobello Shop 100% digital. Primeira edição da Mostra Unlimited, 100% online, para arquitetos e especificadores. Lançamento Concierge Digital PBA.</i></p>	2020

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não aplicável.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A PBG S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 - Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código PTBL3. É controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011 e aditado em 18 de fevereiro de 2019, que detém 54% das ações da Companhia. Este grupo é formado pela família Gomes, sócios-fundadores. Os 46% remanescentes são ações *free float* detidos por mais de 31 mil acionistas pessoas físicas, cerca de 180 acionistas pessoas jurídicas e mais 80 acionistas institucionais em dezembro de 2020. A Companhia mantém também 2% das ações mantidas em tesouraria naquela data.

Constituída em 1977, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, onde atualmente está localizado seu maior site industrial, a empresa tem como objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelanatos em geral - como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas - e também a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Suas atividades são divididas entre o Mercado Interno e Mercado Externo. Esta divisão é feita com base em relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas e revisados pela Diretoria Estatutária, que analisa o negócio e indica a segmentação sob a perspectiva de cada mercado, nas seguintes divisões: Portobello, Portobello Shop, Pointer e Portobello América.

Geograficamente a distribuição nacional é mais concentrada nas regiões Sul e Sudeste. O grupo atua em todo o território brasileiro com lojas em 25 Estados e demais canais.

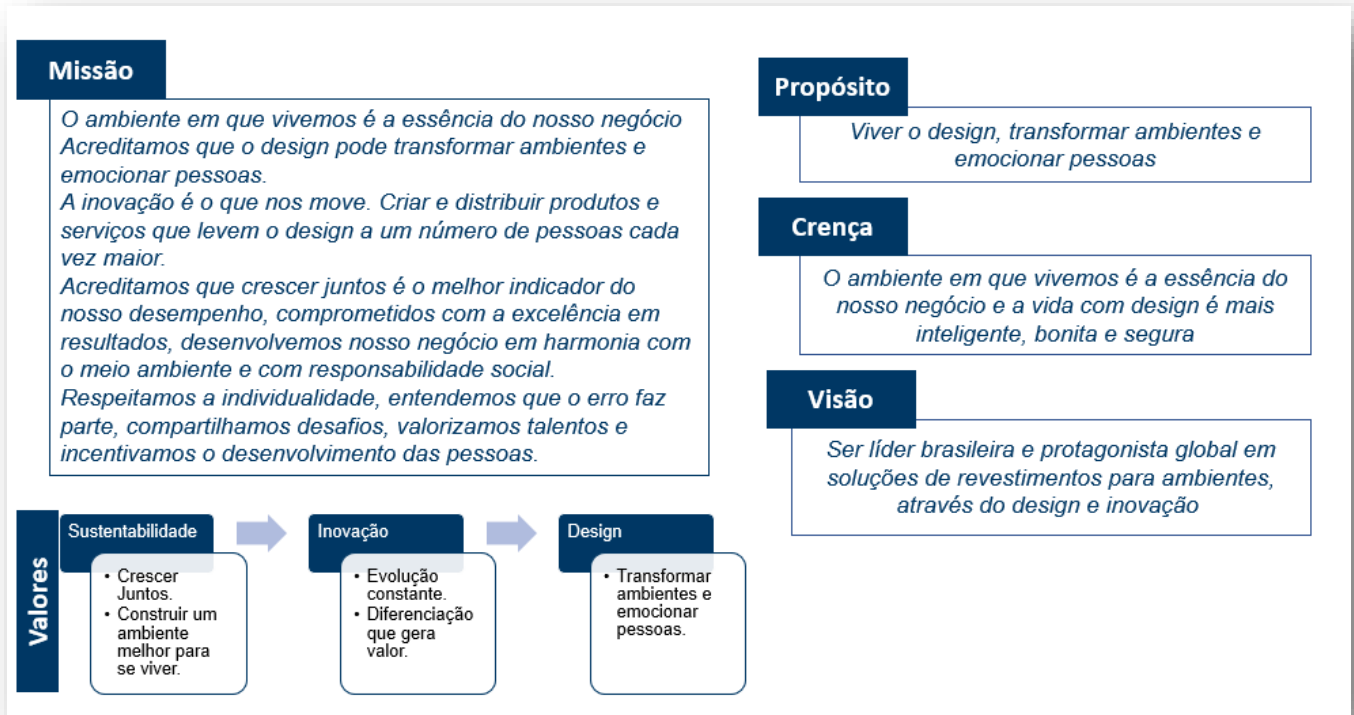
Atualmente, exporta para 73 países, com maior participação no mercado norte-americano, através da PBA, e na América Latina, onde há rede de distribuidores em todos os países.

Cultura Organizacional

O Grupo Portobello é conduzido pela cultura de dono, com sólidos valores e total comprometimento da família fundadora com a Companhia, alinhado aos profissionais de mercado que se juntaram à Companhia, contribuindo para uma gestão experiente e altamente profissional. Seus executivos possuem experiência e conhecimento técnico no setor, com sólida formação acadêmica, permitindo a disseminação do conhecimento para o desenvolvimento das atividades e o aprimoramento dos negócios.

Com o objetivo de definir e descrever nosso negócio e evidenciar o patamar que desejamos atingir, estabelecemos nossa missão, nosso propósito, nossa crença, nossa visão e nossos valores, reforçando a cultura, promovendo o engajamento e o processo de sustentabilidade da empresa:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Visando a mensuração dos negócios de maior abrangência, foi iniciado em 2019 a reestruturação organizacional com a implementação dos segmentos de negócios que estão representados pela atuação no mercado através das seguintes unidades:



É a marca de *design* que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade a um preço justo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



A Portobello Tijucas é a unidade de negócio pioneira do grupo, que se diferencia pela combinação da unidade fabril com foco em inovação e pela eficiência comercial na distribuição multicanal. Atualmente, o polo industrial de Tijucas, considerado um dos maiores do hemisfério Sul, produz 2,4 milhões m²/mês, sendo que 75% é produto de revestimento com beneficiamento.

A atuação comercial da unidade destaca-se no mercado tradicional do setor, tanto pelo portfólio diferenciado, principalmente de grandes formatos e lastras, quanto por lançamentos constantes e pela excelência operacional, em especial nas áreas de logística e serviços.

O canal multimarcas da Portobello Tijucas tem foco nos *home centers*, onde se consolida como principal marca de revestimentos, presente em mais de 700 lojas no Brasil, com as ações reforçadas em 2020, incorporando um novo conceito de exposição, composto por estruturas autoportantes que permitem a reutilização na troca de produtos, uma solução mais sustentável e prática. Essa solução também viabiliza a exposição de portfólio de lastras, o novo produto de inovação e exclusividade da empresa.

O canal de projetos e grandes obras tem vocação técnica, que demanda um portfólio com características específicas para usos em diferentes nichos de mercado, serviços especializados e escala compatível com obras comerciais e com o mercado imobiliário. Com equipe exclusiva de atendimento, a Portobello já ultrapassou a marca de 6 mil grandes obras com seus produtos, entre as quais o piso xadrez no saguão do Aeroporto de Congonhas (SP), Aeroporto de Florianópolis (SC), Fachada do Barra Shopping (RJ), Paróquia São Paulo Apóstolo (SP) e outras obras icônicas por todo o país. A Portobello exporta para 73 países com operações comerciais de longo prazo e marca reconhecida pelo posicionamento de *design* e inovação nos principais clientes, ocupando uma posição de protagonismo global no setor de revestimentos.

O complexo industrial da Portobello Tijucas, em Santa Catarina, reúne cinco fábricas contemplando, principalmente, a produção de grandes formatos.

Foi concluída em 2020 a implantação da primeira fábrica de Lastras do Brasil, em Tijucas-SC, com capacidade para formatos até 1,80m x 3,20m. A fabricação de lastras marca um grande avanço para a Companhia, com tecnologia italiana de ponta, é a primeira indústria a fabricar lastras no Brasil, para uma maior acessibilidade à categoria e reafirmando a vocação de inovação da marca. As Lastras representam um novo paradigma para o mercado e ampliam as fronteiras de uso do porcelanato na arquitetura e no

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

design e revitalizando a estratégia de inovação, com desdobramentos em todas as áreas da empresa com desafios logísticos e, principalmente, comerciais. A transformação digital nos canais tradicionais de distribuição acelerou-se em 2020, seja em sistemas estruturais e inteligência de dados, que proporciona avanços na gestão e prestação de serviços, seja na experiência dos clientes com a marca, através de ferramentas digitais para especificação e substituição de catálogos por TVs interativas nos pontos de vendas.



Maior rede de varejo especializado do país, com 136 lojas, sendo 17 lojas próprias, a Portobello Shop oferece uma experiência de compra centrada no cliente com uma solução completa para revestimentos e complementos. A Portobello Shop caracteriza-se como pioneira na criação de uma rede franquias de varejo especializado em revestimentos cerâmicos. A expertise da Companhia reflete-se no diferencial de posicionamento dos melhores franqueadores brasileiros. Pelo décimo quarto ano consecutivo, a empresa é reconhecida com o selo de excelência em

Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes.

franquias pela ABF – Associação Brasileira de *Franchising*.

A solução completa incorpora revestimentos cerâmicos, porcelanatos, lastras e complementos como: argamassa, rejuntas, assentamento, itens de louças e metais, além da Oficina Portobello, traduzindo-se em vantajosa experiência de compra para clientes e profissionais de arquitetura.

A Oficina Portobello, marca de porcelanateria do grupo, é um dos diferenciais dessa experiência, com portfolio autoral de bancadas e mobiliário em porcelanato, traduzindo inovação e sustentabilidade em produto *premium* exclusivo. A expertise de porcelanista, excelência técnica e design contemporâneo combinados com presteza aos detalhes, da matéria-prima ao ambiente pronto, quando incorporados a um sistema de personalização inteligente possibilitam soluções únicas. São estes resultados que fazem da Oficina Portobello uma referência em Arquitetura, incluindo revestimento em porcelanato e móveis de alto padrão.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



As lojas Portobello Shop são referências em Arquitetura e exposição para que o profissional da área e seus clientes tenham uma experiência de design com a marca. Durante o ano de 2020, as lojas receberam a exposição do Sistema Lastras, um novo patamar para essa experiência. As lojas contam com iniciativas próprias de sustentabilidade, como coleta seletiva, captação de água da chuva e painéis fotovoltaicos.

Através do Programa Mais Arquitetura, a empresa mantém diálogo constante para trocas criativas e identificação de necessidades do mercado, de forma estruturada e potencializando a visibilidade da marca. O Coletivo Criativo, projeto de criação de uma linha de produtos Portobello com grupo de arquitetos destaque, é realizado anualmente em destinos de interesse arquitetônico e expressa a importância desse processo para a marca. O grupo reúne em média 25 profissionais da área.

A presença da marca nas redes é focada em conteúdo inspiracional, técnico e didático, além de ferramentas para execução de projetos. A Plataforma Archtrends, com referências e tendências é uma das líderes para os profissionais de Arquitetura. Nas lojas, além de tornar os processos de orçamento e compra mais fluidos possíveis, a presença digital

surpreende em ferramentas de projeto e especificação.

A capilaridade da rede de varejo, o portfólio diverso para compor a solução completa e o atendimento ao cliente final compõem as razões para a marca ter em logística uma de suas principais atribuições e competências, atribuindo know-how para atender projetos diferenciados, como os especificados de construtoras responsáveis por obras a exemplo do piso do Aeroporto de Congonhas e do Hospital Albert Einstein em São Paulo e a fachada do Barra Shopping, no Rio de Janeiro, entre outros diversos empreendimentos de grandes incorporadoras.

A Portobello Shop possui rede de centros de distribuição nacional para atender diretamente a todos os clientes, proporcionando experiência completa com a marca desde a inspiração até a entrega do produto. Como prova da estratégia do grupo, a Portobello Shop direciona o Modelo Integrado de Varejo, que permite à marca ter controle de toda a cadeia- da matéria prima às vendas ao consumidor final- e é a base para a visão da evolução de uma indústria com uma rede de lojas para uma rede lojas com indústria.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

POINTER
Mais design em sua vida



A marca de *design democrático* do grupo exercita seu desafio de acessibilidade e diferenciação em produtos na região Nordeste do país, além de exportar para diversos países. O ponto de vendas Pointer diferencia-se no mercado pela exposição despojada e contemporânea, um sistema padrão que facilita a troca de produtos e rápida implantação e atualização nas lojas.

A unidade de negócios Pointer representou 14,0% das receitas do grupo em 2020 ante 12,7% em 2019, responsável por aproximadamente 1,4 milhão de m² de produção mensal e com *share* de gôndola em torno de 12%, de acordo com avaliação realizada em aproximadamente 250 pontos de vendas no mercado do Norte e Nordeste, no Brasil, e entre 20% a 25% para o mercado de exportação.

Em 2020, o projeto PDV 500 destacou-se por renovar rapidamente os 500 principais pontos de vendas da marca. O totem interativo Pointer, presente em seus principais pontos de vendas, oferece uma experiência digital de especificação de produtos, com simuladores de ambientes, informações técnicas e imagens inspiradoras. A unidade fabril da Pointer está localizada em Marechal Deodoro (AL) e é uma das mais modernas e sustentáveis do mundo na tecnologia de produção via seca, processo que não utiliza água na moagem da matéria-prima.

A Pointer ampliou sua distribuição, mesmo com os desafios da pandemia, atingindo a marca de mais de mil clientes atendidos. A pulverização e interiorização da operação é central na estratégia de acessibilidade e demanda cada vez com mais avanços nas tecnologias digitais, tanto na gestão comercial, quanto na conexão da marca com seus públicos. Foi necessária paralisação temporária de 45 dias para a readequação dos processos industriais à realidade gerada pelas adversidades com a Covid-19. Entretanto, este ajuste temporário foi superado, permitindo crescimento do segmento que registrou receitas 31% superiores em 2020 quando comparado a 2019.

A Pointer é uma marca conectada, principalmente nas redes sociais, onde apresenta crescimento constante e consistente de interações, compartilhando conteúdos que ajudam pessoas interessadas em planejar e executar uma reforma envolvendo revestimentos, sem o apoio de um profissional de Arquitetura.

O portfólio Pointer é a materialização de sua estratégia de *design democrático*, alia estética e tecnologia, traduzidos no conceito

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Supercerâmico, exclusivo da Pointer desde 2018. É expresso pela combinação de grandes formatos em cerâmica com lançamentos constantes alinhados às tendências mais atuais de decoração de interiores, com características semelhantes ao porcelanato, que têm grande aceitação no mercado de atuação da marca Pointer.

O Supercerâmico criou uma categoria de produtos com maior valor agregado frente às cerâmicas tradicionais e maior acessibilidade com relação ao porcelanato. Além dos grandes formatos, o Supercerâmico inovou com os acabamentos retificados, que permite juntas de assentamento reduzidas, e com as superfícies polidas, características típicas da categoria de porcelanatos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Portobello
America

Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento.



Internacionalizar as operações, potencializando a sustentabilidade do negócio, expressa uma das prioridades estratégicas do grupo. O mercado americano foi escolhido para o início da internacionalização da empresa tanto por ser atrativo comercialmente para o segmento quanto pela localização, que viabiliza negócios com outras regiões importantes nas Américas.

A Portobello América foi apresentada aos clientes em dezembro de 2018, como um projeto estruturado para implantação em etapas, com foco inicial no desenvolvimento da marca em distribuidores B2B nos Estados Unidos, através de *sourcing* global que inclui Brasil, Europa e Estados Unidos, seguido por uma produção local própria. A empresa possui depósitos que atendem uma rede de distribuidores no mercado americano, estrategicamente localizados na Flórida e no Tennessee, sede da futura unidade industrial da Portobello América.

Em 2020, um ano atípico devido à pandemia, a Portobello América avançou na consolidação de seus clientes, adotando posicionamento focado em serviços e soluções únicas, com portfólio exclusivo e diferenciado, expertise em varejo e logística, além de atuação comercial com uso intensivo de tecnologias digitais. Em 2020, o volume de vendas atingiu 2,9 milhões de m².

O Concierge, plataforma de negócios B2B - Business to Business, pioneira no mercado americano no segmento, foi disponibilizada com serviços de compra, consulta de estoques, entre outros. Com as restrições de interações pessoais e a ausência da *Coverings*, principal feira de negócios do mercado americano, foi desenvolvida estratégia de lançamentos que combinou o envio de amostras de produtos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

sob o conceito “unboxing” - forma especial de surpreender os clientes: eles abriram a caixa em uma reunião *online* com os representantes da marca e viveram a experiência de apresentação do *storytelling*.

A Companhia, por meio de suas iniciativas, busca cada vez mais aumentar sua exposição no mercado externo, como grande exportadora de revestimentos cerâmicos para toda América Latina, Europa e América do Norte. Este último continente, especificamente nos Estados Unidos, é onde a Companhia aposta para firmar seus planos de expansão.

O projeto está estruturado para implantação em etapas. Inicialmente, o foco é a distribuição, por meio de abastecimento global que inclui: Brasil, Europa e Estados Unidos, seguido por produção local própria. A PBA cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento.

Alinhada à estratégia de internacionalização da marca e dando continuidade à PBA, a Portobello prepara-se para instalar, futuramente, unidade produtiva na cidade de Baxter, no Estado de Tennessee, Estados Unidos, após atingir um nível de maturidade mínimo no mercado norte-americano. O projeto já incorpora aquisição do terreno, as licenças pertinentes, disponibilidade de matéria-prima, especialmente a argila. A etapa de construção civil será iniciada a partir deste ano, com previsão de implementação da fábrica em 2023. A perspectiva é atingir escoamento para 80% da região, especialmente com fornecimento aos distribuidores com marcas próprias (*private label*) e dentro dos padrões de especificação da preferência de consumo americano. Os investimentos previstos consideram em torno de R\$ 140 milhões até 2025.



Participações Societárias

Com relação às suas controladas, a Companhia tem participação societária em:

- (i) Portobello Shop - Administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos;
- (ii) PBTech - Responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra dezessete lojas;
- (iii) Mineração Portobello - Responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos como a argila, fonolito, filito e argilito;
- (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica - Desde o segundo trimestre de 2018, começaram as operações da Oficina Portobello, cujo processo de fabricação combina maestria artesanal e tecnologia de ponta para bancadas, cortes especiais, objetos de design e mobiliário no Sudeste;

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- (v) Portobello América - Constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano;
- (vi) Portobello América Manufacturing, LLC - Constituída em 2019 é uma subsidiária da Portobello América e sua criação com o intuito da construção da fábrica nos EUA.

Entre os principais diferenciais competitivos, destacamos:

Marca - Tradução dos atributos da Marca: Design, Inovação, Confiança, Qualidade.

Produto - Expressão do estilo, da consistência no design, da inovação e do portfólio adequado para cada marca.

Serviços - Soluções que gerem valor na experiência de loja, no modelo integrado, na elaboração de projetos, na distribuição e nos sistemas de instalação e manutenção.

Agilidade - Flexibilidade, simplicidade e capacidade de adaptação com velocidade e eficácia.

Conexão com as pessoas - Experiência no relacionamento que inspira, encanta e engaja.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação). Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir:

Portobello – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade a um preço justo. Em 2020, a unidade de negócios Portobello representou 51,2% das receitas, com margem bruta de 37,1%.

- Portobello Shop - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2020, a unidade de negócios Portobello Shop representou 29,6% das receitas com margem bruta de 37,5%.
- Pointer - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2020, a unidade de negócios Pointer representou 14% das receitas com margem bruta de 30,8%.
- Portobello America (PBA): Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2020, a unidade de negócios Portobello America representou 8,8% das receitas com margem bruta de 24,3%.

Por outro lado, é importante destacar que as eliminações totalizaram R\$ 47,3 milhões, equivalente a 3,6% do total das receitas líquidas de 2020, deduzidas das receitas das unidades de negócios, conforme segmentos apresentados no “item c”.



Além disso, do total de itens exportados, a Portobello teve 89% em 2020 (73% em 2019), enquanto a Pointer teve 11% (27% em 2019).

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela a seguir mostra a receita operacional líquida do grupo proveniente dos seus segmentos:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	%	2019	%	2018	%
Mercado Interno	1.054.714	79,2%	939.218	84,3%	868.678	82,4%
Mercado Externo	277.066	20,8%	175.051	15,7%	185.512	17,6%
Receita Líquida	1.331.780	100%	1.114.269	100%	1.054.190	100%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não avalia os seus segmentos através do lucro líquido (prejuízo) líquido. A Companhia se utiliza dos dados resultantes do lucro bruto onde os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho. Abaixo apresentamos o lucro bruto por segmento por ano:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	%	2019	%	2018	%
Mercado Interno	348.292	75,6%	315.237	86,9%	340.784	84,0%
Mercado Externo	112.149	24,4%	47.382	13,1%	64.816	16,0%
Lucro Operacional Bruto	460.441	100%	362.619	100%	405.600	100%

No final do ano de 2019, a Companhia iniciou a migração para o modelo de unidade de negócio e, desde então, vem promovendo a adequação de sua estrutura para esta visão. Assim, o ano de 2020 passa a ser demonstrado da seguinte forma, conforme unidades de negócios descritas no "item a" acima.

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Var. % 2020/2019
	2020	%	2019	%	
Portobello	682.049	51,2%	598.047	53,7%	14,0%
Pointer	185.850	14,0%	141.877	12,7%	31,0%
Portobello Shop	393.724	29,6%	343.428	30,8%	14,6%
PBA	117.485	8,8%	63.179	5,7%	86,0%
Eliminações *	(47.328)	-3,6%	(32.262)	-2,9%	46,7%
Receita Líquida	1.331.780	100%	1.114.269	100%	19,5%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a) Características do processo de produção

A Portobello iniciou suas atividades produtivas em 1979, na cidade de Tijucas, Santa Catarina, onde mantém parque fabril. Seu principal objeto social é a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelanatos em geral (pisos, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, entre outros), bem como prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Atualmente conta com dois grandes polos industriais localizados em: Tijucas, no Estado de Santa Catarina, que reúne seis fábricas e destaca-se como o maior site do hemisfério sul; e a indústria de Marechal Deodoro no Estado de Alagoas, com uma unidade industrial. O complexo industrial é responsável pela produção de aproximadamente de 4 milhões de m²/mês e incorpora aproximadamente dois mil colaboradores focados no processo produtivo.

O principal parque industrial localiza-se em Tijucas (Santa Catarina), próximo aos mais importantes portos e rotas rodoviárias nacionais e internacionais na região. É um dos maiores e destacados parques destinados à produção de porcelanato do Brasil. Sua capacidade anual produtiva inclui também as tipologias de revestimento para fachadas, monoporosa (refere-se a azulejos, material de revestimento exclusivo para uso em paredes internas, esta denominação vem de sua alta porosidade) para paredes e acessórios para personalização de ambientes.

Na cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas, a Companhia instalou, no ano de 2015, Unidade representada pela Pointer, com objetivo de promover atuação regional no Nordeste e tornar-se a melhor opção de design democrático no mercado brasileiro. A Pointer produz e distribui revestimentos de qualidade a preço competitivo.

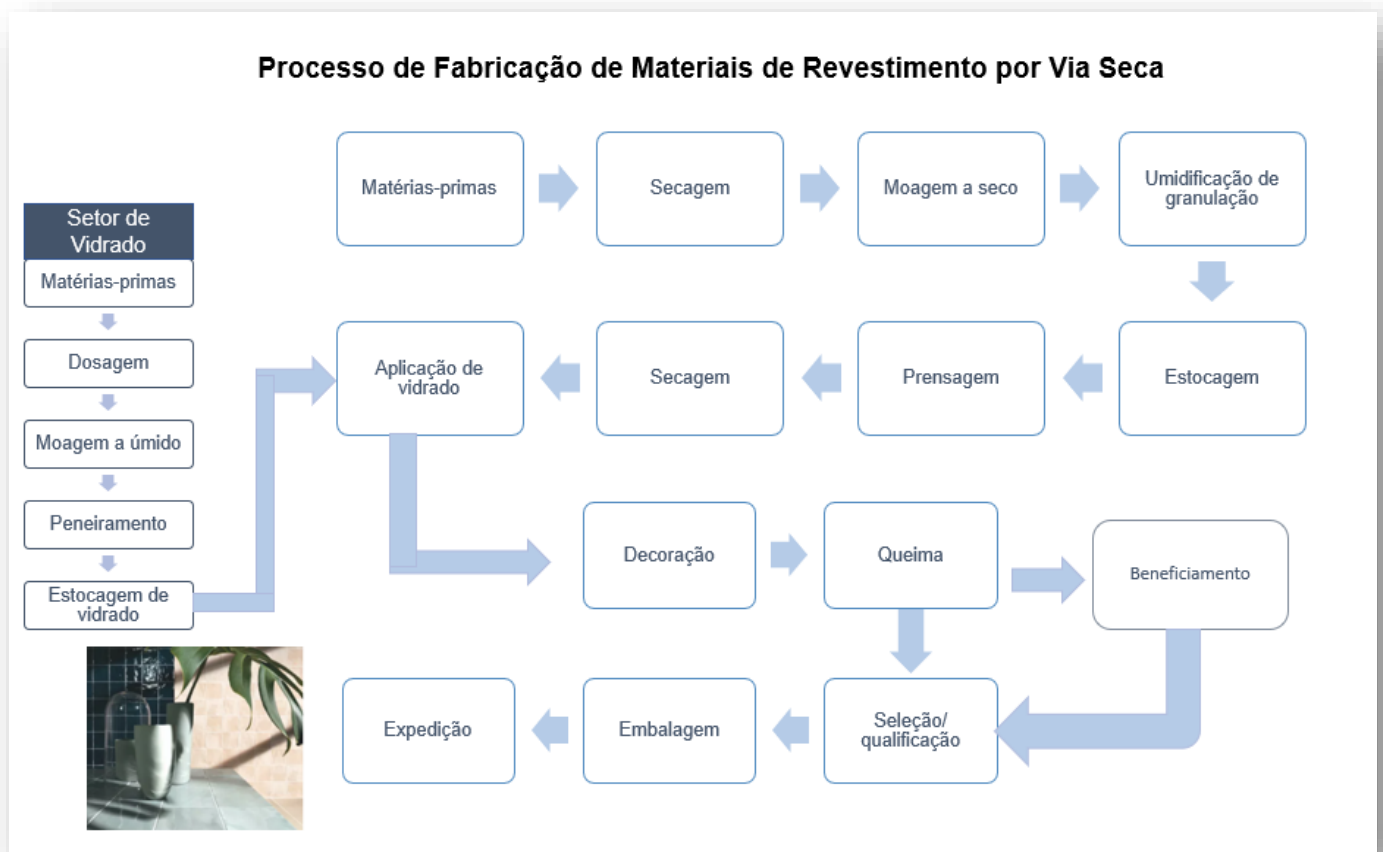
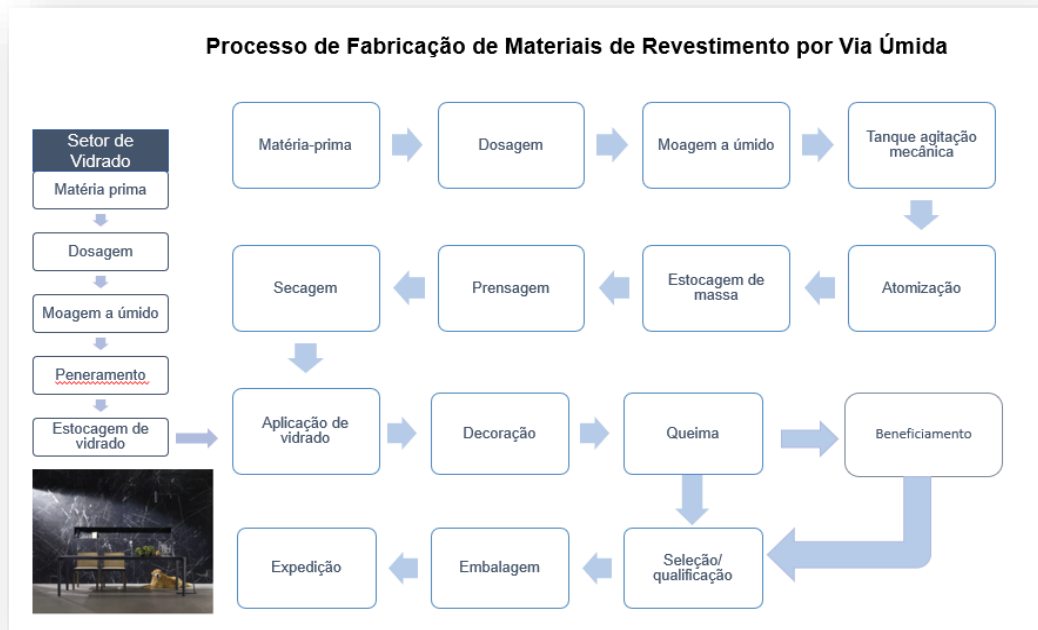
Em Florianópolis, Santa Catarina, a Companhia mantém escritório comercial da Rede Portobello Shop para operações no varejo. A implantação deste projeto favoreceu a evolução da logística, já reconhecida como diferencial da marca, a partir de atendimento ao consumidor final, baseado em estrutura de centros de distribuição nas principais regiões do país. Além disso, com objetivo de oferecer comodidade a seus clientes, a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais.

Como em todos os outros setores da Companhia, o setor de produção preocupa-se com a qualidade em cada etapa do processo produtivo, desde a preparação das massas que compõem os revestimentos cerâmicos, até a expedição dos produtos acabados. A tecnologia utilizada nos equipamentos e maquinários traduz-se em *state of the art* e são importados principalmente da Itália e, em menor escala, da China.

Atualmente a Companhia possui dois processos de produção, a via úmida e via seca, e cada processo é contínuo e consiste das seguintes fases:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Processo de Produção



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(i) *Produção de pisos, revestimentos internos e revestimentos externos (fachadas):*

- *Preparação de massa:* No processo industrial, as matérias-primas utilizadas, provenientes de jazidas próprias ou de terceiros, são estocadas no interior da fábrica. A dosagem de cada matéria-prima é feita segundo uma formulação percentual fornecida pelo laboratório, com base nos resultados obtidos em testes. A Companhia desenvolveu tecnologia para reincorporar quase a totalidade dos resíduos sólidos gerados durante a operação gerados na produção como matéria-prima, fazendo com que, atualmente, seus produtos tenham em torno de 10% a 20% de conteúdo reciclado, índice que, além de representar boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos). A matéria-prima é então transportada por correias até os moinhos ou para o secador. Nos moinhos ocorre o processo que consiste em moer por via úmida ou por via seca os materiais (argila, rochas, fundentes...) de acordo com a formulação pré-estabelecida até obter-se homogeneização e granulometria especificadas. Após a moagem, tem-se como produto a barbotina, que é estocada em tanques apropriados (produção úmida) ou o pó seco (produção seca). Em seguida a barbotina passa pelo processo de atomização (“*spray dryer*”) para retirada da água via evaporação, obtendo-se pó com distribuição granulométrica e umidade previamente definidas e o pó seco passa pelo processo de umidificação e granulação com finalidade de obter-se uma massa com distribuição granulométrica e umidade perfeitamente definidas. A massa e o pó são estocados em silos, para homogeneização, aguardando o processo de prensagem. Utiliza-se gás natural como fonte de energia térmica nos atomizadores e no secador, além do reaproveitamento térmico dos fornos.
- *Prensagem:* Permite a transformação do pó atomizado ou da massa cerâmica em peças cruas. É a fase do processo que dá forma ao produto, definida pelas cavidades da matriz (estampo). As prensas são hidráulicas, com capacidade de até 7.500 toneladas para o processo úmido e de 6.500 toneladas para o processo seco e são equipadas com sistemas de alimentação automática de pó e de descarga do material processado.
- *Secagem:* Feita em diversos secadores contínuos, tem a finalidade de reduzir de 6% no processo úmido e de 8% no processo seco para 0,5% a umidade da peça prensada crua. Esta operação permite conferir características mecânicas ao material prensado necessárias para as fases seguintes do processo. Por meio de moderna tecnologia que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, a Companhia poupa energia, reduzindo custos e o impacto ambiental da operação. A fonte de energia utilizada nesse processo consiste no gás-natural.
- *Preparação de esmalte:* Na preparação de esmaltes e tintas, a moagem é feita por via úmida. O moinho é revestido com tijolos de alumina de alta densidade, bem como os elementos moedores (esferas), proporcionando alta eficiência em homogeneização e granulometria na moagem. Após os controles de tonalidades, resíduo e textura, os esmaltes líquidos são armazenados em tanques com agitação contínua, aguardando serem consumidos nas linhas de esmaltação.
- *Esmaltação:* Os esmaltes são aplicados em peças cerâmicas com diversas finalidades: impermeabilizar, embelezar, dar resistência mecânica e aumentar a resistência ao desgaste e ao ataque químico. Cada aplicação de esmalte é realizada por dispositivos especialmente dimensionados e regulados para cada tipo de produto e efeito, colocados ao longo de linhas de produção. Fazem parte da etapa de esmaltação os seguintes processos: pós-secagem, aplicação de água, aplicação de englobe, aplicação de esmalte e decoração digital. O processo de decoração é realizado pela impressão digital Inkjet que permite maior fidelidade e resolução nos desenhos, além de impressão de relevos, com alto padrão tecnológico. Atualmente, a empresa conta com 20 impressoras *Inkjets* de alta tecnologia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Queima:** Após o processo de esmaltação o produto segue para o forno, onde é efetuada a queima da peça. É nos fornos que o produto adquire suas características finais, tal como alta resistência mecânica, alta resistência à abrasão e baixa absorção. Além disso, é após a queima que determinadas cores são obtidas. A queima é feita em fornos contínuos, obedecendo a um determinado perfil de temperatura, passando pelas fases de aquecimento, queima e resfriamento, com temperatura máxima de queima. O combustível utilizado é o gás natural recebido através de gasoduto. Graças ao uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua à quantidade necessária de gás conforme a necessidade de calor dos fornos, a Companhia elevou a eficiência energética desta etapa do processo de produção graças à otimização e aproveitamento das fontes de calor disponíveis de chaminés de fornos para atomizadores e secadores.
- **Telagem:** As peças de pequenos formatos permanecem temporariamente em "bins", para receber pontos de cola nos versos de forma a compor conjunto de 30 cm x 30 cm, com 9 a 16 peças pré-alinhadas.
- **Beneficiamento (Polimento e retífica):** Parte da produção recebe acabamento superficial especial, com a finalidade de melhorar a superfície das placas cerâmicas, e corte a disco para assegurar precisão nas dimensões. Esta etapa inclui polimento por desgaste abrasivo das laterais e superfícies de algumas linhas de produtos, notadamente aquelas que reproduzem mármore e granitos. Este processo de beneficiamento, por ser processo úmido, gera um resíduo chamado de "torta de polimento". Para que esta torta de polimento, gerada nesta etapa do processo produtivo, pudesse ser reaproveitada, a Companhia teve que não só desenvolver novas técnicas produtivas, como também superar a ausência de legislação específica sobre tais práticas: no caso "torta de polimento", como agregado para a fabricação de cerâmicas, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos, dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina (CONSEMA), onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução Consema 15, atualmente beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.



- **Classificação, identificação e inspeção do produto acabado:** Na saída de cada forno está instalada a linha de escolha automática. Nela, os defeitos superficiais são identificados visualmente pelo colaborador, enquanto os dimensionais são verificados por equipamentos eletrônicos apropriados. Ocorre, então, a separação do produto cerâmico de acordo com os seguintes critérios: a) classes de qualidade visual ou grades; b) tonalidades ou "shades"; c) calibre (variações milimétricas de tamanho). As quebras cerâmicas queimadas que não são aprovadas nesta etapa, são separadas conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica ou utilizados no programa social Pedacinhos de Arte, apoiado pela Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- *Embalagem:* Consiste no encaixotamento automático em caixas especiais. As caixas são paletizadas por máquinas e em lotes segundo critérios pré-estabelecidos, sendo utilizados robôs em diversas linhas de produção. Optou-se pelo papel, material reciclável, para as embalagens, e pela adoção de modelos que demandam menor quantidade de papel para serem produzidas. No caso dos pallets, é usada madeira certificada, acompanhada da implantação de uma oficina interna de triagem e recuperação mediante parceria com transportadoras. Todo o processo de movimentação da mercadoria é feito exclusivamente por empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV), reduzindo o impacto da operação na geração dos gases causadores do efeito estufa. Os materiais paletizados são 100% plastificados e o plástico possui aditivo anti-UV, possibilitando armazenagem de até 12 meses em ambientes sujeitos a intempéries, dependendo do processo de fabricação.
- *Inspeção do produto acabado:* O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final. Nesta etapa são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

(ii) Produção de peças especiais e com 3ª queima:

- *Peças especiais:* Consiste na produção de peças em formatos geralmente não planos, usando processos semelhantes à produção de pisos e azulejos.
- *Terceira queima:* Com o objetivo de obter decoração ou características estéticas diferenciadas, são aplicados esmaltes e realizadas uma ou mais queimas sobre o produto base (piso, azulejo ou peças especiais) já finalizado, com decoração de efeitos especiais.

(iii) Projeto Lastras

Um projeto que teve início em 2019, representando evolução tecnológica do setor de porcelanato, viabilizando produtos maiores e finos, através da tecnologia de laminação, superando as prensas verticais na conformação das placas. Além disso, é uma marmoraria sustentável, possui superfícies contínuas de até 1.80x3.60m, com espessuras de 5 a 30 milímetros por lastra.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Mauricio Arruda – TODOS Arquitetura

As lastras podem revestir pisos, paredes, divisórias, móveis, tanto para ambientes internos quanto externos, com maior continuidade. Suas características possibilitam a execução de grandes fachadas e reforços em bancadas funcionais para banheiros e cozinhas, além da substituição de mármore e madeiras no uso como revestimento e matéria-prima para mobiliário. Este porcelanato é também uma alternativa sustentável aos materiais naturais.

A Companhia é uma das primeiras na produção de lastras no mercado brasileiro, dando maior acessibilidade à categoria e reafirmando a vocação de inovação da marca. O projeto é composto por três etapas, com investimento total estimado em R\$155 milhões. A primeira etapa do Projeto Lastras incluiu forno de 232 metros, já em funcionamento na fábrica. A segunda etapa visou implementação do equipamento que gera as lastras, e foi implementado no segundo semestre de 2020. Para a terceira fase do projeto, busca-se a finalização do processo de beneficiamento das peças para que possam ser comercializadas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Unidade de produção de Lastras

- Inspeção do produto acabado: O Controle de Qualidade permeia todo o processo produtivo e tem a função de monitorar todas as fases, desde o controle da matéria-prima até o produto final, quando são realizadas inspeções de amostras da produção para que se obtenha controle estatístico da qualidade. Os lotes de produção somente são liberados para a Expedição após a aprovação do Controle de Qualidade dos Produtos Acabados (CQPA).

Pesquisa e Desenvolvimento

A área técnica focada em pesquisa e desenvolvimento de processos integra a responsabilidade de incorporar melhorias ao processo produtivo, visando: aperfeiçoamento constante dos produtos, os controles necessários, bem como a especificação dos componentes do processo produtivo, incluindo as matérias-primas e a aplicação correta dos esmaltes e acabamentos.

Outsourcing

Com papel estratégico de complementar o portfólio, oferecer uma solução completa ao cliente e assim maximizar o potencial de distribuição da Companhia, o Outsourcing faz parte da operação desde a importação de bases de porcelanato para beneficiamento no Brasil no início dos anos 90.

O volume e as tipologias de produtos variam conforme o contexto do mercado, mas, em geral, incluem produtos mais econômicos da Ásia e do Brasil, produtos inovadores e diferenciados da Europa e complementos funcionais de origens diversas.

Atualmente o programa de *outsourcing* tem parcerias no Brasil, na China e na Europa, sempre visando a expansão do portfólio atrelado ao pilar de inovação da Companhia. O Projeto Lastras é fruto destas parcerias e conta com os mais altos níveis de tecnologia importados da Itália por meio do programa de outsourcing global.

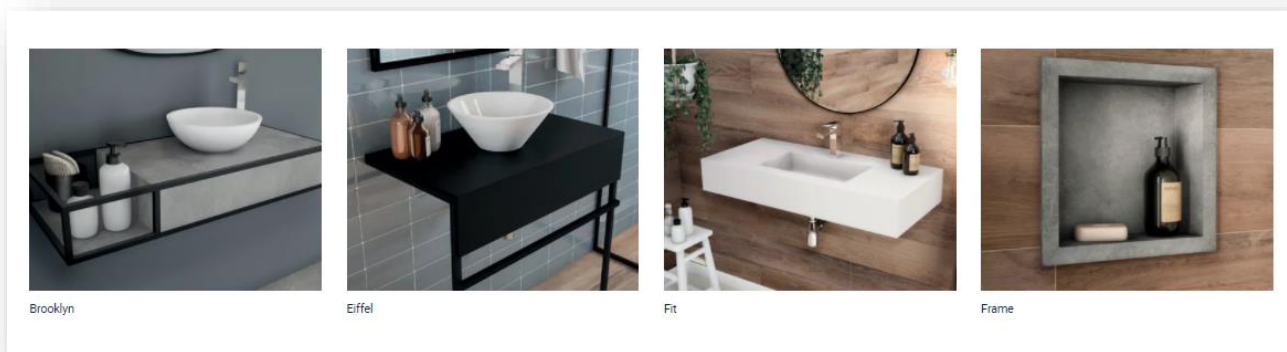
Officina Portobello

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Oficina Portobello traz a expertise de porcelaneria e design contemporâneo, na qual se tornou referência para Arquitetura e Design. A marca traz uma combinação da maestria artesanal com equipamentos e tecnologia de ponta, garantindo a precisão técnica e atenção minuciosa aos detalhes.

O porcelanato Portobello como matéria-prima representa um modo de ver e interpretar o *design* de superfícies, mosaicos, bancadas e mobiliário, substituindo, de forma mais sustentável e com vantagens técnicas, recursos naturais e manufaturados como mármore, pedras naturais, madeira e concreto.

A solução de mobiliário para banheiros e lavabos compõe um acabamento de alta-costura, bloco em porcelanato e sistema de fixação exclusivo.



b) Características do processo de distribuição:

A distribuição multicanal permite maior penetração de mercado e melhor equilíbrio da Companhia frente às instabilidades de mercado, seja entre segmentos no mercado interno, seja através da exportação, que pode ter a intensidade modulada conforme o contexto macroeconômico.

Mercado interno: São três os canais de distribuição:

- **Portobello Shop** – Rede de lojas especializadas em revestimentos e complementos, com foco no atendimento ao arquiteto. A Portobello Shop tem posicionamento premium, oferece experiência de compra diferenciada ao consumidor final da classe A e seu arquiteto. A rede conta atualmente com 192 lojas, sendo 17 lojas próprias e as demais franquizadas.
- **Revenda (multimarcas)** – Distribuição de produtos principalmente para os maiores *home centers* do país, conta com atendimento próprio feito por equipe de consultores nos principais pontos de vendas. Um dos principais diferenciais do canal é a gestão participativa para otimizar estoques, custos logísticos e potencializar resultados comerciais.
- **Engenharia** – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender grandes obras, diretamente ou através de construtoras. A Engenharia tem abordagem técnica e seus diferenciais, além de produtos e sistemas construtivos, incluem relacionamento com arquitetos e inteligência de mercado para monitorar projetos e obras.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado externo

A Portobello América exporta de forma consistente e contínua desde o início de sua operação. Atualmente exporta para cerca de 73 países, com destaque para América do Sul e Central, mercados específicos na Europa e Ásia e com operação em expansão para América do Norte, principalmente EUA. A Pointer exporta principalmente para a América do Sul. Atualmente a Portobello América tem atuação voltada para a distribuição dos produtos Portobello. Dentre os planejamentos estratégicos da Companhia, está a construção da fábrica nos EUA.

Primeira empresa brasileira a exportar revestimentos cerâmicos, a Portobello iniciou sua operação no mercado externo em 1981. A partir de então, a atuação internacional da marca foi constante. Em 1990, visando distribuição dos revestimentos da marca na América do Norte, foi criada a PBA - Portobello América Inc., cuja operação foi desativada em 2010.

O mercado externo, no entanto, não saiu do foco da Companhia. E o movimento decisivo para a internacionalização de suas operações aconteceu 2018 com a reestruturação da área comercial da Portobello América na Flórida (EUA).

Hoje, uma das prioridades estratégicas da Portobello é intensificar a internacionalização das operações, visando potencializar a sustentabilidade do negócio. O mercado americano foi escolhido para o início deste processo tanto por ser atrativo comercialmente para o segmento quanto pela localização, que viabiliza negócios com o Canadá e a América Central.

O projeto está estruturado para implantação em etapas. Inicialmente, o foco é a distribuição, através de *sourcing* global que inclui Brasil, Europa e Estados Unidos, seguido por uma produção local própria. A PBA cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento.

Alinhada à estratégia de internacionalização da marca e dando continuidade à PBA, a Portobello prepara-se para instalar, futuramente, unidade produtiva na cidade de Baxter, no Estado de Tennessee, Estados Unidos, após atingir um nível de maturidade mínimo no mercado norte-americano.

O processo logístico é realizado através dos Centros de Distribuição localizados nas principais regiões de distribuição: São Paulo-SP, Curitiba-PR, Tijucas-SC, Itajaí-SC, Rio de Janeiro-RJ, Goiânia-GO e Recife-PE.

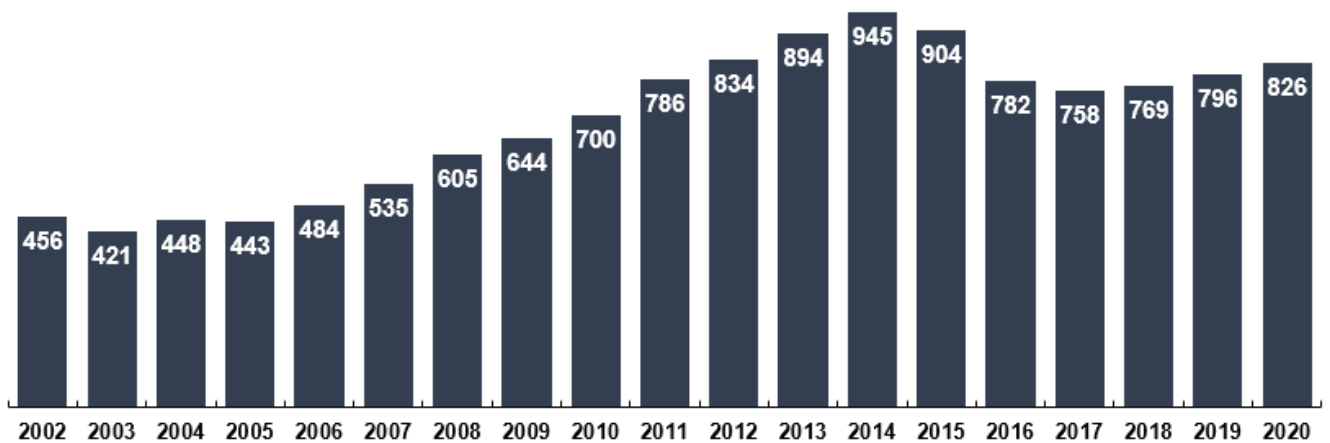
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



c) Características do mercado de atuação, em especial:

Conforme pesquisa da Sondagem da Construção, em fevereiro de 2020 (publicadas pelo CNI/CBIC), apresentam índices que indicam o início da retomada após a crise. Os empresários acreditam na retomada do setor com intenção de investimento e evolução dos números de empregados, contribuindo para a recuperação do setor. As percepções de baixo risco de mercado à operação são reforçadas pelo consumo de revestimento cerâmico no mercado nacional, segundo dados dos associados da Anfacer, que registrou a manutenção da trajetória de crescimento na ordem de 3,8% ao ano, atingindo um montante de 826 milhões m² (o maior desde 2015).

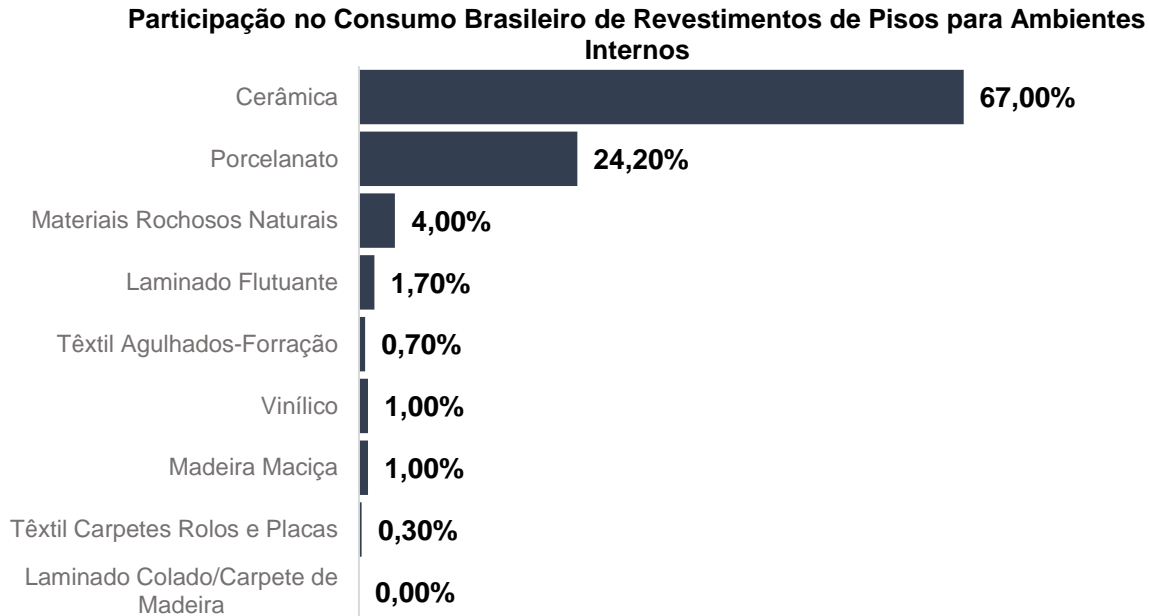
Vendas de Revestimentos Cerâmicos no Mercado Brasileiro
(milhões de m²)



Fonte: Anfacer

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Destacando a participação da cerâmica na atuação no consumo Brasileiro de Revestimentos de Pisos Internos em 2020 (publicado pela Iba) representa 90%, sendo esses os principais produtos industrializados e comercializados pela Portobello.



Fonte: Relatório Iba 2021

No 1º bimestre de 2020, antes da pandemia, o consumo de revestimento cerâmico ampliou 1% segundo Anfacer, mesmo sendo uma época de habitual baixa. Porém, no auge da pandemia registrada em abril o indicador atingiu 24% de queda, onde atualmente o setor reverteu esse cenário em 20% de crescimento. A mesma retomada foi confirmada especialmente pelo varejo, de acordo com o índice Cielo, que registrou um aumento no consumo de materiais de construção em 0,9% no varejo e no mercado das construtoras um avanço de 2,2% no volume de lançamentos publicados pela Abrainc. Desde julho os indicadores setoriais crescem consistentemente, tanto consumo de cerâmica (segundo Anfacer) quanto receita de materiais de construção (Abramat).

As condições da economia, do mercado imobiliário, e os ciclos da indústria de construção são influenciados por: (i) níveis de emprego; (ii) crescimento populacional (iii) confiança e demanda do consumidor (iv) crescimento da renda; (v) taxa de juros; (vi) inflação; e (vii) disponibilidade de financiamento; entre outros fatores que podem provocar volatilidade na demanda.

(i) Participação em cada um dos mercados

O volume de produtos produzidos pela Portobello é distribuído de forma equilibrada entre os canais. Abaixo destacamos o gráfico e a participação em cada mercado para a Portobello e Pointer:

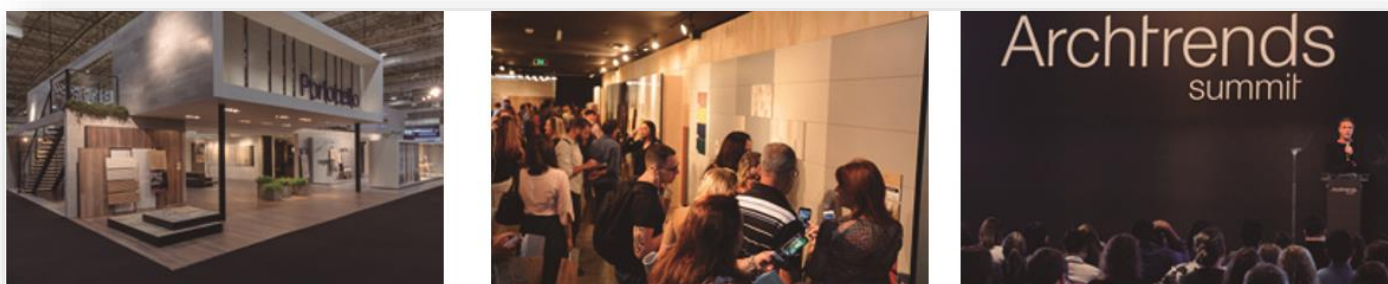
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Geograficamente a distribuição nacional é mais concentrada nas regiões sudeste e sul. Atuamos em todo o território nacional, com lojas Portobello Shop em 25 estados e cobertura nacional através dos demais canais. Exportamos atualmente para mais de 73 países, sendo a maior participação no mercado norte americano através da PBA e na América latina, onde temos rede de distribuidores em todos os países.

(ii) Condições de competição nos mercados

A Companhia conta com ciclo de inovação voltado para o desenvolvimento de novos produtos. Um grupo multidisciplinar de profissionais faz pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento. Todas as informações são organizadas, passam por uma análise do grupo e subsidiam o processo de desenvolvimento de novos produtos, além de inovações em outras áreas que melhoram a experiência do cliente.



Os lançamentos constituem importante ferramenta na estratégia de inovação da empresa, e são constantes e a cada ano, uma nova coleção é concebida para atender às demandas por novas tendências e novidades, principalmente do público de Arquitetos e Designers de Interiores, que, além de especificarem diretamente os produtos da marca, são importantes formadores de opinião.

Os lançamentos são importantes também por alavancar a lucratividade da Companhia, por isso a operação de levá-los ao mercado é um dos grandes desafios da marca e constitui um dos mais importantes processos da empresa, envolvendo produção, logística, marketing e área comercial.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Adicionalmente, a Companhia realiza parcerias criativas, o que consiste em uma evolução na prática da inovação aberta da marca através da co-criação de produtos com os Arquitetos e Designers de Interiores. Algumas parcerias criativas que merecem destaque são: Cecilie Manz, Ruy Othake, Jader Almeida, Maurício Arruda, Fundação Le Corbusier e Fundação Athos Bulcão.

A Companhia conta com um portal denominado de ArchTrends com editorias exclusivas, sob o olhar de formadores de opinião e, em especial, um vasto acervo de imagens para inspiração, produzidas pela Portobello e por profissionais de arquitetura, parceiros da marca. Assim, é garantido o compartilhamento de ideias e cria-se um ponto de encontro entre profissionais e clientes. Também com o objetivo de consolidar a marca, a Companhia participa de eventos com números significativos de participantes e arquitetos.

A inovação da marca é demonstrada também pelo alto índice de lançamentos de produtos. Cerca de 30% do portfólio é renovado anualmente e estruturado para atender às mais diferentes demandas por novas tendências e novidades de obras residenciais e comerciais, principalmente do público de arquitetos e designers de interiores que, além de especificarem diretamente os produtos da marca, são importantes formadores de opinião.



Diferenciais do Portfólio

O Portfólio Portobello é a materialização da estratégia de Inovação e Design da marca. O novo modelo integrado ao varejo, conta com 4 ciclos de lançamentos durante o ano, porém o maior acontece em março, junto à Feira Revestir, principal evento do segmento na América Latina.

A Portobello é líder em produtos premium, liderança sustentada, principalmente, pelos grandes formatos em porcelanato. O portfólio Portobello é estruturado para atender às mais diferentes demandas de obras residenciais e comerciais, no segmento em que a empresa atua.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



No mercado residencial especializado, com distribuição através da rede Portobello Shop, o objetivo é a personalização dos ambientes, com grande variedade de reprodução de materiais da arquitetura em porcelanato de grandes formatos, como madeira, mármore, concretos e pedras e opções de acessórios e peças especiais para diferenciar cada projeto. A combinação de soluções atende à demanda dos arquitetos e seus clientes.

No canal de distribuição aos home centers o portfólio é adequado a necessidade e perfil do cliente que busca autoatendimento e demanda produtos com design e qualidade.

No canal de vendas às grandes obras, as soluções técnicas e de sistemas construtivos são essenciais no portfólio, principalmente para dar suporte à venda de grandes formatos, essencialmente no mais novo modelo de produção de lastras que tem como diferencial um custo menor para o empreiteiro.

A Officina Portobello, solução de mobiliários em porcelanato potencializa a diferenciação do portfólio oferecendo uma solução ainda mais completa com bancadas, nichos e acabamentos para todos os ambientes residenciais, inicialmente com exclusividade no canal Portobello Shop.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Qualidade, Design e Inovação

Com a finalidade de trazer uma tecnologia no estado da arte, a Companhia oferece a seus clientes produtos de qualidade com design e impressão digital de altíssima definição em diversos formatos. Inova através da nova linha de produção de Lastras (grandíssimos formatos), e foca em muita pesquisa e desenvolvimento durante o processo criativo.

As multissuperfícies, que resultam da composição entre técnica, arte e *design*, revelam o encontro do olhar original dos parceiros Portobello com a expertise da equipe de *design* interna. Esta composição somada à inovação são o *start* ao processo único de desenvolvimento das superfícies contínuas. O processo propõe ora reprodução, ora interpretação dos materiais essenciais da natureza, trazendo conceitos diferenciados e exclusivos muito apreciados pelo mercado.

Liderança em tendência como: Berliner, Ipanema, Ms Barcelona, seleção de Mármore como Mont Blanc, Onyx Unique, Black Eclipse, Mare D'Autunno, Michelangelo, Travertino Navona, as madeiras Araucaria Touch e Maori, os concretos, High Line, Cement Block, Harpa e os diferenciais Bonbon, Color Block, Paris, L'Arc e os novos quartzitos nacionais Araxá, Siena, Atlântico.

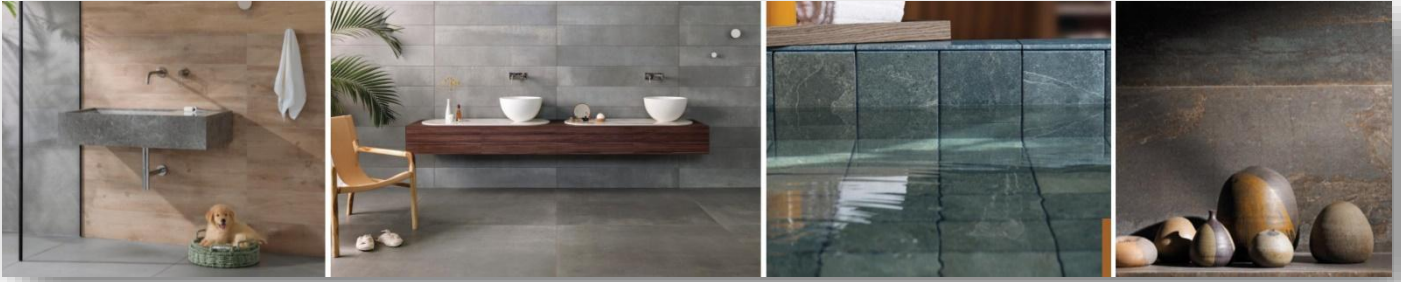


Porcelanatos, Mosaicos para Fachadas, Peças Especiais, Revestimentos para Paredes e os produtos fabricados na OFFICINA Portobello, com design inovador e exclusividade, materializando no mobiliário a sofisticação e durabilidade do porcelanato, que traduzem o design e a inovação da marca Portobello.

Mais de 1.700 itens que reproduzem os materiais essenciais da Arquitetura, com características técnicas superiores para uso como revestimento. O premiado conceito Design Experience propõe uma prática única para cada cliente, é focado na inovação e interação, tudo baseado em venda consultiva, com profissionais preparados e prontos para atender clientes e profissionais de Arquitetura. Este contexto, personaliza a compra, pois oferece todos os recursos tecnológicos desenvolvidos para facilitar a escolha de produtos ideais a cada projeto.

As lojas também apresentam diversos ambientes reais com exposição de produtos, que facilitam a visualização, demonstrando que os mesmos podem perfeitamente estar na casa de clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



A Companhia investe montante aproximado de R\$ 9 milhões/ano em lançamentos. São cerca de 250 novos produtos incorporados anualmente ao portfólio da empresa, representando 15% do volume faturado. Este é um importante indicador de inovação da marca, com lançamentos programados por ciclos que passaram a ser mensal a partir desse ano.



Marketing Digital

A transformação digital é fundamental para a sustentação do posicionamento de inovação da marca Portobello e suas subsidiárias. A Companhia cria ações voltadas para melhorar a experiência dos consumidores e especificadores com a marca, além de adotar comportamentos alinhados às novas tecnologias também na operação da empresa. A exemplo disso, a empresa adotou o iPad como plataforma de trabalho para toda a equipe comercial e desde então vem incrementando a experiência com a marca com novos serviços e aplicativos.

Simuladores de ambientes, realidade virtual, inteligência artificial para especificação de produtos e uma plataforma – *Archtrends* Portobello – com tendências e referências de imagens sintetizam os diferenciais da Portobello quanto às novas tecnologias. A plataforma *Archtrends* Portobello, alcançou a marca de 300 mil visitantes recorrentes por mês, marcando importante passo na transformação digital da Companhia.

A transformação digital transcende a Portobello Shop e gera inovações para toda a empresa, mas é neste canal, a proa da estratégia de varejo integrado, que é exercitada mais intensamente. Sistemas de inteligência para monitoramento do mercado, captação de obras, *inbound* marketing e CRM complementam os investimentos da Portobello na transformação digital, com proposta nacional englobando fachadas de construção e ventiladas, além de substituição mais eficientes

Outra importante iniciativa expandida por meio do marketing digital é o Programa Mais Arquitetura O projeto permite à empresa manter diálogo constante para trocas criativas e identificação de necessidades do mercado, de forma estruturada e potencializando a visibilidade da marca. O Coletivo Criativo, projeto de criação de uma linha de produtos Portobello com um grupo de arquitetos destaque, realizado anualmente

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

em destinos de interesse arquitetônico, expressa a importância desse processo para a marca, englobando grupo de aproximadamente 25 profissionais da Arquitetura.

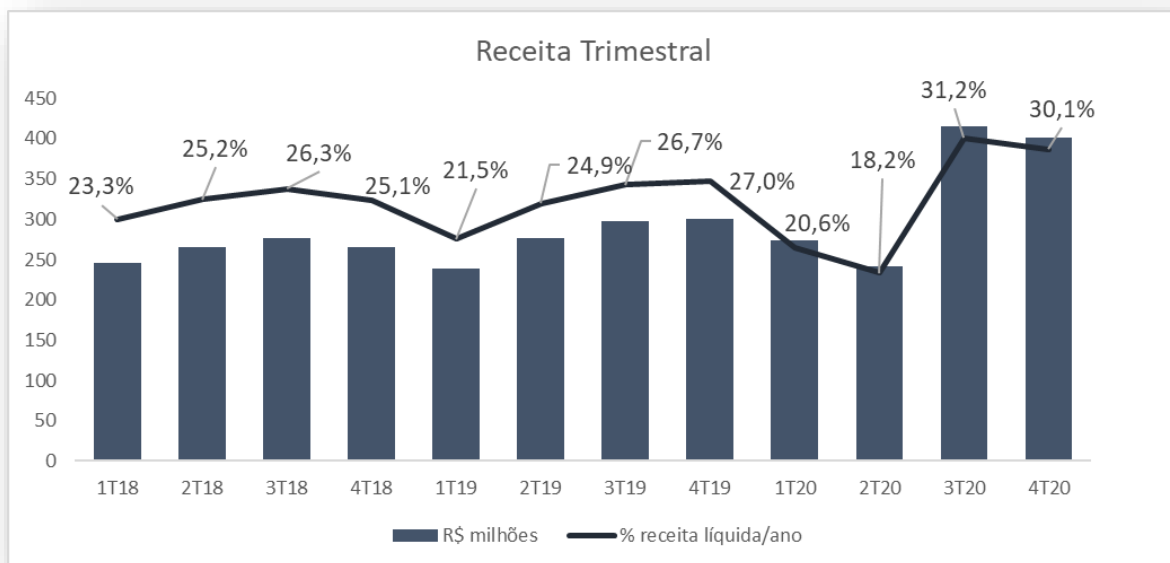
A construção gradual da base digital tem foco em criar uma conexão com os arquitetos, considerando que atualmente os clientes têm exigências específicas. Desta forma, a empresa participa da geração de conteúdo em redes sociais focadas em decoração, com ênfase em revestimento cerâmico.

Outra importante iniciativa são os eventos setoriais. Atualmente, estes eventos ocorrem de forma virtual. Um dos exemplos é a UNLTD.EXPERIENCE , mostra unlimited – revestir 2021, que reuniu mais de trinta mil pessoas.

d) Eventual sazonalidade:

O mercado de atuação da Companhia apresenta sazonalidade moderada. Historicamente, no terceiro trimestre apresenta melhora na demanda por produtos cerâmicos. A variação ocorre sumariamente por fatores externos ligados a preços de mercado em geral e a decorrências dos feriados de final de ano, que geram gasto maior *per capita* em outros setores da economia. Consequentemente, o ritmo de consumo no primeiro semestre diminui.

Outro fator que afeta a sazonalidade do consumo, é a desaceleração da construção civil no final do ano até meados de março devido aos feriados presentes e as férias corporativas/escolares.



e) Principais insumos e matérias primas:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores, periodicamente avaliados de acordo com as normas da ISO. A integração dos mesmos à cultura de sustentabilidade da Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

inclui o compartilhamento de Código de Ética, que estabelece formalmente a ciência e concordância com os valores, princípios e requisitos da Companhia.

Para monitorar seu cumprimento, a Companhia promove auditorias de conformidade ambiental junto aos fornecedores de matéria-prima para verificar o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade. Não há qualquer acordo de exclusividade com fornecedores, mas um trabalho conjunto que possibilita a programação da sua produção a fim de atender a demanda da Companhia ou que a notifiquem com antecedência caso prevejam atrasos. Considerando problemas climáticos, solicita-se aos fornecedores de massa que mantenham estoque de segurança de aproximadamente de seis meses.

Atualmente, no polo industrial de Tijucas (SC), em torno de 10% da matéria prima mineração é extraído de jazidas próprias e 90% comprado no mercado regional. Já na unidade de Marechal Deodoro (AL), aproximadamente 20% das matérias primas de mineração são obtidas das jazidas próprias e 80% de terceiros.

O processo produtivo foi aperfeiçoado para o aproveitamento dos resíduos que podem ser triturados e incorporados à composição da massa, representando em torno de 7% da matéria-prima total.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A única dependência ou vulnerabilidade em relação abastecimento da Companhia é com o fornecedor SC Gás, visto que depende deste insumo para que a produção aconteça normalmente, pois utiliza o recurso do gás natural como combustível, que representa parcela significativa dos custos. A empresa vem analisando e testando energias alternativas para minimizar os impactos dessa dependência.

Em geral, atua com uma vasta lista de fornecedores, selecionados com base em propostas gerais, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições. Além do preço, a seleção leva em conta a qualidade dos materiais, que deve atender a padrões rígidos.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os insumos (gás natural e energia elétrica) adquirido pela Companhia para o desenvolvimento de suas atividades têm representado, em média ano 29,1% (24,7% em 2019) do custo total de compras.

O Gás Natural é fornecedor exclusivo, que está sujeito a controle ou regulamentação governamental e as variações nos preços são submetidos a indexadores como variação cambial do Dólar e o preço do Barril de Petróleo tipo Brent, com periodicidade de 2 vezes ao ano, que geram impacto no custo dos produtos da Companhia.

A Energia Elétrica é adquirida através de mercado livre com contratos de horizonte de 3 a 5 anos com reajustes anuais corrigidos pelos índices inflacionários mistos IGPM/IPCA, conforme descrito em contrato.

Os insumos de matérias primas de massas, esmaltes e embalagens representam 27,2% (32,1% em 2019) do custo total de compras/ano e são adquiridas de diversos fornecedores. O reajuste de preços baseia-se geralmente na avaliação do índice IPCA ou negociações via mercado guiado por oferta e demanda (exemplo: embalagens). A Companhia busca periodicamente o desenvolvimento de novos fornecedores visando sempre o melhor custo/qualidade.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

As atividades da Companhia dependem das licenças governamentais ligadas ao Meio Ambiente que são necessárias para o funcionamento de qualquer tipo de operação industrial voltado ao mercado de construção civil, em cumprimento das regras dos órgãos que regulam o setor, como o Instituto do Meio Ambiente (“IMA”), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (“MAPA”) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (“IBAMA”).

Além disso, são necessárias as licenças para mineração, através da Lei 13.575/2017, que criou a Agência Nacional de Mineração – ANM.

A ANM, que substituiu o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e, como consequência, iniciou o novo Regulamento do Código de Mineração – Decreto nº 9.406/2018. A partir disso, a ANM vem publicando resoluções para atualizar a legislação minerária. A ANM autoriza o minerador a realizar a extração de substâncias minerais através de documentos que culminam em “portarias da Lavra”, emitidos pelo Ministério de Minas e Energia.

O histórico de concessão das licenças em seus diversos estágios, não é favorável devido ao dilatado tempo necessário para tramitação e todas as fases requeridas. A burocracia neste caso, não favorece a competitividade do setor industrial brasileiro

b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia opera com sistema de gestão ambiental em conjunto com outras áreas da empresa, pesquisas para desenvolvimento e implantação de novas formas de preservação, racionalização e melhoria da eficiência, aprimorando processos e capacitando o público interno.

A uniformização e excelência nos procedimentos são pré-requisitos que levaram à adoção de normas internacionais de qualidade, como ISO 9001, versão 2015. O foco deste trabalho é diverso e múltiplo, vez que se propõe a monitorar e mitigar os aspectos mais relevantes ao longo da cadeia produtiva. Assim, a Companhia tem programas e resultados desde a extração da matéria prima até as características do produto final que chega à casa do consumidor.

Entre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental e o monitoramento de efluentes e de emissões atmosféricas. Em 2019 e 2020 foram investidos em torno de um milhão exclusivamente para meio ambiente.

Tais iniciativas baseiam-se em projetos de melhoria contínua, por entender que a atuação sistemática e de longo prazo contribuem para o desenvolvimento de forma sustentada dos processos, do negócio e das relações com os *stakeholders*.

A empresa entende a sustentabilidade baseada em três pilares: econômico, social e ambiental, definindo as seguintes diretrizes para cada pilar:

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Responsabilidade Ambiental (Produto):

Exercitar o design e a inovação sustentáveis;

Potencializar a sustentabilidade do material cerâmico, com destaque nas jazidas de matéria-prima, na energia, na água e na gestão dos resíduos;

Cultivar e incentivar boas práticas de proteção ao meio ambiente, comprometendo-se com a educação ambiental.

- Responsabilidade Social (Gente):

Promover a saúde, segurança, bem-estar e desenvolvimento das pessoas;

Priorizar as crianças e o esporte nos projetos sociais;

Ser parceira da comunidade apoiando boas iniciativas de responsabilidade social;

Incentivar a cultura e participar das ações de voluntariado de seus colaboradores.

- Responsabilidade Econômica (Negócio):

Comprometer-se com a excelência em resultados;

Crescer juntos. Criar condições de geração de valor para todos;

Investir em boas práticas de gestão e governança, priorizando a meritocracia;

Investir de forma contínua na sustentabilidade.

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

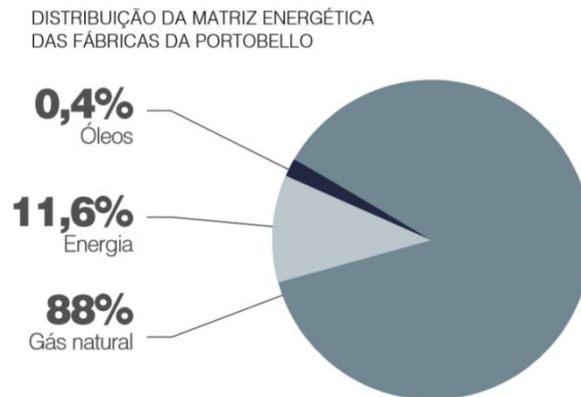
- Incorporação de resíduos, prática que reduz demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações. Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do Green Building.
- Pela substituição de matérias-primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumidor e no desempenho do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.
- Pela redução do volume de materiais consumidos na produção e também na aplicação e uso dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia cerâmica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Entre os principais Indicadores Ambientais citamos os seguintes:

(i) **Matriz Energética**

A matriz energética é composta por gás natural, energia elétrica, painéis fotovoltaicos (na Pointer) e combustíveis fósseis. O gás natural é o principal recurso necessário para a fabricação de revestimentos cerâmicos, devido à necessidade térmica que o material cerâmico precisa para a transformação das argilas.



A adoção do gás natural como principal fonte de energia proporcionou inúmeras vantagens, como baixo impacto ambiental, facilidade de transporte e manuseio, segurança. Além da oportunidade de redução de custos, a Companhia reduz o impacto ambiental da operação. A abordagem da Portobello foi a de se alinhar aos que já enfrentam o grande desafio do século: a mitigação das emissões de gases vistos como potenciais responsáveis por mudanças climáticas no planeta e otimizar os processos industriais para que produza mais com menos.

- **Baixo impacto ambiental:** sua queima produz uma combustão limpa, melhorando a qualidade do ar, pois substitui formas de energias poluidoras como carvão, lenha e óleo combustível. Contribui ainda para a redução do desmatamento.
- **Facilidade de transporte e manuseio:** contribui para a redução do tráfego de caminhões que transportam outros tipos de combustíveis. Não requer estocagem, eliminando os riscos do armazenamento de combustíveis.
- **Segurança:** por ser mais leve do que o ar, o gás se dissipa rapidamente pela atmosfera em caso de vazamento. Esta é a grande diferença em relação ao gás de cozinha (GLP) que, por ser mais pesado que o ar tende a se acumular junto ao ponto de vazamento, facilitando a formação de uma mistura explosiva.
- **Incorporou tecnologias complementares de eficiência energética:**
- Reaproveitamento do calor que sai das chaminés dos fornos entre equipamentos por meio de sistema que permite a transferência de parte do calor dos fornos para os secadores, poupando energia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Fazendo uso do sistema de ar-gás modulante, o qual adéqua a relação entre o gás e o ar atmosférico, fazendo a queima perfeitamente estequiométrica, atendendo à demanda de energia dos fornos (diferente do sistema tradicional, que prevê fornecimento constante de ar atmosférico, independente da real necessidade de combustível).
- Implementou um Programa Conservação de Energia, visando à redução/otimização do consumo de energia elétrica.

(ii) Os Resíduos

A gestão de resíduos da Companhia envolve dar destinação correta a todos os resíduos gerados durante o processo produtivo provenientes de processo de tratamento de lodos de efluentes industriais, resíduos refratários, recicláveis e outros internos da empresa. Atenta às tendências globais de comportamento, mercado e de legislação, a Portobello propôs-se a uma ambiciosa meta: nível zero de resíduos sólidos descartados pelo processo produtivo. Para tanto, a empresa investiu em programa que combina tecnologia, treinamentos e modificação de estruturas internas para mudar a cultura da Organização de forma que os resíduos fossem vistos como matéria-prima para o processo industrial. Entre as principais medidas:

- Estabelecimento de procedimentos de gerenciamento ambiental baseados nas tecnologias de vanguarda disponíveis no mercado, visando segregar de forma adequada os resíduos para posterior reutilização, dentre elas a Coleta Seletiva de recicláveis/não recicláveis e dos cacos cerâmicos.
- Estabelecimento de uma nova sistemática de separação e coleta nas fontes geradora de resíduos recicláveis. Os resíduos são encaminhados diretamente para destinação final (reciclagem).
- Os cacos cerâmicos queimados são separados conforme a tipologia, moídos e reincorporados nas formulações de massa cerâmica.
- Os *pallets* são consertados, recuperados e reutilizados pela Companhia, em 2020, retornaram 3.088 *pallets* e 4.254 suportes dos nossos clientes, os que provêm de fornecedores são separados para devolução; e as peças que já não podem mais ser recuperadas são vendidas para transformação do mesmo em cavaco.
- Papel, plástico e metais são comercializados com empresas recicladoras devidamente licenciadas, evitando que voltem para a natureza, servindo como matéria-prima de outros processos e consequentemente gerando receita financeira para a Companhia.
- Os resíduos sólidos da estação de tratamento de efluentes industriais (ETE Industrial, ETE Polimento), por sua vez, são consumidos como matéria prima no processo produtivo interno.
- O lodo ou “torta” de polimento, que era consumido parcialmente, foi incorporado em sua totalidade na formulação das massas cerâmicas, com ajustes de composição e nos processos envolvidos, tornando-se uma fonte de matéria prima de reuso importante tanto ambiental como economicamente. Os destinos secundários, como uso em coprocessamento nas cimenteiras e olarias foi substituído pelo consumo interno.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Todos os materiais particulados contidos no filtro de mangas retornam ao processo produtivo. As formulações das massas cerâmicas são reajustadas para consumir toda a geração destes resíduos.
- O reaproveitamento dos resíduos refratários se dá pelo processo de trituração e posterior inclusão ao processo cerâmico como matéria-prima de alto valor agregado. Sua constituição química substitui matérias-primas naturais, evitando a retirada do meio ambiente.
- Além do desenvolvimento de novas técnicas produtivas que permitissem a incorporação de materiais já usados, a Companhia teve que superar também a ausência de legislação específica sobre tais práticas: para reutilizar o resíduo “torta de polimento” como agregado para a fabricação de cerâmicas, por exemplo, houve a necessidade da elaboração de uma legislação específica. Tal diploma legal foi desenvolvido em conjunto com outras Indústrias de Revestimentos Cerâmicos dentro do CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina – onde foi estruturada uma câmara técnica de resíduos, focada no desenvolvimento desta e de outras resoluções específicas. A Resolução em questão é a RESOLUÇÃO CONSEMA 15, que agora beneficia todo o setor de cerâmicas do Estado.
- Em 2020, 96,09% dos resíduos foram reutilizados e/ou reaproveitados no próprio processo produtivo, 3,84% foram enviados para reciclagem, 0,07% provenientes do uso sanitário, foram encaminhados para aterros sanitários (resíduos orgânicos), por não serem passíveis de reuso/reutilização.
- Parte dos resíduos é reincorporada ao processo produtivo, fazendo com que hoje os produtos tenham em média de 24% de conteúdo reciclado, um índice que, além de representar uma boa prática de sustentabilidade, é também critério para os edifícios que buscam certificação no Green Building (LEED Materiais e Recursos).
- Conscientização e criação da cultura da segregação, reciclagem e reuso junto aos Colaboradores, que assim disseminarão estes conceitos e práticas para a Sociedade.

(iii) A Água

A água é fundamental para a fabricação dos revestimentos cerâmicos Portobello, pois na atual tecnologia adotada pela Companhia Este insumo é utilizado principalmente para a moagem das argilas e para o polimento das peças. Assim, ações de redução de consumo, melhoria da qualidade da água e otimização dos processos mostram-se extremamente importantes. Por isso, mais uma vez a Companhia impôs-se a perseguir o desperdício e descarte de água, bem como a melhoria nos indicadores de qualidade da mesma.

Para tanto, foram implementadas as seguintes ações:

- Separar os circuitos de água: um para uso industrial e um para uso doméstico, direcionando-os a dois sistemas distintos de tratamento: um de efluente industrial e um de efluente sanitário.
- O sistema industrial é 100% circuito fechado, sem nenhuma devolução ao meio ambiente e com baixíssima captação, que contempla duas estações de tratamentos de efluentes em Tijucas (SC) e Marechal Deodoro (AL), e um sistema de reaproveitamento dos sólidos contidos na água industrial.
- Uma rede descentralizada faz o tratamento de efluentes sanitários, passando por 14 estações de tratamento, com tecnologia biológica de lodos ativados. Nos últimos dois anos, todas as estações passaram por ampliações, aumentando a capacidade de volume dos tratamentos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Instalação tubulações de interligação entre as estações de tratamento de efluentes, visando melhorar a qualidade da água do processo através da adoção da técnica de balanço de massa/uso específico em algumas etapas do processo.

Os resultados alcançados são:

- Reutilização de 100% dos efluentes industriais tratados, tendo como reposição apenas os quantitativos perdidos por evaporação nos processos de troca térmica, evaporação e arraste.
- Reintegração, à rede pluvial, da água de uso doméstico após o devido tratamento.
- Melhoria da qualidade da água de reuso com a redução da concentração de sais dissolvidos nos efluentes industriais, principalmente os oriundos do processo de polimento de revestimentos cerâmicos, através da técnica de balanço de massa.

(iv) A Flora

A produção de revestimentos cerâmicos, por ser uma atividade de transformação primária, demanda recursos naturais em estado bruto como as argilas, caulins e feldspatos. Tais minerais, em parte explorados pela própria Companhia nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Sergipe e Alagoas precisam de atenção especial porque, mesmo que haja a adoção das melhores práticas disponíveis, causam impactos ao meio ambiente.

A matéria-prima utilizada pela Companhia vem de jazidas distribuídas nacionalmente, e a localização são na maioria próximas às unidades produtivas, sendo 15% de concessão direta da Companhia e 85% de empresas fornecedoras na Portobello e na Pointer 80% são de jazidas próprias e 20% de terceiros.

BIODIVERSIDADE

308-2

IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOAMDAS A ESSE RESPEITO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES	2017	2018	2019	2020
Total de fornecedores submetidos a avaliação de impacto ambiental	34	19	22	16 (100%)

Após extração da argila, a Companhia recupera as áreas mineradas com o objetivo de devolvê-las à sua vocação natural, que pode ser agricultura ou reflorestamento. Tradicionalmente a recuperação da flora em áreas de extração baseia-se por meio de pesquisas. Além do prazo longo, de cinco anos, esse processo tem o agravante de não restituir a diversidade original. Por meio de pesquisas acompanhadas por instituições diversas, a Companhia chegou a um método de referência para a recomposição da flora,

Baseado no plantio de espécies originárias da região explorada – técnica que acelerou em cerca de dois anos o processo de regeneração da cobertura vegetal das áreas mineradas – concomitantemente ao processo de exploração. A recuperação da cobertura vegetal foi acompanhada por uma elevação da biodiversidade vegetal, em comparação com o método usado anteriormente.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos últimos dois anos foram plantadas aproximadamente 4.500 mudas nativas com o objetivo de reflorestamento e recuperação de flora local.



(v) A Logística

- As embalagens são de papel reciclável e, em sua maioria, com desenho que minimiza o consumo de papel, denominada embalagem bandeja e embalagem fita.
- Com uma iniciativa de logística reversa desenvolvida nos Centros de Distribuição, em 2019 retornaram em média 16 mil itens entre pallets e suportes metálicos e ainda foi realizado a recuperação de mais de 91 mil pallets internamente na planta Tijucas (SC).
- A movimentação interna de cargas utiliza 100% de empilhadeiras movidas a gás natural veicular (GNV).
- As Notas Fiscais Portobello são eletrônicas, gerando economia de papel.

(vi) A Gestão

A Gestão Ambiental é conduzida na Companhia pelo conjunto de várias áreas da empresa e conta com orçamento próprio para implantação de programas de melhoria, monitoramento e capacitando o público interno.

A Companhia mapeou sua operação, identificando as principais externalidades em cada etapa para desenvolver e implantar projetos de mitigação eficientes.

(vii) Educação Ambiental

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, foi criado um planejamento anual de educação ambiental que visa atingir tanto o público interno (colaboradores) como externo (crianças da comunidade).

Esse planejamento atingiu diretamente mais de 1.000 crianças da comunidade com atividades como: palestras, visita a estação de tratamento de efluente industrial, jazida de minério, Projeto Tamar e Parque Estadual do Rio Vermelho, sessão cinema.

Para os colaboradores ações como Diálogo Mensal Ambiental, que é um momento que os colaboradores das fábricas param para fazer uma reflexão sobre os principais temas ambientais, distribuição de mudas, incentivo ao plantio de árvores com uma exposição de fotos.



Os colaboradores também são treinados sobre diversos assuntos, dentre esses assuntos, pode-se destacar o treinamento sobre assuntos ambientais. Além disso, todos os novos funcionários passaram por treinamento em sua primeira semana na Portobello, tendo uma média de 55 a 90 horas de treinamento durante o ano.

(viii) Os Fornecedores

Os fornecedores de matéria-prima passam por auditoria de conformidade ambiental que verifica o cumprimento dos aspectos legais, fiscais, ambientais e técnicos da atividade e nenhum dos fornecedores atuais avaliados apresentou atividades causadoras de impactos ambientais significativos.

As condições de fornecimento são garantidas por contrato formal e ciência do Código de Ética com todos os fornecedores.

(ix) Os Produtos

A Companhia vê a redução do impacto ambiental, por meio de seus produtos, em três vertentes:

- Pela incorporação de resíduos, prática que reduz a demanda por matérias primas virgens e que permite atender os critérios da certificação LEED, a mais usada para atestar a sustentabilidade de edificações.

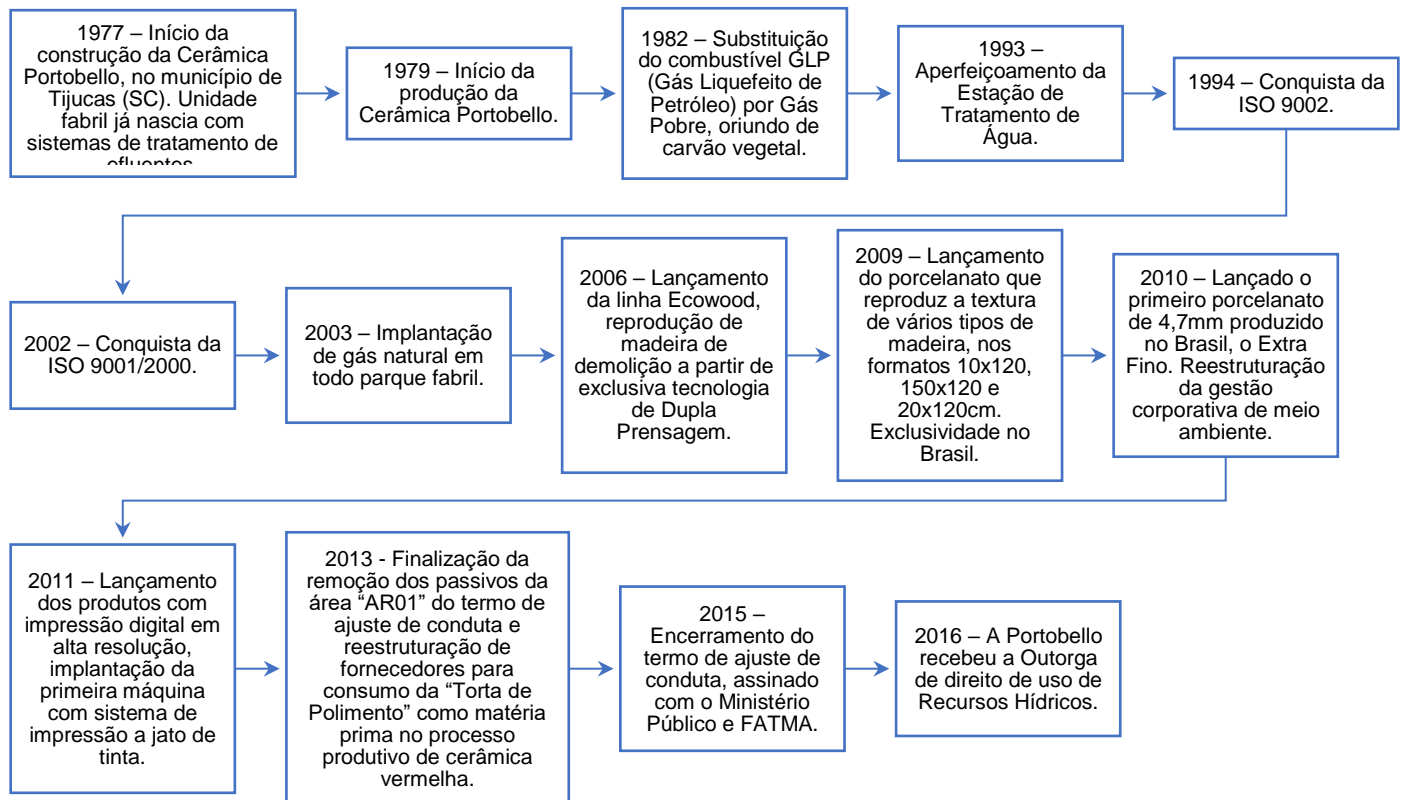
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Com média de 18% de conteúdo reciclado, os produtos Portobello atendem ao LEED para novas Construções na categoria Materiais e Recursos do *Green Building: Credit 4.2 – Recycled Content, 10% (post-consumer + ½ pre-consumer) – 1 point*.

- Pela substituição de matérias-primas naturais nas edificações, notadamente mármore e madeira. O porcelanato reduz o impacto ambiental da extração da pedra e das madeiras sendo que, no caso específico desta última, há um ganho para o consumidor e no desempenho do produto, uma vez que o piso de madeira tende a se deteriorar mais rapidamente que o porcelanato em determinadas condições de uso.
- Pela redução do volume de materiais consumidos na produção e também na aplicação e uso dos revestimentos, o que se tornou possível graças ao desenvolvimento da tecnologia cerâmica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A linha do tempo da gestão ambiental Portobello



Prêmios Recebidos

2012 - A Portobello foi vencedora do prêmio Expressão Ecologia da Editora Expressão Ecologia.

2016 - A Pointer recebeu o Prêmio Alagoas Verde conferido pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente, como Empresa mais Sustentável do Estado.

2017 – A Portobello foi vencedora do prêmio Fritz Muller da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA).

2018 – A Portobello recebeu o Prêmio Expressão de Ecologia na categoria “Resíduos Sólidos”.

A Portobello conquistou o Prêmio Ser Humano 2018 da ABRH (Associação Brasileira de Recursos Humanos),

2019 – Troféu de Responsabilidade Social – ALESC

Prêmio Ser Humano 2019 – ABRH/SC

Certificado de empresa cidadã – Tribunal de Justiça SC

17º Edição Certificado Empresa Cidadã – Conselho Regional de Contabilidade do RJ

2020 - Portobello Shop - Prêmio ABF Destaque Franchising em Sustentabilidade na categoria Máster, com o projeto Lastras Portobello – Porcelanateria Sustentável/ abril 2020

Portobello - Prêmio Empresa Cidadã 2020, categoria preservação ambiental com o case de “Uso eficiente da água na sua operação”/ novembro 2020

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades



Evento de premiação Prêmio Fritz Müller 2017 em Santa Catarina

Investimento em Meio Ambiente

Dentre os investimentos para a área de Meio Ambiente pode-se citar a execução de estudos de investigação ambiental Inventário de Gases de Efeito Estufa, o monitoramento de efluentes e de emissões aéreas. Foram investidos mais de em 2020 800 mil exclusivamente para meio ambiente no ano de 2019.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Companhia não possui em suas atividades qualquer tipo de dependência representativa quanto a patentes, marcas, licenças de terceiros, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades. Na comercialização dos produtos que fabrica a Companhia adota como prática, conforme determina a legislação em vigor, efetuar o pedido de registro prévio junto ao INPI de todas as marcas e patentes que utiliza, não existindo riscos.

A Portobello, marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimentos, é detentora de algumas marcas, dentre elas podemos destacar: “Portobello”, “Portobello Shop”, “Oficina Portobello”, “Portobello América” e “Pointer”. Todas se encontram registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob a titularidade da Companhia nos segmentos de atuação pertinentes.

A Companhia mantém seus produtos constantemente inovados através do portal Archtrends Portobello, na qual foi criada para ser a principal fonte de referências e tendências do país, em arquitetura e design com foco em revestimentos. sugiro retirar esse parágrafo

Além disso, a empresa investe em coproduções com arquitetos e designers renomados como Cecilie Manz, Ruy Othake, Jader Almeida, Mauricio Arruda, entre outros, realizando contratos de coprodução com os mesmos. Cecilie Manz foi eleita a designer do ano de 2018, durante a feira Maison et Objet; Ruy Ohtake é um dos maiores nomes da arquitetura brasileira contemporânea; Jader Almeida é um dos designers brasileiros mais reconhecidos dentro e fora do Brasil.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Em 2019, a receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R\$ 939.218 mil. Sua participação na receita líquida foi de aproximadamente 84%.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

A tabela a seguir apresenta uma comparação da receita do mercado externo de 2019 com os anos anteriores (valores em reais mil):

País	2019	%	2018	%	2017	%
U.S.A.	42.982	25%	22.233	12%	12.693	7%
Argentina	35.731	20%	49.484	27%	46.925	26%
Paraguai	18.004	10%	18.769	10%	16.467	9%
Chile	11.487	7%	11.619	6%	10.325	6%
Bélgica	6.894	4%	5.498	3%	4.902	3%
Bolívia	6.376	4%	8.137	4%	5.657	3%
Uruguai	6.227	4%	6.315	3%	6.247	3%
Peru	5.125	3%	4.936	3%	3.148	2%
Colômbia	3.870	2%	6.895	4%	7.190	4%
Austrália	3.642	2%	9.192	5%	9.855	5%
México	2.907	2%	3.588	2%	5.295	3%
Canadá	2.136	1%	3.510	2%	3.510	2%
Guatemala	1.946	1%	2.376	1%	3.738	2%
Emirados Árabes	1.852	1%	3.503	2%	2.576	1%
África Do Sul	1.239	1%	4.437	2%	3.484	2%
Alemanha	1.000	1%	4.534	2%	10.667	6%
Outros países	23.633	14%	20.489	11%	30.261	17%
Total	175.051		185.512		182.938	

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 2019 a receita líquida consolidada proveniente de países estrangeiros foi de R\$ 175.051 mil. Sua participação na receita líquida total foi de 16%.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Desde 2019 as importações para a Argentina estão regulamentadas pela SIMI - Sistema Integral de Monitoramento de Informações nos termos da Resolução Geral Nº 2.570 editada pela Impositiva Aduana de Seguridad Social - "AFIP" (Segurança social de imposto aduaneiro) na Argentina. Esse monitoramento visa restringir importações àquele país, impondo aos importadores o cumprimento de requisitos e apresentação documentos para importação. A Companhia cumpre com todas as exigências formais e está totalmente habilitada para exportar para esse país.

Além do ponto destacado acima, as atividades da Companhia não estão sujeitas à regulação específica nos países estrangeiros em que atua, pois, seus produtos não têm qualquer tipo de restrição no mercado externo, razão pela qual os seus negócios não são afetados.

Por fim, vale salientar que em suas relações comerciais de importação de bens e serviços não existem restrições regulamentares ou de legislação local.

7.8 - Políticas Socioambientais

a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

As informações das políticas socioambientais são divulgadas pela Portobello em seu Relatório de Sustentabilidade Anual no website da Companhia.

As informações para o relatório são levantadas internamente junto com uma consultoria externa para auxiliar na coleta de dados e na estruturação do arquivo.

b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Para fins de reporte, a Portobello segue as orientações do Global Reporting Initiative (Versão GRI Standards).

c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não foi realizada uma verificação externa (auditoria) das informações do relatório.

d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Essas informações são encontradas no endereço <http://ri.portobello.com.br/> e <https://www.portobello.com.br/sustentabilidade/>.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável.

8.1 - Negócios Extraordinários

Venda do ativo tributário - Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

Conforme destacado no tópico 4.6 deste formulário, a Companhia nos termos da Reunião do Conselho de Administração nº 11, realizada em 30 de setembro de 2019, que aprovou a negociação do ativo tributário, constituído através da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, tendo como valor original a importância de R\$ 180.708 mil, base agosto de 2015, que após submetido aos índices legais de correção monetária pelos órgãos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o valor deste ativo tributário passou a ser de R\$ 200.549 mil, base junho de 2019.

Desta forma, a Companhia realizou a venda do ativo tributário ao preço final de R\$ 170.000 mil mediante liquidação realizada em 30 de setembro de 2019, cujas condições estão incertas na Escritura Pública de Cessão de Créditos, lavrada junto ao 9º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo.

Na venda do precatório houve deságio financeiro e, desta forma, a obrigação para a Refinadora Catarinense S.A. passou a ser de R\$ 33.790 mil, cujo cronograma de pagamento previa três parcelas iguais. A primeira parcela foi paga no mês de dezembro de 2019, a segunda foi paga parcialmente (R\$ 7.000 mil) no mês de abril de 2020, com o restante (R\$ 4.400 mil) postergado para julho de 2020 e a terceira e última (R\$ 11.400 mil) em outubro de 2020, totalizando R\$ 22.800 mil, valor este que sofreu atualização e resultou em um desembolso total de R\$ 23.014 mil (R\$ 7.000 mil, R\$ 4.480 mil e R\$ 11.534 mil, respectivamente).

A Companhia, considerando que o crédito executado tenha sido objeto de concordância pela Contadoria Judicial, tendo sido homologados os valores apresentados pela Companhia e, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial anexadas ao processo em março de 2020, em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação técnica acerca das impugnações apresentadas pela União Federal, realizou o reconhecimento da parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 mil (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido um ativo de R\$ 75.107 mil. Concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de “Dívidas com pessoas ligadas” foi constituído o valor de R\$ 56.330 mil referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1.737 mil referentes a PIS e COFINS, R\$ 3.380 mil referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4.166 mil, sendo este quitado em outubro de 2020.

Em relação aos tributos incidentes sobre o precatório, a Companhia impetrou Mandado de Segurança preventivo objetivando que fosse reconhecida judicialmente a não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre as receitas referentes a este precatório.

No curso da discussão judicial, sobreveio decisão do Supremo Tribunal Federal (junho de 2020) no RE 631.537, com repercussão geral n. 361, cuja ementa da decisão foi assim transcrita: “Precatório – Crédito – Cessão – Natureza. A cessão do precatório não implica alteração da natureza”.

Desta forma, ficou assentado que, mesmo após a cessão do precatório, não há alteração da natureza da tributação do crédito. Portanto, se o crédito não era tributado na origem, de igual modo não poderia ser tributado posteriormente, mesmo na hipótese de cessão.

Este é o entendimento da área jurídica da Companhia, secundado por parecer externo, da lavra do escritório Pinheiro Neto, que em suas conclusões consigna que “Após a decisão do STF de junho de 2020 sobre a natureza do precatório após a sua cessão, entendemos que as chances de êxito da Companhia na discussão sobre a tributação dos valores de principal provenientes do precatório são qualificadas como prováveis e a perda qualificada como remota. “

8.1 - Negócios Extraordinários

Diante disso, a Companhia efetuou a reversão da provisão de pagamento do tributo reportado, no valor de R\$ 70.187 mil.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a empresa iniciou uma reestruturação organizacional, conforme descrito a seguir, com alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

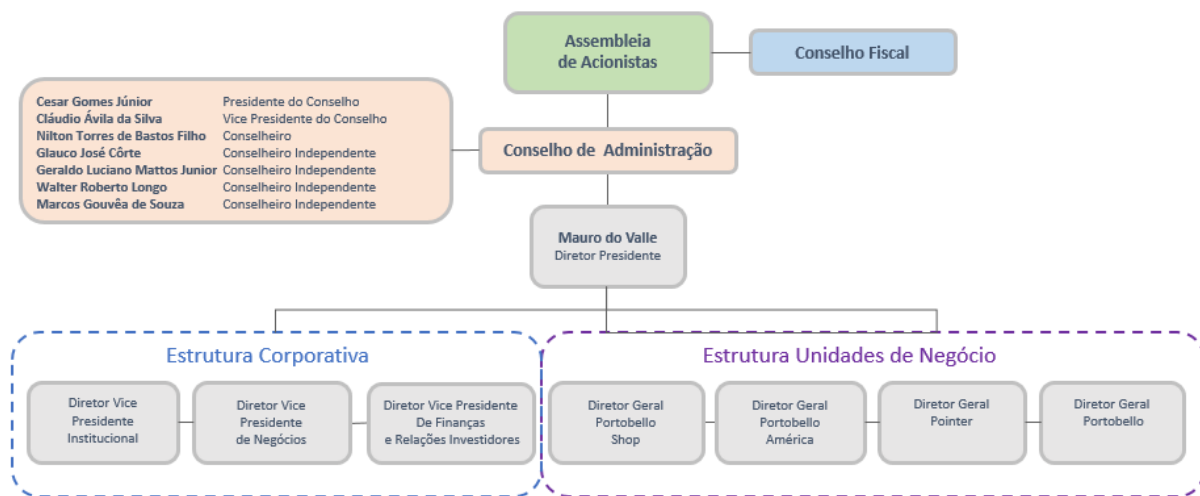
Reestruturação Organizacional

A Companhia foi por muitos anos uma indústria com canais de distribuição e sua estrutura organizacional era composta por um presidente e três vice-presidentes responsáveis pelas áreas comercial, institucional e financeira do grupo. Com o crescimento da empresa e principalmente crescimento na atuação em outros canais, surgiu a necessidade da reestruturação organizacional.

No final de 2019 a Companhia começou esse processo, criando uma estrutura específica para as unidades de negócio e designando um diretor responsável por cada unidade, com o objetivo de melhorar a gestão e dar mais foco e velocidade na geração dos resultados e maior ritmo para o crescimento dessas unidades.

A divisão também foi necessária em decorrência das diferentes características de cada negócio, enquanto a Portobello é uma operação industrial que atende a canais b2b e demais negócios do grupo, a Portobello Shop tem foco em desenvolver o varejo da marca. Já a Pointer, também possui operação industrial, no entanto tem atuação regional (nordeste e norte do Brasil, além de exportações) e, por fim, a Portobello América que é uma empresa distribuidora nos Estados Unidos com foco na estratégia de internacionalização da Companhia.

Ainda como parte da reestruturação, houve a realocação do antigo presidente para o conselho de administração e a presidência foi assumida pelo antigo vice-presidente Comercial, Mauro do Valle. No início de 2020, também houve a contratação do Ronei Gomes como Vice-Presidente Financeiro e de Relações com os Investidores, que exerce funções estatutárias da Companhia. Com isso a nova estrutura organizacional está desenhada da seguinte forma:



8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2018, não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas. Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência. Porém no ano exercício social de 2019 foi celebrado contrato relevante, o Polo ativo, que está mencionado no item 8.1

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os principais ativos imobilizados utilizados no processo de produção são: fornos, linha de esmaltação, impressoras digitais, prensas, entre outros.



9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Imóveis comerciais destinados a operação da lojas próprias	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	MS	Dourados	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Parque fabril c/993.462 m2 de terrenos e 157.730 m2 de área construída	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	SC	Tijucas	Própria
Parque fabril c/1.000.000 m2 de terrenos e 48.859 m2 de área construída	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Máquinas e equipamentos	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Equipamentos de processamento de dados	Brasil	AL	Marechal Deodoro	Própria
Área para construção de parque fabril	Estados Unidos			Própria
Galpão comercial destinado a atividade operacional	Brasil	SP	Taboão da Serra	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Galpão comercial destinado a centro de distribuição	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Prédio administrativo destinado a escritório corporativo	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Imóveis comerciais destinados a operação da lojas próprias	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	SP	Jundiaí	Alugada
Imóvel comercial destinado a operação da loja própria	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Urbania	20/08/2019 a 20/08/2029	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	KERA	15/10/2019 (Publicado)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	ARCHTRENDS PORTOBELLO	22/11/2019 (Depositado)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	AA consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Arquitetura Brasileira	17/03/2015 a 17/03/2025	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	BELPOINT	13/09/2011 a 13/09/2021	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO	08/09/1982 a 08/09/2022	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTOBELLO INTERNACIONAL	05/03/1991 a 22/01/2022	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	POINTER	06/03/1990 a 06/03/2030	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	CARGA PESADA	21/02/1989 a 21/02/2029	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOBELLO SHOP	06/02/2008 a 06/02/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A Companhia registrou a marca em duas classes - 19 (Materiais de Construção) e 35 (Comércio).	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	EMPORIO PORTOBELLO	20/07/2010 a 20/07/2030	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A Companhia registrou a marca em duas classes - 19 (Materiais de Construção) e 35 (Comércio).	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PORTO GRES	05/02/1985 a 05/02/2025	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	MILENIUM	17/01/2017 a 17/01/2027	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOFINO	03/08/1993 a 03/08/2023	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	PORTOFINO CERAMIC TILES	01/06/1993 a 01/06/2023	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	CASAMADA	14/06/2016 a 14/06/2026	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Portobello Grupo	05/06/2018 a 05/06/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PBG	05/06/2018 a 05/06/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Officina Portobello	24/04/2018 a 24/04/2028	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. A Companhia registrou a marca em duas classes - 19 (Materiais de Construção) e 35 (Comércio).	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Domus	07/12/2018 (Sob recurso)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	L' Argilla	07/12/2018 (Sob recurso)	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.
Marcas	Brenta	20/08/2019 a 20/08/2029	Não foram identificados eventos que possam causar a perda de direitos relativos a tais ativos, pois a Companhia adota como prática a rigorosa obediência da legislação específica de proteção em vigor. Cabe destacar que sempre foi cumprido pela Companhia o procedimento obrigatório de registro prévio das marcas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	A consequência direta da perda do registro da marca afetará o conceito da marca construída historicamente sob as premissas de excelência, da qualidade, inovação, design e o mercado, pois permitiria que qualquer outro ator se apropriasse da marca.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Companhia Brasileira de Ceramica S.A.	20.465.785/0001-85	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Fabricação e comércio de revestimentos cerâmicos e prestação de serviços relacionados	98,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,942000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	7.999.000,00		
31/12/2019	1,650000	0,000000	0,00					
31/12/2018	73,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Mineração Portobello Ltda.	83.713.495/0001-23	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Extração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional	99,760000
				Valor mercado				
31/12/2020	100,230000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	2.423.000,00		
31/12/2019	190,710000	0,000000	0,00					
31/12/2018	142,580000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	05.876.012/0001-06	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmico	99,940000
				Valor mercado				
31/12/2020	225,340000	0,000000	6.221.000,00	Valor contábil	31/12/2020	21.532.000,00		
31/12/2019	-6,930000	0,000000	6.933.000,00					
31/12/2018	173,040000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Portobello América, Inc – USA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Comércio de revestimentos cerâmico	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2020	39,810000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	21.539.000,00		
31/12/2019	17,680000	0,000000	0,00					
31/12/2018	110,070000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Portobello Shop S/A	05.345.379/0001-95	-	Controlada	Brasil	SC	Tijucas	Comércio de revestimentos cerâmico e prestação de serviços relacionados	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	41.192.000,00	Valor contábil	31/12/2020	480.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	31.831.000,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	28.377.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O item 7.1 deste formulário contém informações pertinentes às razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.2 - Outras Informações Relevantes

DOMÍNIO	DATA DE EXPIRAÇÃO
ARCHTRENDS.COM.BR	10/07/2022
BRTILES.COM.BR	30/01/2025
CASAMADA.COM.BR	05/03/2022
CASASPORTOBELLO.COM.BR	27/02/2022
CERAMICAPINTER.COM.BR	20/06/2022
EMPORIOPORTOBELLO.COM.BR	02/02/2022
FITMOAICPORTOBELLO.COM.BR	27/02/2022
MILENIUMREVESTIMENTOS.COM.BR	18/08/2022
OFFICINAPORTOBELLO.COM.BR	16/09/2021
PBGINTERNACIONAL.COM.BR	22/01/2023
PBGINTERNATIONAL.COM.BR	22/01/2022
PBGRUPO.COM.BR	11/08/2021
PBGSA.COM.BR	03/05/2022
PBRANDS.COM.BR	22/07/2021
POINTER.COM.BR	13/04/2026
POINTERREV.COM.BR	20/06/2022
POINTERREVESTIMENTOS.COM.BR	18/06/2022
PORCELANATERIA.COM.BR	29/09/2021
PORCELANISTA.COM.BR	29/09/2021
PORTOBELLO.COM.BR	29/05/2028
PORTOBELLOGRUPO.COM.BR	10/12/2021
PORTOBELLOINTERNACIONAL.COM.BR	22/01/2022
PORTOBELLOINTERNATIONAL.COM.BR	22/01/2022
PORTOBELLOMAISARQUITETO.COM.BR	30/06/2022
PORTOBELLOMAISARQUITETURA.COM.BR	03/07/2022
PORTOBELLORESPONDE.COM.BR	22/02/2022
PORTOBELLOSHOP.COM.BR	28/09/2023
PORTOBELLOTRENDS.COM.BR	20/06/2022
PORTOSHOP.COM.BR	28/01/2022
REVESTIMENTOSPOINTER.COM.BR	20/06/2022

9.2 - Outras Informações Relevantes

UNIVERSIDADEDACERAMICA.COM.BR	16/10/2025
MINERACAOPORTOBELLO.COM.BR	09/06/2023
ARCHTRENDS.COM	08/01/2023
OFFICINAPORTOBELLO.COM	29/05/2022
PGBSA.COM.BR	03/05/2022
PORTOBELLO.US	27/12/2021
PORTOBELLOAMERICA.COM	25/02/2025
PORTOBELLO.NET	16/03/2022
PBGRUPO.COM	28/01/2022
RELACIONAMENTOPORTOBELLO.COM.BR	16/11/2025

A não renovação dos domínios junto às entidades reguladoras implicaria na suspensão de uso temporário e após 3 meses a transferência de direitos a outros requerentes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas, ou as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2020 trouxe grandes desafios devido à pandemia do Coronavírus. Com objetivo de centralizar e alinhar as tomadas de decisões no enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Gestão de Crise. A partir disso, a Companhia implementou ações, como a proteção aos colaboradores e clientes, com o foco na redução do risco de transmissão da doença. Para tal, foi implantado o ' das plantas de Tijucas-SC, Marechal Deodoro-AL e gestão dos estoques. O foco na ocasião foi na gestão do caixa, especialmente em contenção de gastos e investimentos, renegociação de contratos de financiamento, postergação de prazo dos principais clientes e fornecedores e redução de dispêndios no curto prazo, além de adesão a programas governamentais para a preservação dos empregos.

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com Receita Líquida consolidada de R\$ 1.331,8 milhões, maior em 19,5% quando comparado ao ano anterior. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo.

No mercado interno, a Receita Líquida cresceu expressivos 15,7% em 2020 em comparação com 2019, índices bem superiores ao crescimento do mercado, de - 0,3% no ano, segundo dados da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção). Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de *market share*, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do *mix*, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação.

Já o mercado externo também apresentou um bom desempenho de Receita Líquida, com crescimento em dólares de 4,1% no ano em função do aumento do volume de vendas, já que a participação da distribuição, através da unidade de negócios Portobello América nos Estados Unidos, cresceu significativamente. Esse desempenho, somado à desvalorização cambial média do período da ordem de 30,5%, levou a uma expansão do mercado externo em Reais de 35,9% em relação a 2019.

O desempenho de vendas, aliando qualificação do *mix* de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, bem como os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a Margem Bruta Ajustada e Recorrente a atingir 36,7% no ano, com incremento de 4,2 p.p. comparado a 2019. A progressão da Margem Bruta combinada com a otimização de Despesas Operacionais, que reduziram 1,8% no ano em relação a 2019, levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia a atingir R\$ 174,5 milhões no ano, com incremento de Margem EBITDA de 6,3 p.p. quando comparado a 2019.

O ano de 2019 trouxe grandes desafios tanto no cenário externo como no doméstico e apesar da perceptível resistência nos avanços da economia e a forte pressão nos custos, impactados pelos preços dos insumos energéticos, a Companhia encerrou o ano apresentando crescimento, expansão e consolidação dos novos negócios. Todos os esforços foram concentrados para preservar as margens.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com Receita Líquida consolidada de R\$ 1.114,3 milhões, maior em 5,7% quando comparado ao ano anterior. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,9% entre 2018 e o 2019, o que aponta para um ganho de mercado da Companhia no setor.

A estratégia comercial no mercado interno apresentou resultados consistentes e progressivos, focada em um *mix* de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

No mercado externo, houve um acréscimo significativo de 29,0% no último trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior e, apesar do bom resultado no último trimestre, não foi o suficiente para recuperar as perdas decorrentes à crise na Argentina, dessa forma, as Receitas Líquidas de vendas no mercado externo resultaram em decréscimo no ano quando comparado a 2018 no montante de 5,6%.

Os custos industriais foram afetados pelo aumento dos insumos energéticos, fato que gerou redução da margem bruta no ano de 2019 para 32,5% em comparação com 38,5% em 2018. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionem ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios. Houve qualificação do *mix* de produtos com a introdução das vendas de grandes formatos é uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos. Neste sentido, no ano de 2019 a Companhia aumentou sua capacidade de produção com a implantação de uma nova linha para produção de lastras.

O lucro líquido do período somou R\$ 13,2 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 128,9 milhões, com margem de 11,6%. Durante o ano, houve o reconhecimento dos ganhos judiciais referente ao expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O EBITDA ajustado excluindo estes itens não recorrentes totalizou R\$ 75,9 milhões e apresentou margem de 6,8%. A entrada de caixa referente a venda do precatório referente ao crédito prêmio IPI, no valor de R\$ 170,0 milhões o que teve importante contribuição adicional para o fluxo de caixa e redução da alavancagem financeira e execução do plano de investimento para o ano.

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e de aumentos significativos dos custos energéticos, a Companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia.

O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um *mix* de produtos mais rentável para ambos os mercados. A Receita Líquida totalizou R\$ 1.054,2 milhões, sendo 3,0% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% um pouco menor que o ano anterior que apresentou 41,0%. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1,0%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50,0 milhões contra US\$ 52,0 milhões de 2017.

O lucro líquido somou R\$ 134,3 milhões em 2018 e a geração de caixa, medida pelo EBITDA R\$ 288,0 milhões, com margem de 27,3%. O crescimento no EBITDA foi de 52,0%, impactado principalmente pelo reconhecimento de itens não recorrentes, como os ganhos referentes ao crédito prêmio IPI no processo judicial Polo Ativo e o crédito referente ao expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O EBITDA ajustado excluindo estes itens não recorrentes totalizou R\$ 114,9 milhões e apresentou margem de 10,9%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia é constituída de 147.529.703 ações ordinárias escriturais atualmente.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra "c" a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Esse índice é calculado considerando à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações vinculadas.

A estrutura de capital da capital da companhia está especifica conforme tabela abaixo:

(Em R\$ mil, exceto indicadores)

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Dívida Bruta	727.766	756.376	595.637
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(326.325)	(275.378)	(82.624)
Dívida Líquida	401.441	480.998	513.013
Total do patrimônio líquido	417.184	367.636	362.120
Total do capital	818.625	848.634	875.133
Estrutura de capital de terceiros (%)	49,0%	56,7%	58,6%
Estrutura de capital próprio (%)	50,9%	43,3%	41,3%

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA atingido de cerca de R\$ 175,4 milhões em 2020 (R\$ 128,9 milhões em 2019 e R\$ 288,0 milhões em 2018) frente aos compromissos financeiros contratados. A relação Dívida Líquida pelo EBITDA é de 2,3 vezes (3,7x em 2019 e 1,8x em 2018), o EBTIDA ajustado da companhia atingiu R\$ 174,6 milhões em 2019 (R\$ 76,0 milhões em 2019 e R\$ 114,9 milhões em 2018), a relação Dívida Líquida pelo EBTIDA ajustado é de 2,3 vezes (6,3x em 2019 e 4,5x em 2018), indicando que a posição financeira da Companhia é adequada para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de linhas de financiamento de longo prazo,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

significativamente para investimentos em expansão, que financiaram a construção da unidade fabril em Alagoas e outros investimentos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA:

	2020	2019	2018
Dívida Bancária Bruta	727.766	756.376	595.637
(-) Disponibilidades	(326.325)	(275.378)	(82.624)
(=) Dívida líquida	401.441	480.998	513.013
EBITDA últimos 12 meses	175.354	128.843	288.007
Dívida líquida/ EBTIDA	2,3	3,7	1,8
EBITDA ajustado últimos 12 meses	174.579	75.912	114.923
Dívida líquida/ EBDA ajustado	2,3	6,3	4,5

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos proveem de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 198,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 297,0 milhões em 2019 e R\$ 296,0 milhões em 2018);
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (“Banco do Nordeste”) para investimento e capital de giro da planta fabril de Alagoas, com saldo de R\$ 133,0 milhões, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 108,0 milhões em 2019);
- (iii) Benefício de R\$ 21,0 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2,0 milhões;
- (iv) Cerca de R\$ 223,0 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações (R\$ 249,0 milhões em 2019).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui limites de crédito em aberto para financiamento de capital de giro junto aos Bancos e que, devido a sua condição de solvência, não se encontram tomadas. Além disso, a Companhia captou um empréstimo com o Banco do Nordeste em 18 de junho de 2020, no montante de R\$ 35,0 milhões, com o prazo de 37 meses (carência de 12 meses) e será pago em 24 prestações mensais, mais detalhes da operação podem ser observados no item 3.3 desse formulário de referência.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi de R\$ 727,8 milhões, R\$ 756,4 milhões e R\$ 595,6 milhões respectivamente, na qual 43,5%, 51,4% e 66,2%, desses montantes, que correspondem a R\$ 316,7 milhões, R\$ 389,4 milhões e R\$ 394,6 milhões, respectivamente, apresentam garantia real de hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em 15 de junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia. Este contrato possui cláusulas mínimas de “*covenants*” que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2020.

1ª série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150,0 milhões, prazo de 36 meses (vencimento previsto em junho de 2021), com carência de 24 meses e amortizações semestrais.

2ª série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150,0 milhões, prazo de 60 meses (vencimento previsto em junho de 2023), com carência de 48 meses e amortizações semestrais.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante em aberto das debêntures era R\$ 198,0 milhões (R\$ 297,0 milhões em 2019 e R\$ 296,0 milhões em 2018).

Banco do Nordeste:

Os contratos com o Banco do Nordeste são operações específicas e incentivadas pelos governos estaduais, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía quatro contratos com essa instituição, descritos abaixo:

- Contrato celebrado em junho de 2013 – este contrato possui o principal de R\$ 106,0 milhões, prazo de 133 meses (vencimento previsto em junho de 2025) como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos.

- Contrato celebrado em julho de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 31,0 milhões, prazo de 95 meses (vencimento previsto para junho de 2027), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos em 1 e 2º grau.

- Contrato celebrado em setembro de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 24,0 milhões, prazo de 36 meses (vencimento previsto para agosto de 2022), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis em 2º grau.

- Contrato celebrado em junho de 2020 – este contrato possui o principal de R\$ 35,0 milhões, prazo de 37 meses (vencimento previsto para julho de 2023), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis em 2º grau e atendimento de indicadores de *covenants*.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante em aberto com o Banco do Nordeste era R\$ 133,0 milhões (R\$ 108,1 milhões em 2019 e R\$ 63,9 milhões em 2018).

Crédito à exportação (NCE):

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta 10 contratos relacionados a crédito de exportação, o montante total em aberto em 31 de dezembro de 2020 era R\$ 223,0 milhões (R\$ 249,0 milhões em 2019 e R\$ 134,0 milhões em 2018). Todos os contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis (de 20 a 35% dos recebíveis) das empresas controladas da Companhia.

Segue abaixo o resumo de todos os contratos de NCE:

Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)	
						Valor	Data
nov/17	nov/21	51	12	Mensal	R\$ 50.000	R\$ 50.000	nov/17
jun/18	jun/21	36	12	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000	jun/18
jun/18	mai/21	36	12	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000	jun/18
mar/19	abr/24	61	24	Anual	R\$ 54.000	R\$ 54.000	mar/19
mar/19	mar/24	60	24	Trimestral	R\$ 50.000	R\$ 50.000	mar/19
mar/19	mar/24	60	24	Trimestral	R\$ 10.000	R\$ 10.000	mar/19
jul/19	jul/23	48	12	Mensal	R\$ 20.000	R\$ 20.000	jul/19
jul/19	jul/23	48	12	Mensal	R\$ 20.000	R\$ 20.000	jul/19
set/19	set/22	36	12	Trimestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000	set/19
jul/20	dez/21	18	18	Semestral	R\$ 3.500	R\$ 3.500	jul/20

Valor captado: Em R\$ mil

FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP É uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado em julho de 2014 com principal de R\$ 57,0 milhões, prazo de 84 meses (vencimento previsto em maio de 2021) e como garantia foi cedida fiança bancária.

No ano de 2019 a Companhia celebrou um novo contrato no valor de R\$ 67,0 milhões, prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98,0 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, tendo sido desembolsado o valor de R\$ 64,0 milhões ainda em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante em aberto de FINEP era R\$ 128,0 milhões (R\$ 44,0 milhões em 2019 e R\$ 32,0 milhões em 2018).

DEG:

O contrato foi celebrado em maio de 2014 e possui principal de US\$ 18,0 milhões, prazo de 90 meses (vencimento previsto em outubro de 2021), como garantia foi cedido máquinas, equipamentos e notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante em aberto da DEG era R\$ 16,0 milhões (R\$ 25,0 milhões em 2019 e R\$ 35,0 milhões em 2018).

ACC ou Adiantamento de Contrato de Câmbio:

Esta operação está relacionada a adiantamento de contratos de câmbio da Companhia. Dois contratos foram celebrados em 2020, que somam um valor de principal de US\$ 3,0 milhões, com

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

prazo de 12 meses (vencimento previsto em junho de 2021 e outubro de 2021) e não houve cessão de garantias.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante em aberto de ACC era R\$ 11,0 milhões, mesmo saldo registrado em 31 de dezembro de 2019.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

- **Grau de subordinação entre as dívidas**

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

- **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

O contrato com o DEG - *Deutsche Investments* já mencionado acima, possui cláusulas de *covenants* cujos indicadores são apurados pela relação PL/Ativo Total (20,0%) e pela relação dívida/EBITDA igual ou menor a 3,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2020 ambos os indicadores foram atingidos.

As emissões das debêntures, assim como uma NCE contratada junto ao Banco do Brasil, também estão vinculadas a cláusulas de *covenants*, as quais não apresentaram quebra de *covenants* no encerramento de 2020.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em julho de 2019, a Companhia contratou uma linha de financiamento adquirida junto ao Banco do Nordeste no valor de R\$ 31,0 milhões, que serviu para o investimento no parque fabril na cidade de Marechal Deodoro no estado de Alagoas. Desse montante, R\$ 7,0 milhões foram desembolsados em 2019, R\$ 9,0 milhões em 2020 e R\$ 15,0 milhões estão disponíveis para desembolsos futuros.

Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi firmado um FINEP no montante de R\$ 67,0 milhões, com a finalidade de investimento em projetos fabris na planta de Tijucas, sendo R\$ 25,0 milhões desembolsados em 2019, R\$ 33,0 milhões desembolsados em 2020 e R\$ 9,0 milhões disponíveis para desembolsos futuros. Outro contrato, também na modalidade FINEP, firmado em dezembro de 2019, no valor de R\$ 98,0 milhões, teve desembolsada a quantia de R\$ 64,0 milhões em novembro de 2020, restando um limite disponível de R\$ 34,0 milhões para desembolsos futuros.

No final de 2020, mais uma linha de crédito para exportação – Nexport Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi aprovada e estava à disposição da Companhia, no valor de R\$ 16,0 milhões, este que foi desembolsado por completo em fevereiro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2020, cujo montante foi de R\$ 1.335,0 milhões, 94,0% (R\$ 1.261,0 milhões) havia sido desembolsado até 31 de dezembro de 2020, restando um limite a desembolsar de R\$ 73,0 milhões (6,0%), do qual R\$ 16,0 milhões foram desembolsados em fevereiro de 2021.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Operações Continuadas					
Receita Líquida de Vendas	1.331.780	100,0%	1.114.269	100,0%	19,5%
Custos dos produtos vendidos	(871.338)	-65,4%	(751.650)	-67,5%	15,9%
Lucro Bruto	460.442	34,6%	362.619	32,5%	27,0%
Despesas (Receitas) Operacionais	(344.863)	-25,9%	(287.548)	-25,8%	19,9%
Despesas com Vendas	(319.148)	-24,0%	(306.437)	-27,5%	4,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(44.923)	-3,4%	(40.873)	-3,7%	9,9%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19.208	1,4%	59.762	5,4%	-67,9%
Lucro Operacional	115.579	8,7%	75.071	6,7%	54,0%
Receitas (Despesas) Financeiras	(30.014)	-2,3%	(75.112)	-6,7%	60,0%
Receitas financeiras	22.833	1,7%	15.375	1,4%	48,5%
Despesas financeiras	(77.962)	-5,9%	(91.571)	-8,2%	-14,9%
Variação cambial líquida	25.115	1,9%	1.084	0,1%	2216,9%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	85.565	6,4%	(41.0)	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social	42.677	3,2%	13.204	1,2%	223,2%
Lucro Líquido do Exercício	128.242	9,6%	13.163	1,2%	874,3%

no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às entidades registradas na CVM.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir das suas demonstrações financeiras:

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com Receita Líquida de vendas de R\$ 1.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, maior em 19,5%, representando R\$ 217,5 milhões de crescimento nominal, em comparação com R\$ 1.114,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,3% entre 2019 e o 2020, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. Segundo a ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) o volume de vendas de revestimentos cerâmicos (em metros quadrados) cresceu e 3,6% no ano quando comparado com 2019.

O mercado interno foi responsável por 79,2% do total da Receita Líquida de vendas, totalizando R\$ 1.054,7 milhões em 2020 em comparação com R\$ 939,2 milhões em 2019, um crescimento de 12,3%. A estratégia comercial no mercado interno apresentou resultados consistentes e progressivos, focada em um *mix* de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

Já as exportações, responsáveis por 20,8% da receita, totalizaram R\$ 277,1 milhões em 2020 em comparação com R\$ 175,1 milhões em 2019, um crescimento de 58,3% em reais e 4,1% em dólar. Este aumento é explicado pelo volume de vendas nos EUA, com ampliação da participação dos negócios da Portobello América e efeito da desvalorização cambial.

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2020 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 871,3 milhões, sendo 81,1% ou R\$ 706,0 milhões no mercado interno e 18,9% ou R\$164,9 milhões do mercado externo. Já em 31 de dezembro de 2019 os custos dos produtos vendidos somaram R\$ 751,7 milhões sendo 83,0% ou R\$ 623,9 milhões no mercado interno e 17,0% ou R\$127,7 milhões no mercado externo. Os custos dos produtos vendidos aumentaram 15,9% em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019 principalmente em decorrência ao maior volume de produtos vendidos, representando R\$ 119,7 milhões de crescimento nominal.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 460,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$ 362,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O crescimento do lucro bruto foi de 27,0%, representando R\$ 97,8 milhões nominal. A margem bruta aumentou para 34,6% em 2020 em comparação com 32,5% em 2019. Dentre os fatores responsáveis pelo aumento da Margem Bruta, destaca-se, positivamente: (i) o crescimento no volume de vendas, (ii) aumento da participação de produtos de maior valor agregado, (iii) estabilidade dos custos dos insumos energéticos, e (iv) maior diluição dos custos fixos de produção, apesar dos efeitos adversos ocasionados pela pandemia

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas totalizaram R\$ 319,1 milhões, um aumento de 4,1%, equivalentes a R\$ 12,7 milhões nominal, comparado ao valor de R\$ 306,4 milhões em 2019. Este crescimento foi em função do maior volume de vendas que está ligado diretamente a despesas variáveis, sendo na maior parte relacionadas ao negócio Portobello Shop e marketing no canal revenda (*home centers*).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2020 as despesas gerais e administrativas aumentaram 9,9%, relativo a R\$ 4,1 milhões nominal e totalizando R\$ 44,9 milhões em 2020 em comparação com R\$ 40,9 milhões em 2019. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas tiveram uma queda de 67,9%, representando uma redução nominal de R\$ 40,6 milhões e totalizando um ganho de R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com um ganho de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O valor de 31 de dezembro de 2020 é composto principalmente pelo reconhecimento do crédito prêmio do IPI do Polo Ativo, parcela complementar R\$ 84,0 milhões e uma despesa relativo à obrigação de contas a pagar com a Refinadora Catarinense S.A. de R\$ 70,0 milhões. Em 2019 ocorreu um expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS (2003-2009), equivalente a R\$ 50,0 milhões.

Lucro Operacional

O lucro operacional totalizou R\$ 115,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando 8,7% da Receita Líquida ante R\$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando 6,7% da Receita Líquida, um ganho de 2,0 pontos percentuais na margem operacional devido a melhoria de receitas com equilíbrio de custos e despesas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com uma despesa R\$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. A redução de 60,0% ou R\$ 45,1 milhões, está relacionada a realização de variação cambial positiva, de clientes e fornecedores, pelas variações do dólar e Euro entre momento de faturamento e recebimento, que representou um aumento nominal de R\$ 24,0 milhões e receitas financeiras adicionais de R\$ 7,5 milhões ante despesas financeiras R\$ 13,6 milhões inferiores ao mesmo período do ano anterior.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social foi um ganho de R\$ 42,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período além da reversão para a provisão da tributação do crédito prêmio IPI – Polo Ativo.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2020 foi de R\$ 128,2 milhões, na qual houve um aumento comparado com o ano anterior que totalizou R\$ 13,2 milhões, já explicado pelos fatores acima. A margem líquida de 2020 ficou em 9,6%, representando um ganho de 8,4 pontos percentuais, contra a margem líquida de 1,2% em 2109. O ganho nominal do lucro líquido foi de R\$ 115,1 milhões, representando 874,3% de aumento no período devido a boa performance operacional e a redução nas despesas financeiras.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Operações Continuadas					
Receita Líquida de Vendas	1.114.269	100,0%	1.054.190	100,0%	5,7%
Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	(751.650)	-67,5%	(648.590)	-61,5%	15,9%
Lucro Bruto	362.619	32,5%	405.600	38,5%	-10,6%
Despesas (Receitas) Operacionais	(287.548)	-25,8%	(161.196)	-15,3%	78,4%
Despesas com Vendas	(306.437)	-27,5%	(285.619)	-27,1%	7,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(40.873)	-3,7%	(45.458)	-4,3%	-10,1%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	59.762	5,4%	169.881	16,1%	-64,8%
Lucro Operacional	75.071	6,7%	244.404	23,2%	-69,3%
Receitas (Despesas) Financeiras	(75.112)	-6,7%	(48.091)	-4,6%	56,2%
Receitas financeiras	15.375	1,4%	11.218	1,1%	37,1%
Despesas financeiras	(91.571)	-8,2%	(68.534)	-6,5%	33,6%
Variação cambial líquida	1.084	0,1%	9.225	0,9%	-88,2%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(41)	0,0%	196.313	18,6%	-
Imposto de renda e contribuição social	13.204	1,2%	(62.002)	-5,9%	-
Lucro Líquido do Exercício	13.163	1,2%	134.311	12,7%	-90,2%

Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com Receita Líquida de vendas de R\$ 1.114,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, maior em 5,7% em comparação com R\$ 1.054,2

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões em 31 de dezembro de 2018, representando R\$ 60,1 milhões de acréscimo adicional. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,9% entre 2018 e o 2019, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor.

O mercado interno foi responsável por 84,3% do total da Receita Líquida de vendas, totalizando R\$ 939,2 milhões em 2019 em comparação com R\$ 868,7 milhões em 2018, um crescimento de 7,8%. A estratégia comercial no mercado interno vem mantendo resultados consistentes e progressivos, focada em um *mix* de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

Já as exportações, responsáveis por 15,7% da receita, totalizaram R\$ 175,1 milhões em 2019 em comparação com R\$ 185,5 milhões em 2018, um decréscimo de 5,6% decorrente principalmente a crise na Argentina o que impactou as exportações para esse país.

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2019 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 751,7 milhões, sendo 83,0% ou R\$ 624,0 milhões no mercado interno e 17,0% ou R\$ 120,7 milhões do mercado externo. Já em 31 de dezembro de 2018 os custos dos produtos vendidos somaram R\$ 648,6 milhões sendo 81,4% ou R\$ 527,9 milhões no mercado interno e 18,6% ou R\$ 120,7 milhões no mercado externo. Os custos dos produtos vendidos aumentaram 15,9%, equivalentes a R\$ 103,1 milhões de incremento nominal, em 31 de dezembro de 2019 em comparação com o mesmo período de 2018 principalmente em decorrência do aumento dos insumos energéticos.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 362,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com R\$ 405,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 10,6%, equivalente a R\$ 42,9 milhões de redução nominal. A margem bruta reduziu para 32,5% em 2019 em comparação com 38,5% em 2018. No mercado interno a margem bruta foi 33,6% em 2019 e 39,2% em 2018, já no mercado externo representou 27,1% em 2019 e 34,9% em 2018. Apesar do ganho no *market share* a margem bruta foi afetada negativamente pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos.

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas com vendas totalizaram R\$ 306,4 milhões, um aumento de 7,3% ou R\$ 20,8 milhões nominal, comparado ao valor de R\$ 285,6 milhões em 2018. O aumento desta linha acompanhou o crescimento da Receita Operacional Líquida do período assim como os esforços da Companhia para ampliação dos novos negócios, implantação de lojas próprias, nas operações nos Estados Unidos, na nacionalização da marca Pointer e na atualização dos pontos de venda.

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2019 as despesas gerais e administrativas reduziram 10,1% (R\$ 4,6 milhões nominal), totalizando R\$ 40,9 milhões em 2019 em comparação com R\$ 45,4 milhões em 2018. A variação é decorrente aos gastos mais elevados em 2018 em decorrência de novos negócios e gastos com inovação digital.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram um ganho de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com um ganho de R\$ 170,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. O valor de 31 de dezembro de 2019 é composto principalmente pelo reconhecimento do expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, já em 2018 é composto principalmente

pelo reconhecimento do crédito prêmio do IPI do Polo Ativo. Desta forma, a redução nas outras receitas operacionais foi de R\$ 110,1 milhões nominal, equivalentes a redução de 64,8%.

Lucro operacional

Em 31 de dezembro de 2019, o lucro operacional totalizou R\$ 75,1 milhões, uma redução de 69,3%, equivalente a R\$ 169,0 milhões de redução nominal, contra R\$ 244,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, passando a margem operacional de 23,2% nesse período para 6,7% em 31 de dezembro de 2019. A redução foi devida especialmente pelo aumento dos custos e das despesas operacionais registrado superior ao aumento das receitas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 em comparação com uma despesa R\$ 48,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. O aumento das despesas financeiras está associado ao aumento dos empréstimos e financiamentos no período assim como a despesa financeira referente ao ajuste de precatório do Polo Ativo, totalizando um aumento de 56,2% ou R\$ 27,0 milhões nominal.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social foi um ganho de R\$ 13,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período. Já para o ano de 2018, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 62,0 milhões decorrentes do maior lucro no período em questão.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2019 foi de R\$ 13,2 milhões, na qual houve uma redução de R\$ 121,1 milhões nominal, representando 90,2% de redução, comparado com o ano anterior que totalizou R\$134,3 milhões, já explicado pelos fatores acima, devido ao aumento de custos, despesas operacionais e financeiras registradas acima da Receita Líquida. Desta forma, a margem líquida ficou em 1,2% em 31 de dezembro de 2019 ante 12,7% de margem líquida em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	31/12/20	AV	31/12/19	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	916.703	45,1%	854.556	46,5%	7,3%
Caixa e equivalentes de caixa	326.325	16,0%	275.378	15,0%	18,5%
Contas a receber de clientes	289.090	14,2%	251.773	13,7%	14,8%
Estoques	204.562	10,1%	243.413	13,3%	-16,0%
Adiantamentos a fornecedores	6.706	0,3%	13.332	0,7%	-49,7%
Tributos a recuperar	77.822	3,8%	52.172	2,8%	49,2%
Despesas antecipadas	4.164	0,2%	3.487	0,2%	19,4%
Outros	8.034	0,4%	15.001	0,8%	-46,4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.117.585	54,9%	981.736	53,5%	13,8%
Créditos com outras pessoas ligadas	-	-	100.936	5,5%	-
Depósitos judiciais	156.324	7,7%	152.492	8,3%	2,5%
Depósito em garantia	87.402	4,3%	-	-	-
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	0,6%	12.821	0,7%	-
Tributos a recuperar	13.276	0,7%	56.902	3,1%	-76,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.713	1,9%	26.191	1,4%	44,0%
Ativos Judiciais	119.651	5,9%	37.865	2,1%	216,0%
Ativo atuarial	8.905	0,4%	6.338	0,3%	40,5%
Aplicações financeiras vinculadas	13.317	0,7%	7.552	0,4%	76,3%
Derivativos	1.995	0,1%	-	-	-
Outros	13.093	0,6%	11.093	0,6%	18,0%
Investimentos	348	0,0%	345	0,0%	0,9%
Imobilizado	552.876	27,2%	487.966	26,6%	13,3%
Intangível	28.473	1,4%	22.392	1,2%	27,2%
Ativo de Arrendamento	71.391	3,5%	58.843	3,2%	21,3%
TOTAL DO ATIVO	2.034.288	100,0%	1.836.292	100,0%	10,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	31/12/20	AV	31/12/19	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	740.620	36,4%	613.724	33,4%	20,7%
Fornecedores	194.929	9,6%	146.685	8,0%	32,9%
Cessão de crédito com fornecedores	66.418	3,3%	58.710	3,2%	13,1%
Contas a pagar de investimentos	31.303	1,5%	21.745	1,2%	44,0%
Empréstimos e financiamentos	223.908	11,0%	233.769	12,7%	-4,2%
Parcelamento de obrigações tributárias	9.354	0,5%	11.765	0,6%	-20,5%
Impostos, taxas e contribuições	21.443	1,1%	10.580	0,6%	102,7%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.997	0,1%	2.083	0,1%	43,9%
Adiantamentos de clientes	43.825	2,2%	23.854	1,3%	83,7%
Dividendos a pagar	31.079	1,5%	982	0,1%	3064,9%
Obrigações sociais e trabalhistas	46.499	2,3%	41.882	2,3%	11,0%
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	22.803	1,2%	-
Provisão para PPR	10.769	0,5%	-	-	-
Obrigações de arrendamento	34.803	1,7%	14.465	0,8%	140,6%
Derivativos	2.354	0,1%	-	0,0%	-
Outros	20.939	1,0%	24.401	1,3%	-14,2%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	876.484	43,1%	854.932	46,6%	2,5%
Fornecedores	144.021	7,1%	124.754	6,8%	15,4%
Contas a pagar de investimentos	25.700	1,3%	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	503.858	24,8%	522.607	28,5%	-3,6%
Provisões cíveis, trabalhistas, previd.e tributárias	63.573	3,1%	120.232	6,5%	-47,1%
Parcelamento de obrigações tributárias	34.653	1,7%	43.815	2,4%	-20,9%
Dívidas com Pessoas Ligadas	56.326	2,8%	-	-	-
Obrigações de arrendamento	38.379	1,9%	25.066	1,4%	53,1%
Outros	9.974	0,5%	18.458	1,0%	-46,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	417.184	20,5%	367.636	20,0%	13,5%
Capital social realizado	200.000	9,8%	200.000	10,9%	-
Ações em tesouraria	(14.095)	-0,7%	-	-	-
Reservas de lucros	250.941	12,3%	184.036	10,0%	36,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	(50.125)	-2,5%	(22.224)	-1,2%	125,5%
Dividendos adicionais	30.447	1,5%	5.808	0,3%	424,2%
Participação dos acionistas não controladores	16	0,0%	16	0,0%	-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

TOTAL DO PASSIVO	2.034.288	100,0%	1.836.292	100,0%	10,8%
------------------	-----------	--------	-----------	--------	-------

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 326,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, 18,5% maior que no mesmo período de 2019, este aumento é principalmente em decorrência da ótima performance operacional. A melhor gestão do capital de giro, excelentes resultados de venda e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a apresentar aumento significativo na posição do caixa, comparando com o saldo de 2019, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 6 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

Contas a receber de clientes

A conta a receber de clientes apresentou aumento de 14,8% no período de 2020 em comparação com 2019, passando de um saldo de R\$ 251,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 289,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 20,0% no período, melhoria da gestão da carteira de recebíveis e redução efetiva do prazo médio.

Estoques

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 204,6 milhões e representou uma redução de 16,0% em relação ao mesmo período de 2019. A variação está principalmente relacionada a realização de vendas de estoques não produzidos no exercício. Este efeito é decorrente da otimização dos estoques não saudáveis e itens slow moving, melhor gestão da carteira de recebíveis com redução efetiva de prazo médio.

Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passaram de R\$ 109,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 91,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 18,0 milhões, equivalentes a 16,5%. Esta redução está relacionada a utilização de créditos reconhecidos em anos anteriores, principalmente créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Créditos com outras pessoas ligadas

Em 2020, a Companhia e a Refinadora Catarinense S.A. formalizaram um termo de quitação referente a cessão de créditos tributários, originados do benefício fiscal intitulado crédito prêmio do IPI – Polo Ativo (vide nota 11 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2020) não havendo obrigações residuais a ser cumprida pela Refinadora Catarinense S.A.

Depósitos em Garantia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O montante de R\$ 87,4 milhões oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2020) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 156,3 milhões, representando 2,5% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é decorrente da atualização e depósitos do ano, do processo pela decisão de retirada de descontos mensais do gás contratado, por parte da SC Gás. A Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos.

Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 14 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020), não houve alteração no valor em 2020 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 12,8 milhões nos três últimos períodos em questão.

Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$38 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 119,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, o aumento de 216,0% em 2019 refere-se principalmente ao reconhecimento da parcela complementar do crédito prêmio IPI – Polo Ativo detalhada no tópico 4.6 deste formulário (vide nota 16.c das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020).

Imobilizado e Intangível

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 581,3 milhões, representando 13,9% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 510,4 milhões.

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes investimentos foi destinada a atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) na fábrica de Tijucas.

No que tange ao ativo intangível em 2020 houve um aumento de 27,2% referente ao ano de 2019 corresponde à inovação digital.

Ativo de arrendamento

O saldo de R\$ 71,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 aumentou 21,3% em comparação com o valor de R\$ 58,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 é decorrente da entrada de novos contratos de arrendamento de lojas, bem como atualização de valores para ativos de arrendamento da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Portobello América. Está rubrica refere-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 339,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 aumentou 24,8% em comparação com o valor de R\$ 271,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, essa variação positiva está ligada principalmente a estratégia da companhia de alongamento de prazos de pagamentos de alguns fornecedores, visando melhorias no capital de giro da empresa.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 13,1% em 31 de dezembro de 2020 em comparação com 31 de dezembro de 2019, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção da saúde financeira da cadeia produtiva.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2020, R\$ 727,8 milhões foi 3,8% inferior ao saldo de R\$ 756,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, inferiores às amortizações. Em 2020 foram amortizados R\$ 217,8 milhões de dívida referente a diversas operações, tais como NCEs, FINEP e Prodec BNB. As captações do ano totalizaram R\$ 171,0 milhões, sendo FINEP, linha de capital de giro, ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) e NCE (Nota de Crédito à Exportação).

Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 44,0 milhões reduziu 20,8% ou R\$ 11,6 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 73,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 é decorrente entrada de novos contratos, aumento de 85,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estas cifras referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2020 o saldo de provisões para contingências diminuiu 47,1% referente ao mesmo período de 2019, devido a reversão de R\$ 74,0 milhões, relativo a provisão para tributação do Crédito Prêmio

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

IPI – Polo Ativo, referente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 28 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos que foram superiores em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao período de 2019 em decorrência do aumento do lucro do exercício a ser distribuído, e normatizados em dividendos mínimos obrigatórios.

Contas a pagar de investimentos (curto e longo prazo)

O saldo de contas a pagar de investimentos aumentou em 2020 para o montante de R\$ 57,0 milhões em comparação com R\$ 21,7 milhões em 2019, essa variação é decorrente ao aumento nos investimentos realizados em linha com o plano de investimentos da Companhia, principalmente investimentos para a atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) no parque fabril de Tijucas.

Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo e aumentaram R\$ 33,5 milhões em 2020, totalizando um montante de R\$ 56,3 milhões em comparação com o valor de R\$ 22,8 milhões em 2019, este aumento é decorrente ao reconhecimento da parcela complementar Crédito Prêmio IPI – Polo Ativo (vide nota 16.c das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020).

Outros (curto e longo prazo)

O saldo da rubrica outros reduziu em 2020 para o montante de R\$ 30,9 milhões em comparação com R\$ 42,9 milhões em 2019. A redução nominal de R\$ 12 milhões é devida as grandes feiras não realizadas no ano de 2020.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 49,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, a variação é decorrente principalmente do lucro líquido do exercício no valor R\$128,2 milhões reduzidos da constituição da provisão para dividendos mínimos obrigatórios contabilizada em dividendos no passivo circulante.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

ATIVO (em R\$ mil, exceto %)	31/12/19	AV	31/12/18	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	854.556	46,5%	563.867	34,8%	51,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa e equivalentes de caixa	275.378	15,0%	82.624	5,1%	233,3%
Contas a receber de clientes	251.773	13,7%	239.463	14,8%	5,1%
Estoques	243.413	13,3%	213.791	13,2%	13,9%
Adiantamentos a fornecedores	13.332	0,7%	7.385	0,5%	80,5%
Tributos a recuperar	52.172	2,8%	10.201	0,6%	411,4%
Despesas antecipadas	3.487	0,2%	1.598	0,1%	118,2%
Outros	15.001	0,8%	8.805	0,5%	70,4%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	981.736	53,5%	1.058.288	65,2%	-7,2%
Créditos com outras pessoas ligadas	100.936	5,5%	97.941	6,0%	3,1%
Depósitos judiciais	152.492	8,3%	116.980	7,2%	30,4%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	0,7%	12.821	0,8%	-
Tributos a recuperar	56.902	3,1%	5.287	0,3%	976,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.191	1,4%	4.353	0,3%	501,7%
Ativos Tributários	37.865	2,1%	317.506	19,6%	-88,1%
Ativo atuarial	6.338	0,3%	9.675	0,6%	-34,5%
Aplicações financeiras vinculadas	7.552	0,4%	7.251	0,4%	4,2%
Outros	11.093	0,6%	7.256	0,4%	52,9%
Investimentos	345	0,0%	298	0,0%	15,8%
Imobilizado	487.966	26,6%	458.331	28,3%	6,5%
Intangível	22.392	1,2%	20.589	1,3%	8,8%
Ativo de Arrendamento	58.843	3,2%	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.836.292	100,0%	1.622.155	100,0%	13,2%

PASSIVO (em R\$ mil, exceto %)	31/12/19	AV	31/12/18	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	613.724	33,4%	404.068	24,9%	51,9%
Fornecedores	146.685	8,0%	124.874	7,7%	17,5%
Cessão de crédito com fornecedores	58.710	3,2%	45.956	2,8%	27,8%
Contas a pagar de investimentos	21.745	1,2%	11.533	0,7%	88,5%
Empréstimos e financiamentos	233.769	12,7%	101.721	6,3%	129,8%
Parcelamento de obrigações tributários	11.765	0,6%	10.793	0,7%	9,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos, taxas e contribuições	10.580	0,6%	4.738	0,3%	123,3%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.083	0,1%	10.315	0,6%	-79,8%
Adiantamentos de clientes	23.854	1,3%	16.457	1,0%	44,9%
Dividendos a pagar	982	0,1%	23.457	1,4%	-95,8%
Obrigações sociais e trabalhistas	41.882	2,3%	36.734	2,3%	14,0%
Dívidas com Pessoas Ligadas	22.803	1,2%	-	-	-
Provisão para PPR	-	-	1.264	0,1%	-100,0%
Obrigações de arrendamento	14.465	0,8%	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-
Outros	24.401	1,3%	16.226	1,0%	50,4%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	854.932	46,6%	855.967	52,8%	-0,1%
Fornecedores	124.754	6,8%	101.268	6,2%	23,2%
Empréstimos e financiamentos	522.607	28,5%	493.916	30,4%	5,8%
Provisões cíveis, trabalhistas, previd.e tributárias	120.232	6,5%	139.605	8,6%	-13,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.965	0,1%	-
Parcelamento de obrigações tributárias	43.815	2,4%	53.574	3,3%	-18,2%
Provisão para incentivo de longo prazo	-	-	162	0,0%	-
Obrigações de arrendamento	25.066	1,4%	-	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	62.008	3,8%	-100,0%
Outros	18.458	1,0%	3.469	0,2%	432,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	367.636	20,0%	362.120	22,3%	1,5%
Capital social realizado	200.000	10,9%	140.000	8,6%	-
Reservas de lucros	184.036	10,0%	235.960	14,5%	-22,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	(22.224)	-1,2%	(13.852)	-0,9%	60,4%
Dividendos adicionais	5.808	0,3%	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	16	0,0%	12	0,0%	33,3%
TOTAL DO PASSIVO	1.836.292	100,0%	1.622.155	100,0%	13,2%

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 275,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, 233,3 % maior que no mesmo período de 2019, este aumento é principalmente em decorrência

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da entrada de caixa pela venda do precatório do Polo Ativo no valor de R\$ 170,0 milhões e a decisão da Companhia de manter a liquidez, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2019.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes apresentaram aumento de 5,1% no período de 2019 em comparação com 2018, passando de um saldo de R\$ 239,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 251,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 5,1% no período.

Estoques

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 243,4 milhões e representou um aumento de 13,9% em relação ao mesmo período de 2018. A variação está principalmente relacionada ao acréscimo pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos, assim como um *mix* de produtos de maior valor agregado.

Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passaram de R\$ 15,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 109,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 93,6 milhões. Este aumento está principalmente relacionado ao reconhecimento dos créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS no valor total de R\$ 72,0 milhões e ao maior saldo de ICMS a recuperar no valor de R\$ 19,0 milhões.

Créditos com outras pessoas ligadas

O montante refere-se aos saldos mantidos com a Refinadora Catarinense S.A. referente a cessão de créditos tributários, originados do benefício fiscal intitulado crédito prêmio do IPI (vide nota 11 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2019). O valor em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 100,9 milhões comparados a R\$ 97,9 milhões em 2018, a variação dos saldos no valor de R\$ 3,0 milhões é decorrente da atualização monetária no período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 152,5 milhões, representando 30,4% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é decorrente da suspensão, unilateral, por parte da SC Gás do desconto no valor mensal do gás contratado, com isso, a Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos, o que ocasionou o aumento nesta rubrica.

Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobras (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

anos de 1977 e 1993 (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2019), não houve alteração no valor em 2019 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 12,8 milhões nos dois períodos em questão.

Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 317,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 37,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, a diminuição de 88,1% em 2019 refere-se principalmente a venda do ativo (judicial) tributário do Polo Ativo detalhada no tópico 4.6 deste formulário, assim como, da reclassificação do valor referente ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para linha de tributos a recuperar (vide nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2018).

Imobilizado e Intangível

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 510,4 milhões, representando 7,0% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 478,9 milhões

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes investimentos foi destinada a atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) na fábrica de Tijucas.

No que tange ao ativo intangível em 2019 houve um aumento de 8,8% referente ao ano de 2018 corresponde à inovação digital.

Ativo de arrendamento

O montante de R\$ 58,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 é decorrente da aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 271,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 aumentou 20,0% em comparação com o valor de R\$ 226,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, essa variação positiva está ligada principalmente ao aumento do valor com o fornecimento de gás natural o maior nível de atividade da Companhia e maiores prazos de pagamento.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 27,8% em 31 de dezembro de 2019 em comparação com 31 de dezembro de 2018, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção da saúde financeira da cadeia produtiva.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2019, R\$ 756,4 milhões foi 26,9% superior ao saldo de R\$ 595,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, principalmente na modalidade de créditos à exportação (NCE) questão a fim de preservar a liquidez financeira da Companhia.

Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 55,6 milhões reduziu 13,7% ou R\$ 8,8 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados compensados pelos juros reconhecidos no período.

Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 39,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 é decorrente da aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2019 o saldo de provisões para contingências diminuiu 13,9% referente ao mesmo período de 2018 devido a reversão da provisão referentes ao processo tributário judicial do Polo Ativo, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 15 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2019.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos que foram inferiores em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao período de 2018 em decorrência da redução do lucro do exercício.

Contas a pagar de investimentos

O saldo de contas a pagar de investimentos aumentou em 2019 para o montante de R\$ 21,7 milhões em comparação com R\$ 11,5 milhões em 2018, essa variação é decorrente ao aumento nos investimentos realizados em linha com o plano de investimentos da Companhia, principalmente investimentos para a atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) no parque fabril de Tijucas.

Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo e diminuíram R\$ 39,2 milhões em 2019, totalizando um montante de R\$ 22,8 milhões em comparação com o valor de R\$ 62,0 milhões em 2018, essa redução é decorrente ao deságio financeiro na venda do precatório e pagamento para a Refinadora Catarinense S/A ocorrida em 2019.

Outros

O valor da rubrica outros aumentou R\$ 23,2 milhões no período referente aos maiores gastos com a Portobello América que estão contabilizados nesta rubrica.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, a variação é decorrente principalmente do lucro líquido do exercício no valor R\$ 13,2 milhões reduzidos pela perda atuarial contabilizada como outros resultados abrangentes no valor de R\$ 6,0 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise das variações dos fluxos de caixa relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2020	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações	128.242	13.163	134.312
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	252.682	170.827	5.392
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(134.486)	(94.835)	(65.661)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(67.249)	116.762	48.514

Caixa líquido das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 252,7 milhões em 2020, representando aumento em comparação ao período anterior que somou R\$ 170,8 milhões, explicado pela ótima performance operacional. A melhor gestão do capital de giro, o excelente resultado de vendas, e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a apresentar aumento significativo na posição de caixa comparado com 2019, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 6 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

No ano, a posição de caixa da Companhia terminou em R\$ 326,3 milhões, um crescimento de R\$ 49,9 milhões quando comparado ao mesmo período do ano de 2019.

O fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019 gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 170,8 milhões e aumentou significativamente quando comparado ao mesmo período de 2018 que totalizou R\$ 5,4 milhões. Esta variação está ligada a venda do ativo tributário relacionado ao Polo Ativo, realizado em 2019.

Caixa líquido nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foram R\$ 134,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$ 94,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 65,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Os aumentos nos valores investidos nos períodos estão relacionados ao aumento nas aquisições de imobilizado em linha com o plano de investimento realizado pela Companhia, em especial para o projeto lastras, e o primeiro programa de recompra de ações.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido de investimento consumido nas atividades de financiamento foram R\$ 65,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação a valor investido nas atividades de financiamento de R\$ R\$ 116,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 48,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. As reduções nos valores gerados nos períodos estão relacionadas ao recebimento do evento não recorrente, de venda do Polo Ativo em 2019, no total de R\$ 170,0 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

a.i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação). Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir:

- Portobello – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade a um preço justo. Em 2020, a unidade de negócios Portobello representou 51,2% das receitas;
- Portobello Shop - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2020, a unidade de negócios;
- Portobello Shop representou 29,6% das receitas;
- Pointer - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2020, a unidade de negócios Pointer representou 14,0% das receitas;
- Portobello America (PBA): Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2020, a unidade de negócios Portobello America representou 8,8% das receitas;

Por outro lado, é importante destacar que as eliminações totalizaram R\$ 47,3 milhões, equivalente a 3,6% do total das receitas líquidas de 2020, deduzidas das receitas das unidades de negócios.

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2020		2019		2018	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	1.054.714	79%	939.218	84%	857.866	82%
Mercado externo	277.067	21%	175.051	16%	185.512	18%
	<u>1.331.780</u>		<u>1.114.269</u>		<u>1.043.378</u>	

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

No final do ano de 2019, a Companhia iniciou a migração para o modelo de unidade de negócio e, desde então, vem promovendo a adequação de sua estrutura para esta visão. Assim, o ano de 2020 passa a ser demonstrado, além do mercado interno e externo, pelos seguintes segmentos:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Var. % 2020/2019
	2020	%	2019	%	
Portobello	682.049	51,2%	598.047	53,7%	14,0%
Pointer	185.850	14,0%	141.877	12,7%	31,0%
Portobello Shop	393.724	29,6%	343.428	30,8%	14,6%
PBA	117.485	8,8%	63.179	5,7%	86,0%
Eliminações *	(47.328)	-3,6%	(32.262)	-2,9%	46,7%
Receita Líquida	1.331.780	100%	1.114.269	100%	19,5%

- Eliminações entre negócios

a.ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

Para o ano de 2020, a Receita Líquida somou R\$ 1,3 bilhão em 2020, 19,5% superior a 2019. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo. Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de *market share*, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do *mix*, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação. O desempenho de vendas, aliando qualificação do *mix* de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, e os ganhos de produtividade e eficiência de custos, que ficaram abaixo do crescimento das receitas, levaram a melhoria de margem operacional e a da margem EBITDA ajustada que saiu de 6,8% em 2019 para 13,1% em 2020, com expressivos ganhos de 6,3 p.p. no ano

Para o ano de 2019 a Companhia apresentou crescimento na receita líquida de vendas de 5,7% quando comparado a 2018, os crescimentos foram decorrentes ao aumento na participação de mercado no mercado interno. Já para as exportações houve redução em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em decorrência da crise na Argentina.

Apesar o crescimento da receita líquida de vendas os custos cresceram um uma proporção maior totalizando 15,9% de aumento, em decorrência do aumento dos insumos energéticos o que impactou negativamente a margem bruta, totalizando 32,5% em 2019 em comparação com 38,5% em 2018, bem como a margem EBITDA ajustada que passou de 10,9% em 2018 para 6,8% em 2019.

Para o ano de 2018 a Companhia apresentou crescimento na receita líquida de vendas de 3% quando comparado a 2017, no mercado interno os crescimentos foram acompanharam o crescimento do faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento. Para as exportações houve um pequeno aumento de 1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50,0 milhões contra US\$ 52,0 milhões de 2017.

Apesar o crescimento da receita líquida de vendas os custos cresceram um uma proporção maior em decorrência do aumento dos insumos energéticos o que impactou negativamente a margem

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

bruta, totalizando 38,5% em 2018 em comparação com 40,7% em 2017 e afetou negativamente o EBITDA ajustado da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No ano de 2020, a Receita Líquida teve acréscimo de 35,9% em Reais e 4,1% em Dólares vs. 2019, devido ao aumento do volume de vendas da Portobello América e efeito da desvalorização cambial.

As receitas de exportações são impactadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2019, a receita diminuiu 6,0% em relação a 2018, devido à crise na Argentina o qual representou 20,0% (27,0% em 2018 e 26,0% em 2018) das exportações da Companhia com um montante representativo a R\$ 47,9 milhões (R\$ 36,6 milhões em 2018 e R\$ 41,4 milhões em 2017).

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de design têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação. Neste caso, as receitas são impactadas pela introdução de novos produtos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No ano de 2020, o desempenho de vendas, aliando qualificação do mix de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, e os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a melhoria da Margem Bruta Ajustada e Recorrente. A Companhia aproveitou possíveis oportunidades a curto prazo, como taxas de juros baixas, maiores números de lançamentos imobiliários, aumento das atividades de reformas e investimentos na compra de novas residências para alavancar sua performance nas vendas.

As ações para fortalecer a posição de caixa da Companhia no decorrer do ano estiveram concentradas na redução dos investimentos em Capital de Giro de R\$ 83,0 milhões vs. 2019, através da otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, que reduziu substancialmente, de 90 dias em 2019 para 42 dias em 2020. Esta melhoria impactou todos os indicadores, porém mais expressivamente a diminuição dos estoques e aumento de prazo dos fornecedores.

Outro importante marco no ano foi a redução da nossa alavancagem financeira. A Dívida Líquida encerrou o ano em R\$ 401,4 milhões, inferior em R\$ 79,6 milhões no ano vs. 2019. A combinação de redução de dívida e aumento de EBITDA levou o nosso nível de alavancagem a menos da metade, com a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Recorrente caindo de 6,3 vezes em 2019 para 2,3 vezes em 2020, o menor índice dos últimos 5 anos.

No decorrer dos anos, principalmente nos anos 2019 e 2018 a Companhia vem sendo impactada pelos aumentos no custo dos insumos energéticos, o que vem gerando reduções nas margens brutas, totalizando 32,5% em 2019, 37,8% em 2018 e 39,8% em 2017. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionem ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios. Houve qualificação do *mix* de produtos com a introdução das vendas de grandes formatos é uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos. Neste sentido, no ano de 2019 a Companhia aumentou sua capacidade de produção com a implantação de uma nova linha para produção de lastras.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A Companhia também tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente neutralizados pelos esforços buscando ganhos de produtividade.

A Companhia também sobre impactos do custo do insumo decorrente dos itens importados, a estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.054.714	277.066	1.331.780	939.218	175.051	1.114.269
Custo dos produtos vendidos	(706.422)	(164.917)	(871.339)	(623.981)	(127.669)	(751.650)
Lucro operacional bruto	348.292	112.149	460.441	315.237	47.382	362.619

A partir de 2020, além da abertura de segmento operacional entre doméstico e exportação para análise, a Companhia passa também a demonstrar o resultado por unidade de negócio, da seguinte forma:

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2019					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.114.269	(32.262)	598.047	141.877	343.428	63.179
Custo dos produtos vendidos	(751.650)	33.267	(390.289)	(121.164)	(216.629)	(56.834)
Lucro operacional bruto	362.619	1.005	207.757	20.713	126.799	6.345
	Em 31 de dezembro de 2020					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
Custo dos produtos vendidos	(871.338)	21.375	(429.292)	(128.610)	(245.885)	(88.926)
Lucro operacional bruto	460.442	(25.953)	252.758	57.239	147.839	28.560

*Eliminações entre negócios

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Ainda no primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido a parcela complementar do Polo ativo como ativo judicial de R\$ 75,1 milhões. Concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de “Dívidas com pessoas ligadas” foi constituído o valor de R\$ 56,3 milhões referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1,7 milhões referentes a PIS e COFINS, R\$ 3,4 milhões referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4,2 milhões, que foi quitado em outubro de 2020.

No primeiro trimestre de 2020, por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o processo, por envolver unicamente a Companhia e Banco do Brasil S.A. e revendo decisão anterior do STJ, determinou que o processo, por competência em razão da matéria, deverá tramitar na Justiça Estadual, numa das Varas Cíveis da Cidade de Tijucas/SC. O valor do crédito executado é de R\$ 14,3 milhões, o qual se encontra em conformidade com a decisão proferida no RESP Nº 1.319.232 – DF (Sociedade Rural Brasileira Rural x Banco Central do Brasil – BACEN e Outros).

A pandemia do COVID-19, que iniciou na China no início de 2020 e se espalhou pelo mundo, atingiu mais de 200 países e territórios. E a partir da segunda quinzena de março de 2020, a Companhia se adequou à nova realidade, fortalecendo o comprometimento com seus funcionários, clientes, continuidade de suas operações, e manutenção da estratégia.

Com objetivo de centralizar e alinhar as tomadas de decisões no enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Gestão de Crise. A partir disso, a Companhia implementou ações, como a proteção aos colaboradores e clientes, com o foco na redução do risco de transmissão da doença. Para tal, foi implantado o modelo de home office, o afastamento dos colaboradores que fazem parte dos grupos de risco, a redução de jornada de trabalho, antecipação de férias e, ainda, o reforço às ações de desinfecção em ambientes de lojas, administrativo e centro de distribuição. O segundo ponto foi a proteção às operações, com adequação com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas-SC, Marechal Deodoro-AL e gestão dos estoques. O foco na ocasião foi na gestão do caixa, especialmente em contenção de gastos e investimentos, renegociação de contratos de financiamento, postergação de prazo dos principais clientes e fornecedores e redução de dispêndios no curto prazo, além de adesão a programas governamentais para a preservação dos empregos.

Nos desdobramentos ainda imprevisíveis sobre a recuperação econômica no segundo semestre, a Companhia aproveitou possíveis oportunidades a curto prazo, como taxas de juros baixas, maiores números de lançamentos imobiliários, aumento das atividades de reformas e investimentos na compra de novas residências para alavancar sua performance nas vendas. Ao final de julho de 2020, já havíamos retomado a utilização da capacidade total de produção nas duas plantas da Companhia.

No terceiro trimestre de 2020, a PBG S.A. assinou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., referente a quitação da dívida da Refinadora com a PBG, no montante de R\$ 102,0 milhões. No aludido Termo, ajustaram as partes que a Refinadora dará em pagamento os numerários transferidos, no montante de R\$ 89,5 milhões, para os processos de execução fiscal ajuizados em face da PBG S.A. Com o pagamento antecipado da obrigação, a Refinadora terá o direito contratual de reconhecer um deságio de 20,0% das prestações a vencer, totalizando R\$ 8,3 milhões ajustaram ainda, que a Refinadora pagou à Companhia o valor de R\$ 4,2 milhões em 31 de outubro de 2020, totalizando, portanto, o valor da sua obrigação com a PBG S.A., no valor de R\$ 102,0 milhões.

A Companhia registrou o valor de R\$ 89,5 milhões em uma conta de depósitos em garantia, classificada no ativo não circulante, pois apesar de a Administração ter a expectativa de recebimento deste valor dentro dos próximos meses, ainda não há data definida para a sua

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

realização. Em outubro de 2020, houve uma baixa de um depósito no valor de R\$ 2,1 milhões referente ao Cartão Expertise, resultando no valor de R\$ 87,4 milhões em dezembro de 2020.

No terceiro trimestre de 2020, por meio da aprovação do Conselho de Administração e contrato entre as partes, foi aprovado o aumento de capital da Controlada Portobello America Inc., no valor de R\$ 112,0 milhões, por meio das contas a receber entre a Controladora e a Controlada, no período de 2008 a 2011. Cabe ressaltar que, com a integralização de capital, a Companhia não apresenta mais a provisão para perda em investimentos, sendo seus valores contabilizados na conta de investimentos no ativo não circulante.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

Não ocorreram mudanças significativas em 2020 e 2018. Em 2019, houve a Implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que alterou o modelo de contabilização ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. Antes de sua adoção, os arrendamentos eram classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário, e todos os demais arrendamentos eram classificados pela Companhia como “operacional”

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 / IFRIC 23 foi aprovado em 21 de dezembro de 2018 e vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Ele esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

O principal impacto nas demonstrações financeiras consolidadas foi em 1º de janeiro de 2019, com a implementação da mudança na contabilização, está relacionado às operações com arrendamento dos centros de distribuição, as lojas próprias e veículos, com valor estimado de R\$ 4,8 milhões.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Na avaliação da administração da Companhia a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que os principais tratamentos.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas, ou julgamentos críticos considerando situações que, algumas vezes, envolvem cálculos que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício.

Estimativas

a) Revisão da vida útil remanescente

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuírem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Tratamento fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50,0%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

f) Taxa Incremental sobre empréstimo do arrendatário

A Companhia não teve condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

g) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado.

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

b) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 23. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50,0% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

c) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi notificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendário de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e o processo administrativo encontra-se aguardando julgamento dos Recursos Especiais.

d) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e seus julgamentos:

- Ativos tributários (nota explicativa nº 16) - Os julgamentos críticos utilizados pela Companhia para o registro do ativo tributário é quando o processo não cabe mais recurso e quando sua realização é praticamente certa, então deixa de ser um ativo contingente e o seu reconhecimento passa a ser devido.
- Ativo contingente (nota explicativa nº 17) - A Companhia adota a não contabilização deste ativo, uma vez que pode se tratar de um ativo que nunca venha a ser realizado, cujo ganho, apesar de provável, ainda não seja praticamente certo. A posição da Companhia está alinhada com as práticas contábeis, que indicam que o ativo contingente somente deve ser divulgado em nota explicativa.

e) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Conforme mencionado no item 10.4 a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva com o efeito cumulativo, reconhecida na data da aplicação inicial. Dessa forma, certos contratos de arrendamento operacional que não eram reconhecidos no balanço, passaram a ser classificados como arrendamento sob a nova norma contábil e foram reconhecidos no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 43 contratos de locação de arrendamento para suas unidades comerciais. Este ativo é composto pelos aluguéis das lojas e os centros de distribuições. Os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa. Para mais informações sobre contratos de arrendamento, ver o item 10.4 deste Formulário de Referência.

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado somam o montante de R\$ 18,7 milhões correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

iv) Contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em julho de 2019, a Companhia contratou uma linha de financiamento adquirida junto ao Banco do Nordeste no valor de R\$ 31,0 milhões, que serviu para o investimento no parque fabril na cidade de Marechal Deodoro no estado de Alagoas. Desse montante, R\$ 7,0 milhões foram desembolsados em 2019, R\$ 9,0 milhões em 2020 e R\$ 15,0 milhões estão disponíveis para desembolsos futuros.

Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi firmado um FINEP no montante de R\$ 67,0 milhões, com a finalidade de investimento em projetos fabris na planta de Tijucas, sendo R\$ 25,0 milhões desembolsados em 2019, R\$ 33,0 milhões desembolsados em 2020 e R\$ 9,0 milhões disponíveis para desembolsos futuros. Outro contrato, também na modalidade FINEP, firmado em dezembro de 2019, no valor de R\$ 98,0 milhões, teve desembolsada a quantia de R\$ 64,0 milhões em novembro de 2020, restando um limite disponível de R\$ 34,0 milhões para desembolsos futuros.

No final de 2020, mais uma linha de crédito para exportação – Nexport Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi aprovada e estava à disposição da Companhia, no valor de R\$ 16,0 milhões, este que foi desembolsado por completo em fevereiro de 2021.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2020, cujo montante foi de R\$ 1.335,0 milhões, 94% (R\$ 1.261,0 milhões) havia sido desembolsado até 31 de dezembro de 2020, restando um limite a desembolsar de R\$ 73,0 milhões (6%), do qual R\$ 16,0 milhões foram desembolsados em fevereiro de 2021.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável pois não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável pois não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável pois não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Abaixo descreveremos os investimentos realizados pela Companhia durante o ano de 2020:

A Companhia realizou investimentos no montante aproximado de R\$ 120,4 milhões no ano. Esses montantes tiveram destinações específicas as quais detalhamos a seguir:

- Ampliação da capacidade da planta de Tijucas (SC);
- Aplacação e reformas em duas lojas próprias;
- Implantação de uma nova linha de produção de porcelanato esmaltado na unidade de Tijucas;
- Melhorias na planta de Marechal Deodoro (AL);
- Abertura de duas novas lojas que ocorreu durante o ano 2020;
- Recompra de ações.

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado somam o montante de R\$ 18,7 milhões correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

Nos próximos anos, existem dois investimentos principais previstos para a Companhia para os quais estão englobados por:

- a) Portobello America Manufacturing, LLC – Foi constituída como uma subsidiária da Portobello America e sua criação com o objetivo da construção da fábrica nos Estados Unidos. A Companhia prevê o início das obras para a fábrica da Portobello América no segundo semestre de 2021. Neste sentido, a operação de distribuição nos Estados Unidos continuará sendo ampliada, com centros de distribuição no Texas, já implantados na Flórida e Tennessee.
- b) Finalização da construção do Projeto Lastras – Este projeto é um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções completas com peças de grandes dimensões em porcelanato esmaltado.

Conforme o orçamento de capital para constituição da Reserva de Lucros para Expansão, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2021, foram destinados os seguintes montantes, conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76, para o plano de investimentos de 2021 e 2022:

Plano de investimentos	
Aplicações	308.667
Investimentos 2021	92.967
Investimentos 2022	215.700

10.8 - Plano de Negócios

A Companhia pretende investir cerca de R\$ 92,9 milhões ao longo de 2021 com o objetivo de dar continuidade a sua estratégia de expansão. Do montante previsto para investimento em 2021, cerca de 38,0% destinam-se ao projeto de ampliação e modernização da unidade fabril em Tijucas (SC), 30,0% a expansão das Lojas, 20,0% para negócio EUA, 10,0% para Pointer e 2,0% para novos negócios. Em 2022, os investimentos serão destinados aos novos negócios e expansão da Companhia. As fontes dos fluxos de desembolsos financeiros para os investimentos serão a retenção de lucros do exercício de 2020 proposta e a geração de caixa das operações, conforme descrito no item II, abaixo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

Dentre as fontes de financiamento da Companhia, podemos destacar que a mesma se utiliza dos recursos provenientes do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Nota de Crédito à Exportação – NCE; FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; Capital de Giro Pré-Fixado e Pós-fixado; e ACC - Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio.

Conforme aprovado no orçamento de capital, fontes de financiamentos para os investimentos:

Fontes	308.667
Retenção de lucros	124.562
Fluxos operacionais líquido de desembolsos previsto nas operações	184.105

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, dado que o último caso dessa natureza ocorreu em 2019, a Companhia realizou a aquisição do terreno para a construção da fábrica nos Estados Unidos da América na cidade de Baxter, estado do Tennessee, bem como recebeu pacote de incentivos para que a Companhia venha instalar, uma operação de distribuição e produção neste local.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia conta com ciclo de inovação formada por grupo multidisciplinar de profissionais que além das pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento.

Um item voltado às pesquisas que merece destaque está ligado ao Projeto Lastras, este projeto é um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções

10.8 - Plano de Negócios

10.8.1. **Planos de Negócios** - A Companhia substituiu a utilização de mármore natural por porcelanato esmaltado com peças de grandes dimensões.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia realizou investimentos de R\$ 134,5 milhões, com destaque para ao aumento da sua capacidade produtiva com a implantação de nova linha de produção de porcelanato esmaltado, que faz parte do Projeto Lastras.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme destacado em tópicos anteriores, o Projeto Lastras está em desenvolvimento e representa um importante passo para a Companhia.

c) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante total gasto está descrito acima, no item ii.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Todos os fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho da Companhia foram comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia e de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia e de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, e por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros. O mandato dos membros do Conselho de Administração e Diretoria será de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Companhia possui um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração

Atualmente, o Conselho de Administração está composto por 7 (sete) membros, com a seguinte competência:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- Aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 31, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- Eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis do Estatuto Social;
- Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 do Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- Fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- Atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 37 do Estatuto Social;
- Fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- Analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- Deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- Propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Escolher e destituir auditores independentes;
- Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- Deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 do Estatuto Social;
- Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- Submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- Aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no país ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no país ou no exterior;
- Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- Deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), reajustados anualmente, a contar de 1º de janeiro de 2014, de acordo com a variação do Índice geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos. O valor atualizado para junho de 2020 corresponde a R\$ 29.445.886,00 (vinte e nove milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e oitenta e seis reais);
- Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- Deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- Realizar operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil; e
- Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

aa) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenham por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- A conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade;
- As repercussões da oferta pública da aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- Os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- Outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração ainda não possui regimento interno próprio.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia está em fase de implementação do Comitê de Auditoria.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com a estruturação do Comitê de Auditoria será incorporado ao escopo desse comitê a avaliação dos trabalhos da auditoria independente que reportará ao Conselho de Administração.

Comitê de Gestão Estratégica da Companhia

Em 12 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a instalação do Comitê de Gestão Estratégica da Companhia, formado por cinco membros, sendo o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva Estatutária. O escopo de atuação desse comitê compreende:

- Formulação da estratégia de cada unidade de negócio & acompanhamento de resultados;
- Gestão de Branding;
- Desenvolvimento do modelo de gestão e governança;
- Desenvolver a estratégia da evolução Digital;
- Desenvolvimento de Parcerias estratégicas;
- Desenvolver e a estratégia de Mercado de Capitais;
- Acompanhamento dos investimentos estratégicos;
- Desempenhar o papel do comitê de Pessoas;
- Desempenhar o papel do comitê do Varejo;
- Desempenhar o papel do comitê de Internacionalização.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 3 membros. A Diretoria Executiva ainda não possui um regimento interno aprovado. As principais atribuições e poderes individuais da Diretoria Executiva, são os seguintes:

- A administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente estatuto quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.
- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no país ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no país ou no exterior;
- Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;
- Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no país;
- Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- Responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- Submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no país ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no país ou no exterior;
- Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- Aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 do Estatuto Social;
- Aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no país;
- Elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- Praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social;
- Definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- Elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- Submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização;
- Propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao conselho fiscal:

O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei.

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia atua em caráter permanente.

d) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não aplicado.

Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete ao Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia. Também é responsável por toda a gestão financeira da Companhia, incluindo orçamento anual, gestão de caixa, entre outras responsabilidades financeiras, tais como controladoria, fiscal e planejamento financeiro e estratégico.

Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia não apresenta mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração. Já a diretoria, é avaliada com base no gerenciamento pelas diretrizes.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes conferidos por lei e atua em caráter permanente.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando.

A Companhia ainda não realiza avaliação de desempenho do Conselho de Administração e do Comitê de Gestão de Estratégias.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos de antecedência à realização, e a segunda convocação com no mínimo 8 (oito) dias corridos de antecedência.

A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e do Estatuto da Companhia ocorrerá ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas.

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante a deliberação da maioria de seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas no Estatuto e na Lei das Sociedades.

b) Competências

Está delimitada pela Lei nº 6.404/76 artigo 122 (alterado pela Lei nº 10.303/01) o que determina que compete privativamente à assembleia-geral: (I) reformar o estatuto social; (II) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Companhia; (III) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (IV) autorizar a emissão de debêntures; (V) suspender o exercício dos direitos do acionista; (VI) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (VII) autorizar a emissão de partes beneficiárias; (VIII) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e (IX) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata” e e (X) fixar a remuneração global dos administradores e do conselho fiscal; (XI) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Além disso, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, os seguintes assuntos são de competência privativa da Assembleia Geral: (i) aprovação do plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente;

As deliberações da Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei e no Estatuto da Companhia, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

c) Endereços (físicos ou eletrônicos) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereços eletrônicos:

<http://ri.portobello.com.br>

Endereço físico:

BR 101, KM 163, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP 88.200-000

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia ainda não apresenta uma política para administração de conflitos de interesses, no entanto, seus conflitos de interesse são equacionados por meio de interlocução direta, ocasião em que a Companhia busca a defesa e a salvaguarda dos seus legítimos interesses.

Com base na Lei das Sociedades por Ações, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral, relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Fatos decorrentes de voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados, obrigando-se a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

Durante a Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses ou interesse particular em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Em caso de conflito de interesse, o acionista não poderá votar na deliberação em relação àquele assunto. Em caso de recusa, o presidente deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos.

e) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada na Companhia para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia admite outorga de procuração por meio eletrônico prescindindo de firma reconhecida, desde que seja encaminhado por endereço fidedigno.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

A Companhia admite o boletim de votos por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância. Entretanto, o agente escriturador (Itaú Corretora de Valores S.A.) possui um sistema específico para esta atividade, pode-se observar mais informações sobre o procedimento no item "k" desse tópico.

j) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não disponibiliza a opção para que aos acionistas ou grupo de acionistas, incluam propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membro do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

l) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar especificamente os comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Porém a administração mantém uma área específica em seu site, denominada “Relação com Investidores”, onde há uma área destinada a esclarecer dúvidas dos seus acionistas, mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. Este contato pode ser feito por dois canais, pelo e-mail dri@portobello.com.br ou pelo link “Fale com RI” no site de relações com investidores da Portobello(<https://ri.portobello.com.br/>).

m) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Alternativamente às informações do item “g” acima, os acionistas poderão participar a distância e exercer

o seu direito de voto da seguinte forma:

- *Envio do boletim pelo Acionista ao agente custodiante/corretora*
O envio do boletim pode ser realizado pelo acionista ao agente escriturador, que no caso da Companhia o agente escriturador é o Itaú Corretora de Valores S.A.
- *Envio do boletim pelo Acionista ao agente escriturador da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.)*

O Itaú possui uma ferramenta online para que o Acionista exerça seu direito de voto a distância. Esta ferramenta é digital e para acessá-la deve ser realizado um cadastro e possuir um certificado digital (informações adicionais

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritieservices/artigo/home/assembleiadigital>

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Conforme o Estatuto Social em seu artigo 10º, o Conselho de Administração se reunirá em Assembleia Geral, ordinariamente, pelo menos um vez dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social.

Durante o exercício de 2020, foram realizadas ao todo 10 reuniões do Conselho de Administração, sendo elas 4 ordinárias e 6 extraordinárias.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os membros do Conselho de Administração eleitos pelo bloco de acionistas controladores exercerão seus direitos de voto nas reuniões dos órgãos de administração da Companhia em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas e em estrita observância das instruções de voto dadas pelo representante do bloco de acionistas controladores de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento do Acordo de Acionistas e de tais instruções. O presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computará qualquer voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não se aplica.

d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Não se aplica.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

A Companhia aderiu ao Novo Mercado em 2008 e, como requerido, firmou compromisso de resolução de conflitos através da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme o artigo 53 constante em seu estatuto social:

Artigo 53 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Edson Luiz Mees Stringari 400.164.129-15	22/08/1961 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	11/05/2022 11/05/2022	2 anos Não	2 0.00%
Diretor Vice-Presidente Jurídico e Compliance					
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91	29/01/1959 Administrador	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	11/05/2022 11/05/2022	2 anos Não	2 0.00%
Walter Roberto de Oliveira Longo 563.380.748-00	12/02/1951 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim	3 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Cesar Gomes Junior 305.583.019-91	26/05/1957 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim	2 0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria					
Geraldo Luciano Mattos Junior 144.388.523-15	08/03/1980 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim	12 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Marcos Gouvea de Souza 223.160.948-72	08/11/1948 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Não	3 0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Nilton Torres de Bastos Filho	19/11/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	12
217.335.658-50	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Glauco José Côrte	19/03/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	12
003.467.999-53	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Cláudio Avila da Silva	02/07/1953	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2022	1 ano	2
179.169.099-87	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	28/04/2022	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração		Vice-Presidente do C.A. e Diretor de Relações com Investidores			
Maro Marcos Hadlich Filho	28/09/1962	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	15
442.839.119-68	Advogado e Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Maria Amália Trevisol Muller	18/09/1965	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	4
683.167.129-20	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Jorge Muller	30/09/1964	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	4
518.027.679-91	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.					
Carlos Eduardo Zoppello Brennand	14/12/1961	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	13
029.598.008-77	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Haroldo Pabst	19/07/1942	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	2
131.643.339-00	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Eduardo Czenay Guitierrez	01/04/1980	Conselho Fiscal	28/04/2022	1 ano	3
003.623.319-60	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	28/04/2022	Sim	0.00%

Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15

Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui MBA e Mestrado pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Chefe de departamento Jurídico da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia. Na PBG S.A. já foi Gerente e Diretor Jurídico e atualmente é Diretor Vice-Presidente Jurídico.

Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91

Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.

Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00

Administrador de Empresas pela PUC – Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, com Pós-Graduação em Business pela USC – University of Southern California e Especialização Digital pela Cambridge University.

Foi Presidente do Grupo Abril de 2016 a 2018, Sócio-Diretor da Unimark Comunicação de 1999 até a presente data, Membro do Conselho de Administração da Portobello e SulAmérica desde 2019, Membro do Conselho Consultivo da Cacau Show e Sabemi desde 2019 e da Wibx – Ecossistema Digital, desde 2021, Membro do Comitê Digital do Hospital Israelita Albert Einstein desde 2019.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC.

Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15

Formação: Graduação em Administração de Empresas (Universidade Estadual do Ceará) e Direito (Universidade de Fortaleza), assim como e mestrado em Administração de Empresas (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead).

Principais Cargos Exercidos: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M Dias Branco (até novembro de 2019); Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Hapvida participações, Portobello e Assaí Atacadista.

Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72

Possui graduação e extensão em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

É fundador e Diretor Geral da Gouvêa Ecosystem, Presidente do Lide Comércio, membro dos Conselhos do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), do Instituto Foodservice Brasil (IFB) e do Ebeltoft Group, aliança global de consultorias especializadas em varejo em 25 países. É também membro do FIRA - Forum of International Retail Associations. Membro no Conselho de Administração das empresas PBG e BFFC desde 2019 (a BFFC controla as marcas Bobs, KFC e Pizza Hut). Sócio e membro ativo do Conselho da Gouvêa Ecosystem, Bittencourt, Primetour, Primetravel e mais 14 empresas que compõem o Ecossistema.

Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU.

Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.

Glauco José Côrte - 003.467.999-53

Formado em Direito com Especialização em Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina, Administração Pública pelo Instituto de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e também realizou treinamentos na American Graduate School of International Institute for Management Development (Arizona, EUA) e IMD (Lausanne, Suíça).

Os principais cargos exercidos incluem Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI (2014 em curso, até outubro de 2023). Membro dos Conselhos de Administração da PBG S.A. e Multilog S.A. Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Membro do Board of Trustees – Fraunhofer Project for Advanced Manufacturing, desde março de 2018 até o momento. Presidente do Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança da CNI (2019 até o momento). Líder do Projeto de Implantação do Compliance e Integridade da CNI e das entidades nacionais relacionadas (SESI/SENAI/IEL), assim como Presidente do Comitê de Ética destas entidades.

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC.

Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB), em Direito Empresarial (INPG) e em Direito Comercial (FURB).

É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amália Trevisol Muller - 683.167.129-20

Formada em Bacharel em Ciências Contábeis graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. MBA em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Contadora da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda – setor de Prestação de Serviços

Jorge Muller - 518.027.679-91

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77

Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui experiência como piloto de aviação e é Conselheiro Fiscal da PBG desde 2020.

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha).

Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Eduardo Czenay Guitierrez - 003.623.319-60

Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós- Graduado- MBA em Gestão Empresarial pela FGV.

Administrador da PBG Participacoes Ltda - Setor Holding Patrimonial e Diretor financeiro da Gtt Industria e serviço tecnologia SA e membro do Conselho de Administração.Portobello America.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15 N/A	
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91 N/A	
Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.380.748-00 N/A	
Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91 N/A	
Geraldo Luciano Mattos Junior - 144.388.523-15 N/A	
Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72 N/A	
Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50 N/A	
Glaucio José Côrte - 003.467.999-53 N/A	N/A
Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87 N/A	
Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68 N/A	
Maria Amalia Trevisol Muller - 683.167.129-20	

N/A

Jorge Muller - 518.027.679-91

N/A

Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77

N/A

Haroldo Pabst - 131.643.339-00

N/A

Eduardo Czenay Guitierrez - 003.623.319-60

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Cláudio Avila da Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/07/1953	12/11/2020	2 anos
179.169.099-87	Comitê Gestão Estratégico	Administrador		12/11/2020	0	100.00%
Vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores						
Mauro do Valle Pereira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/01/1959	12/11/2020	2 anos
376.466.139-91	Comitê Gestão Estratégico	Administrador		12/11/2020	0	100.00%
Diretor Presidente						
Edson Luiz Mees Stringari	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/08/1961	12/11/2020	2 anos
400.164.129-15	Comitê Gestão Estratégico	Advogado		12/11/2020	0	100.00%
Diretor Vice-Presidente Jurídico e Compliance						
Cesar Gomes Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/1957	12/11/2020	2 anos
305.583.019-91	Comitê Gestão Estratégica	Administrador		12/11/2020	0	100.00%
Presidente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC.

Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91

Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.

Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15

Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui MBA e Mestrado pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Chefe de departamento Jurídico da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia. Na PBG S.A. já foi Gerente e Diretor Jurídico e atualmente é Diretor Vice-Presidente Jurídico.

Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC.

Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87	
N/A	
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91	
N/A	
Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15	
N/A	
Cesar Gomes Junior - 305.583.019-91	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior 305.583.019-91 Portobello S/A 83.475.913/0001-91 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente

Pessoa relacionada

César Gomes Neto 006.211.549-97 Portobello América Inc. USA
Administrador.

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior 305.583.019-91 Portobello S/A 83.475.913/0001-91 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente

Pessoa relacionada

Gabriela Richter Gomes 007.489.389-07 Portobello S/A 83.475.913/0001-91
Acionista membro do grupo de controle

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Cesar Gomes Junior 305.583.019-91 Portobello S/A 83.475.913/0001-91 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente.

Pessoa relacionada

César Gomes Neto 006.211.549-97 Portobello S/A 83.475.913/0001-91
Acionista membro do grupo de controle

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Credor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionistas membros do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cesar Gomes Junior	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
Acionistas membros do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócia	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda. Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
Acionistas membros do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócio			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
César Gomes Junior Acionistas membros do grupo de controle	305.803.019-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	03.796.084/0001-00		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	11.561.432/0003-50		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Fornecedor
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda	10.723.267/0001-60		
Sócia			
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eduardo Ramos Gomes Acionistas membros do grupo de controle	454.713.209-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Valerio Gomes Neto Acionistas membros do grupo de controle	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Cesar Gomes Junior Acionistas membros do grupo de controle	305.583.019-91	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócio	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O) para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões.

12.12 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não possui uma política formalizada sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, fiscal e da diretoria, o montante será definido com base nas práticas de mercado, na qual a Companhia busca remunerar adequadamente os profissionais.

- Conselho de Administração e Diretoria: a Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem os mesmos benefícios e remuneração dos Diretores estatutários, embora tenham ganhos diferentes de acordo com cada cargo executado.
- Conselho Fiscal: a remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

c) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da Companhia

d) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – Pago em uma parcela anual, correspondendo a um target de dez vezes o valor da remuneração mensal. Para Diretores Estatutários, 50% do benefício é baseado em indicadores corporativos e o EBITDA é a métrica utilizada. O percentual restante, é baseado no indicador individual. Existem quatro indicadores individuais, cada um com peso de 25%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limite de 12,5% do lucro líquido do exercício.

e) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Pesquisa de remuneração e aprovação em Assembleia Geral.

f) Razões que justificam a composição da remuneração

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

g) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

h) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador corporativo é o EBITDA da PBG e os indicadores individuais são: (1) Lucro Líquido PBG; (2) EBITDA PBG (3) Dívida/EBITDA e (4) Capital de Giro, todos com a mesma importância (peso de 25% para cada indicador).

i) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

As práticas de remuneração se alinham com os interesses competitividade com o mercado no curto prazo e de alavancagem de resultados e retenção dos profissionais a médio e longo prazo.

j) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

k) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, dado que não há mais remuneração de administradores na controlada Portobello Shop S/A desde o exercício de 2013.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Não se aplica.

ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

O departamento de Recursos Humanos (“RH”) realiza uma pesquisa de mercado referente as remunerações, em seguida a AGO define o valor global para finalmente na reunião do Conselho de Administração, aprovar a remuneração de cada funcionário.

iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O departamento de RH realiza uma pesquisa de mercado referente às remunerações, em seguida a AGO define o valor global para finalmente na reunião do Conselho de Administração, aprovar a remuneração de cada funcionário. Esta remuneração é revisitada anualmente.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.321.797,96	3.580.163,00	236.000,00	8.137.960,96
Benefícios direto e indireto	1.002.765,24	862.416,00	0,00	1.865.181,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	1.924.771,00	2.770.520,00	0,00	4.695.291,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	7.249.334,20	7.213.099,00	236.000,00	14.698.443,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	7,00	3,50	3,00	13,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.956.491,00	4.312.706,00	259.241,00	6.528.438,00

Benefícios direto e indireto	83.853,00	1.539.497,47	0,00	1.623.350,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Neste período houve renúncia de diretoria estatutária.		
Remuneração variável				
Bônus	91.135,70	0,00	0,00	91.135,70
Participação de resultados	0,00	2.269.156,00	0,00	2.269.156,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	2.131.479,70	8.121.359,47	259.241,00	10.512.080,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.764.015,00	4.485.818,00	259.241,00	6.509.074,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.605.816,00	0,00	1.605.816,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		-	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.764.015,00	6.091.634,00	259.241,00	8.114.890,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.562.268,00	4.408.698,00	201.363,00	6.172.329,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.595.206,00	0,00	1.595.206,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		-	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho Fiscal.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	1.562.268,00	5.967.904,00	201.363,00	7.731.535,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçados.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2021			2020		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7	3	4	7	3
Participação nos resultados	2.770.520	1.924.771	Não se aplica	2.269.156	91.136	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	2.216.416	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	1.815.325	72.909	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	3.324.624	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	2.722.987	109.363	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2.770.520	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	1.928.783	77.465	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.216.416	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	2.269.156	91136	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho Fiscal.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2019			2018		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7	3	3	7	3
Participação de resultados	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não se aplica.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Não se aplica.

13.6 - Opções em Aberto

Não se aplica.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não se aplica.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não se aplica.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2020					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	81.260.527	52,59%	100	-	360	0,24%
Conselho de Administração	204.725	0,13%	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	372.900	0,24%	300	0,10%	-	-
Ações em Tesouraria	6.999.658	4,53%				
Total das ações	81.838.152	52,96%	400	0,10%	360	0,24%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Órgão	Diretoria
Número de membros	3
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 12.058 milhões
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 643.725 mil
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2018
Nº de membros	4,00	4,00	7,00	7,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	7,67	7,67	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.605.000,00	1.567.000,00	240.000,00	234.000,00	86.000,00	59.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	960.000,00	942.000,00	240.000,00	234.000,00	86.000,00	59.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.121.000,00	1.102.000,00	240.000,00	234.000,00	86.000,00	59.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2019. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2018	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2018. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

Conselho de Administração	
31/12/2019	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2019. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2018	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2018. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurada considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2020. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.
31/12/2018	(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia. (2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função. (3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2018. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não se aplica.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela deliberação CVM nº 642/10, não há membros do Conselho de Administração, diretoria estatutária ou Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não houve nos três últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal paga como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Nos exercícios sociais de 2018 a 2020 não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 c) índice de rotatividade

a.) Número de empregados / b.) Número de terceirizados / c.) Índice de rotatividade

Descrição da Conta	2020	2019	2018
Nº de empregados	3607	3.434	3.240
Atividades Administrativas	391	165	114
Atividades Comerciais	473	752	662
Atividades Industriais	2743	2.517	2.464
Nº de terceirizados	158	193	-
Atividades Administrativas	4	9	-
Atividades Comerciais	0	2	-
Atividades Industriais	154	182	-
Índice de rotatividade	1,47%	1,21%	1,25%
Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas			
Posição sem estagiários.			

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve alteração relevante em relação às informações prestadas no item 14.1.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Política de salários da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais com desempenho destacado.

Ajustes Salariais:

- Anualmente, no mês de maio, data base de negociação sindical;
- Nos crescimentos horizontais, através do processo de meritocracia e respeitando o orçamento definido para o ano;
- Nos crescimentos verticais, por promoção, seguem os planos de carreira para os cargos abrangidos e os processos de *Talent Pool* e avaliação de desempenho para os cargos executivos (diretores e gerentes).

Remuneração variável mensal:

- Praticada para toda equipe da área comercial, como também para os gerentes e coordenadores industriais, seguindo atingimento de metas pré-estabelecidas;
- A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados:
 - Para diretores executivos: gatilho corporativo EBITDA Corporativo com peso 50% e indicador da unidade de negócio EBITDA, com peso de 25% e indicadores individuais com peso de 25%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Para diretores e executivos de áreas corporativas utiliza-se os pesos de gatilho corporativo EBITDA Corporativo 75% e indicadores individuais com peso de 25%.
 - Para gerentes, coordenadores, executivos de contas e consultores de franquia, *traders*, e *especialistas (carreira administrativa e carreira Y a partir do nível pleno)* os indicadores são: gatilho corporativo EBITDA Corporativo com peso 50% e indicador da unidade de negócio EBITDA, com peso de 25% e indicadores individuais com peso de 25%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Para gerentes, coordenadores, executivos de contas e consultores de franquia, *traders*, e *especialistas (carreira administrativa e carreira Y a partir do nível pleno)* de áreas corporativas utiliza-se os pesos de gatilho corporativo EBITDA Corporativo 75% e indicadores individuais com peso de 25%.
 - A Companhia mantém Programa de Participação nos Resultados, para o corpo funcional, gatilho corporativo EBITDA Corporativo com peso 50% e indicador da unidade de negócio EBITDA, com peso de 50%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Para corpo funcional de áreas corporativas utiliza-se o gatilho de EBITDA Corporativo com peso de 100%.
- Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limitador do lucro líquido, no percentual de 7,5%, para um atingimento de EBITDA de 90% á 99,99%; percentual de 10% para atingimento de EBITDA de 100% á 109,99% e percentual de 12,5% para atingimento de EBITDA igual ou acima de 110%.

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece:

- Plano de saúde: a Companhia oferece convênio com as operadoras UNIMED/BRADESCO/AMIL, arcando com 70% (setenta por cento) do custo do plano básico para colaboradores e 50% para seus dependentes. Existem ainda outras abrangências e módulos complementares nos quais os funcionários arcam com o valor. Para os diretores estatutários e seus dependentes o plano de saúde é da operadora

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Bradesco (TOP 6) sendo o custo absorvido 100% pela empresa – Aplicável em todas as unidades de negócio.

- Vale transporte: como diferencial, a Companhia oferece linhas de transporte em ônibus fretados ou passagens para ônibus de linha, com o desconto de até 6% (seis por cento) do salário, conforme prevê a legislação – Aplicável em todas as unidades de negócio.
- Alimentação: a Companhia disponibiliza o restaurante para todos os funcionários que trabalham em Tijuca, servindo refeições de segunda a sábado, sendo que o funcionário paga somente 20% (vinte por cento) e a empresa os 80% (oitenta por cento) restantes – Aplicável somente na planta Tijuca.
- Vale refeição: a Companhia oferece aos que ficam nas unidades fora da fábrica, com valor facial diário, na qual a empresa subsidia 80% (oitenta por cento) do valor e o funcionário 20% (vinte por cento) – Aplicável em todas as unidades de negócio com exceção da empresa CBC.
- Vale alimentação: é disponibilizado todos os meses o valor de uma cesta básica de R\$ 350,00 (trezentos cinquenta reais) – Aplicável na empresa CBC.
- Convênio farmácia: a Companhia concede o benefício farmácia, reembolsando os funcionários em 50% (cinquenta por cento), considerando os medicamentos comprados mediante receita médica. Extensivo também aos dependentes – Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Convênio odontológico: a Companhia oferece dois modelos de plano, pré-pago e pós-pago, com o custo integral do funcionário – Aplicável em todas as unidades de negócio.
- Prêmio assiduidade: para os funcionários com salário até R\$ 3.237 (três mil duzentos e trinta e sete reais) e que não tiverem falta ao trabalho a Companhia paga mensalmente, através de vale alimentação – Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Abono de férias: todos os empregados recebem um abono pago uma única vez quando do retorno das férias. Este não possui natureza salarial, não se caracteriza como base para contribuições previdenciárias e enquadra-se no disposto no item 7, alínea “e”, § 9º, art. 28 da Lei nº 8.212/91 – Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Auxílio creche ou babá: a Companhia paga às mães, um valor fixo específico para filhos até os primeiros 24 meses de vida. Nos meses seguintes até dois anos, outro valor fixo específico. O auxílio é realizado através de reembolso, mediante apresentação de recibo – Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Auxílio para dependente portador de necessidade especial: os empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, física ou mental, recebem um abono mensal a título de indenização por dependente nestas condições, quando devidamente reconhecida por atestado expresso de médico especialista na área, assim corroborado por avaliação médica realizada por especialista indicado pela Companhia, quando for necessário – Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Associação de funcionários - ADEC: o funcionário tem a opção de participar da associação pagando 0,91% do salário base. Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Compra de produtos Portobello: a Companhia facilita a compra de produtos para seus empregados, familiares e amigos, adotando política específica, com descontos de até 30% (trinta por cento). O pagamento pode ser parcelado via folha de pagamento – Aplicável em todas as unidades de negócio.
- Seguro de vida: com apólice de grupo, onde a Companhia subsidia 50% (cinquenta por cento) do valor e o funcionário os outros 50% (cinquenta por cento) – Aplicável em todas as unidades de negócio.
- Empréstimos consignados: oferecido conforme previsto pela legislação – Aplicável em todas as unidades de negócio como exceção a empresa PBTHEC.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Auxílio Mamãe Portobello: a todas as funcionárias mães, no seu oitavo mês de gestação, a Companhia oferece o benefício para compra em mercadorias para seu bebê. A gestante poderá também optar por um book gestacional com 15 fotos reveladas e 1 CD com todas as fotos do ensaio – Aplicável somente para a PBG / Portobello Shop / Mineração.
- Leasing – A empresa oferece ao presidente, diretores estatutários e diretores executivos o benefício de aquisição de veículos, através de leasing, com valores determinados e de acordo com cada nível na estrutura.
 - Presidente, diretores estatutários: O valor praticado para este benefício é resultante da diferença entre o valor total individual definido como limite de benefícios pelo Conselho de Administração, deduzindo os demais benefícios utilizados pelo executivo.
 - Diretores executivos: Parcela mensal, incluso valor dos juros. É determinado um valor máximo do veículo em reais. Os valores residuais são quitados pelo próprio Diretor - Aplicável em todas as unidades de negócio.
- Check-up executivo: oferecemos check-up anual para cargos de gerência à Diretoria – Aplicável em todas as unidades de negócio.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

Não se aplica.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia mantém bom relacionamento com o sindicato e seus dirigentes. Isto pode ser percebido pelo fato de que toda a diretoria do sindicato que representa os funcionários da categoria, incluindo a presidência da entidade, é ocupada por funcionários da empresa. A Companhia nunca registrou greve em seus quarenta dois anos de operação.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não aplicável.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Cesar Gomes Junior						
305.583.019-91	Brasileiro-SC	Sim	Sim	30/03/2020		
Não						
	24.492.019	15,453%	0	0,000%	24.492.019	15,453%
César Gomes Neto						
006.211.549-97	Brasileiro-SC	Sim	Sim	30/03/2020		
Não						
	1.562.181	0,990%	0	0,000%	1.562.181	0,990%
Valerio Gomes Neto						
245.328.949-72	Brasileiro-SC	Sim	Sim	02/04/2014		
Não						
	2.952.744	1,863%	0	0,000%	2.952.744	1,863%
Miriam Gomes Vieira de Andrade						
745.543.959-87	Brasileiro-SC	Sim	Sim	06/09/2017		
Não						
	798.850	0,500%	0	0,000%	798.850	0,500%
PBG Participações Societárias Ltda						
15.033.377/0001-14	Brasileiro-SC	Sim	Sim	20/08/2014		
Não						
	7.281.797	4,595%	0	0,000%	7.281.797	4,595%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
DANIEL GOMES VIEIRA						
530.997.889-53	Brasileiro-SC	Sim	Sim	15/08/2019		
Não						
	400.000	0,258%	0	0,000%	400.000	0,258%
Gabriela Richter Gomes						
007.489.389-07	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	1.522.181	0,960%	0	0,000%	1.522.181	0,960%
Gustavo Czernay Gutierrez						
004.113.839-22	Brasileiro-SC	Sim	Sim	16/10/2018		
Não						
	381.500	0,240%	0	0,000%	381.500	0,240%
Eleonora Ramos Gomes						
013.808.518-82	Brasileiro-SP	Sim	Sim	28/01/2020		
Não						
	18.767.260	11,841%	0	0,000%	18.767.260	11,841%
Eduardo Czenay Guitierrez						
003.623.319-60	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	481.500	0,300%	0	0,000%	481.500	0,300%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Eduardo Ramos Gomes						
454.713.209-72	Brasileiro-SC	Sim	Sim	10/08/2015		
Não						
	4.436.332	2,800%	0	0,000%	4.436.332	2,800%
Carolina Consoni Gomes Malucelli						
005.529.979-27	Brasileiro-PR	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	2.393.160	1,510%	0	0,000%	2.393.160	1,510%
Carolina Czernay Gutierrez						
005.692.859-92	Brasileiro-SC	Sim	Sim	28/04/2016		
Não						
	381.500	0,240%	0	0,000%	381.500	0,240%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand						
029.598.008-77	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	2.703.802	1,710%	0	0,000%	2.703.802	1,710%
Augusto Lopes Gomes						
097.646.979-09	Brasileiro-SC	Sim	Sim	16/08/2017		
Não						
	4.436.332	2,800%	0	0,000%	4.436.332	2,800%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Beatriz Rebello Salles						
019.266.869-26	Brasileiro-SC	Sim	Sim	19/02/2018		
Não						
	3.411.884	2,150%	0	0,000%	3.411.884	2,150%
Junior Administração Bens Part. Soc. Ltda						
03.609.424/0001-46	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	408.350	0,260%	0	0,000%	408.350	0,260%
Maria Amélia Gomes Vieira						
024.514.519-20	Brasileiro-SC	Sim	Sim	13/11/2017		
Não						
	207.800	0,130%	0	0,000%	207.800	0,130%
Maria Cristina Gomes Vieira						
656.463.129-49	Brasileiro-SC	Sim	Sim	28/07/2015		
Não						
	672.050	0,420%	0	0,000%	672.050	0,420%
Marcelo Consoni Gomes						
008.532.629-18	Brasileiro-SC	Sim	Sim	03/06/2015		
Não						
	2.000.000	1,260%	0	0,000%	2.000.000	1,260%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LUCIA GOMES VIEIRA DELLAGNELO						
593.613.879-87	Brasileiro-SC	Sim	Sim	04/08/2015		
Não						
	803.500	0,510%	0	0,000%	803.500	0,510%
Lucio Rebello						
042.547.779-73	Brasileiro-SC	Sim	Sim	19/02/2018		
Não						
	3.411.884	2,150%	0	0,000%	3.411.884	2,150%
OUTROS						
	70.622.735	44,560%	0	0,000%	70.622.735	44,560%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	3.959.156	2,500%	0	0,000%	3.959.156	2,500%
TOTAL						
	158.488.517	100,000%	0	0,000%	158.488.517	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Junior Administração Bens Part. Soc. Ltda				03.609.424/0001-46		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PBG Participações Societárias Ltda				15.033.377/0001-14		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	26.474
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	366
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	47

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	66.269.176	42,880%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	66.269.176	42,880%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

Destacamos no tópico 15.1/2 as informações relacionadas à posição acionária atualizada até dezembro de 2020 dos acionistas controladores da Companhia. Abaixo destacamos os acionistas que fazem parte do grupo de controle e que possuem posições acionárias superiores a 5% de ações ordinárias:

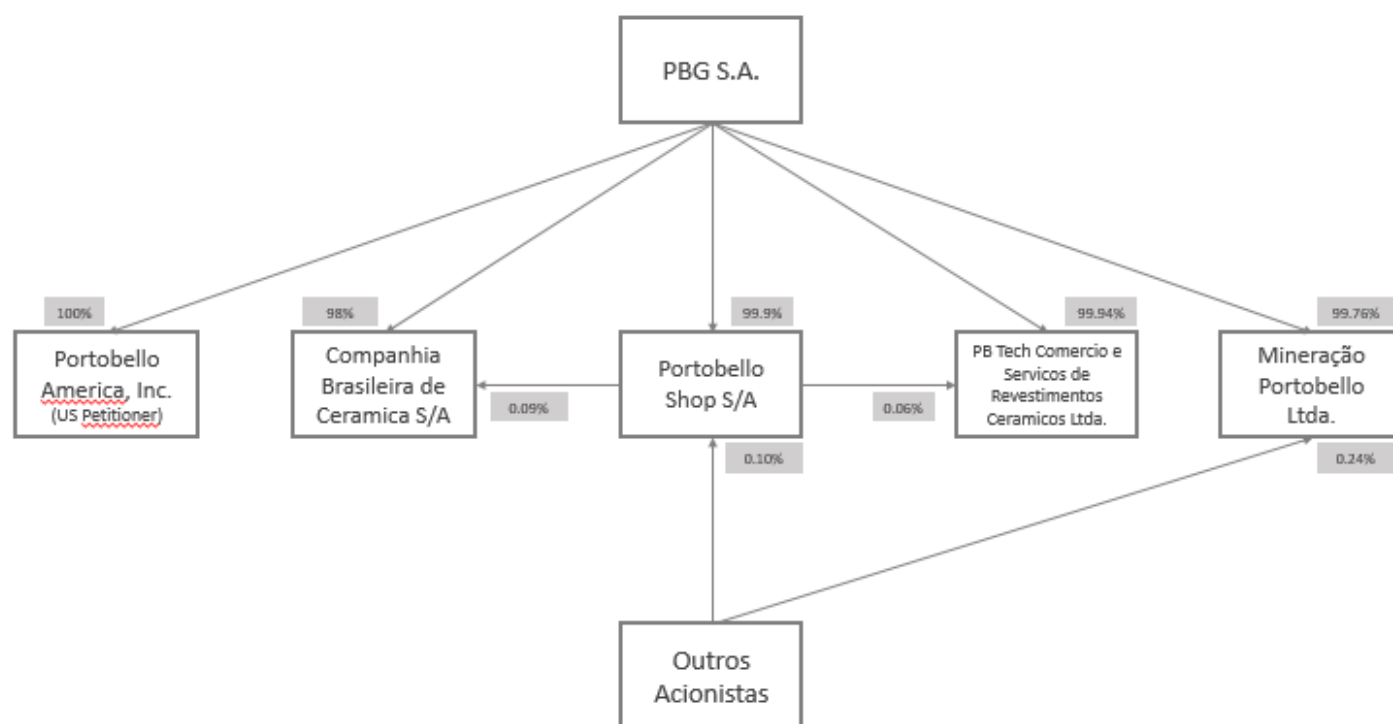
Acionista	CPF / CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Qtd Ações ordinárias	% Total de Ações
Cesar Gomes Junior	305.803.019-91	Brasileiro - SC	24.492.019	15,85%
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Brasileiro - SP	16.500.000	10,68%

b. principais controladas e coligadas do emissor

c. participações do emissor em sociedades do grupo

d. participações de sociedades do grupo no emissor

e. principais sociedades sob controle comum



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a.Partes

O acordo de acionistas mais recente firmado pela Companhia tem a data de 18 de fevereiro de 2019. Este acordo de acionistas teve como partes integrantes os acionistas controladores, onde na data da realização do acordo, tinham a seguinte distribuição acionária:

Acionista	Qt ações vinculadas	% Participação Cap.Social	% Partic. Acordo
César Gomes Junior	24.412.019	15,80%	30,78%
Gabriela Richter Gomes	1.522.181	0,99%	1,92%
Junior Adm de Bens e Participações Societárias Ltda	408.350	0,26%	0,51%
Eleonora Ramos Gomes ¹	16.500.000	10,68%	20,81%
Eduardo Ramos Gomes	4.436.332	2,87%	5,60%
Valério Gomes Neto	2.952.744	1,91%	3,72%
Carolina Consonni Gomes	2.393.160	1,51%	3,02%
Marcelo Consonni Gomes	2.000.000	1,29%	2,52%
PBG Participação Societárias Ltda	7.281.797	4,71%	9,18%
Maria Amélia Gomes Vieira	207.800	0,13%	0,26%
Daniel Gomes Vieira ¹	400.000	0,26%	0,50%
Maria Cristina Gomes Vieira ¹	401.750	0,26%	0,51%
Lucia Gomes Vieira Dellagnelo ¹	200.000	0,13%	0,25%
Miriam Gomes Vieira de Andrade ¹	241.050	0,16%	0,30%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand	2.703.802	1,75%	3,41%
Eduardo Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Carolina Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Gustavo Czernay Gutierrez	381.500	0,24%	0,48%
Augusto Lopes Gomes	4.436.332	2,87%	5,59%
Beatriz Rebello Salles ¹	3.070.696	1,99%	3,87%
Lucio Rebello ¹	3.070.695	1,99%	3,87%
Cesar Gomes Neto	1.522.181	0,99%	1,92%
Total:	79.305.389	51,32%²	100%

¹Os acionistas Eleonora, Beatriz, Lucio, Maria Cristina, Lucia, Daniel e Miriam Gomes não vincularam a totalidade das ações por eles detidas.

²Esta informação refere-se a ações vinculadas, pois a empresa possui 54% das ações.

b.Data de celebração

Foi celebrado em 15 de abril de 2011, aditado em 29 de setembro de 2014 e consolidado em 09 de dezembro de 2014. O aditamento e consolidação ocorreu novamente em 17 de agosto de 2015, 04 de agosto de 2017 e 18 de fevereiro de 2019.

c.Prazo de vigência

O acordo tem um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2019, e deverá ser renovado automaticamente por dois períodos iguais e sucessivos de 20 (vinte) anos. Este acordo poderá ser resiliado ao final do primeiro ou do segundo período de 20 (vinte) anos de sua vigência, caso entre os dias 1º de julho e 30 de setembro do ano do término do primeiro ou do segundo período de 20 (vinte) anos, os acionistas deliberem extinguir este acordo ao final do período de 20 (vinte) anos então em curso (ou 31 de dezembro do respectivo ano), em uma Reunião Prévia, representando pelo menos 90% (noventa por cento) das ações vinculadas, por meio do voto afirmativo de acionistas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

As cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle estão estabelecidas nos itens 4.2, 4.3 e 4.4 do Acordo de Acionistas da seguinte forma:

4.2 Exercício do Direito de Voto nas Assembleias de Acionistas da Companhia; Representação do Bloco de Controle. Os Acionistas exercerão o seu direito de voto nas assembleias de acionistas da Companhia por meio de um representante, ao qual caberá a representação do Bloco de Controle e, por conseguinte, de todos os Acionistas ("Representante do Bloco de Controle"). O Representante do Bloco de Controle fará a interlocução do Bloco de Controle com a Companhia e terá os poderes e direitos estabelecidos neste Acordo.

4.3 Representante do Bloco de Controle. O Representante do Bloco de Controle, que representará o Bloco de Controle perante a Companhia ("Representante do Bloco de Controle") será o Acionista (ou pessoa física por ela indicada) que vier a ser eleito pelos Acionistas, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser substituído a qualquer tempo. O Representante do Bloco de Controle poderá substabelecer a representação do Bloco de Controle nas assembleias de acionistas da Companhia, por meio de substabelecimento específico conferido a acionista ou administrador da Companhia ou a advogado.

4.4 Poderes do Representante do Bloco de Controle. Os Acionistas, neste ato, em caráter irrevogável e irretirável, delegam e outorgam ao Representante do Bloco de Controle o exercício do direito de voto das Ações Vinculadas, ficando o Representante do Bloco de Controle, eleito conforme a Cláusula 4.3, investido de amplos e plenos poderes para representar os Acionistas perante a Companhia e seus demais acionistas e para propor, deliberar, votar e impugnar, nas assembleias de acionistas da Companhia, toda e qualquer matéria, ficando ressalvado que, quanto às matérias sujeitas à aprovação da Reunião Prévia, conforme a Cláusula 7.1, o Representante do Bloco de Controle deverá votar conforme estabelecido em Reunião Prévia, ressalvado, outrossim, o disposto na Cláusula 4.5. Não havendo deliberação de Reunião Prévia que o instrua como votar, o Representante do Bloco de Controle votará no sentido de não deliberar a matéria colocada em votação. O Representante do Bloco de Controle exercerá seu próprio direito de voto da mesma forma como exercer o direito de voto do Bloco de Controle.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A indicação de administradores será objeto de deliberação em reunião prévia dos acionistas controladores, conforme item 5.1 e 5.2, do acordo de acionistas transcritos parcialmente a seguir:

5.1 Órgãos de Administração. A Companhia será administrada pelo seu Conselho de Administração e por sua Diretoria, observadas as disposições deste acordo, do estatuto social da Companhia e da legislação aplicável. Os administradores da Companhia deverão observar o disposto neste acordo, no estatuto social da Companhia e na legislação aplicável, inclusive o Regulamento do Novo Mercado no que disser respeito à Companhia.

5.2 Composição do Conselho de Administração. Salvo se diversamente deliberado, observado o que dispuser este Acordo e o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por até 9 (nove) membros, eleitos pelos acionistas da Companhia e por eles destituíveis a qualquer tempo. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado. Os acionistas, por meio do Representante do Bloco de Controle, farão com que o Bloco de controle eleja o maior número de membros do Conselho de Administração da Companhia que o Bloco de Controle tiver direito de eleger, observando algumas disposições.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

As cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las estão estabelecidas nos itens 10 e 11 do acordo de acionistas da seguinte forma:

“10. TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES VINCULADAS

10.1 Restrições à Transferência de Ações Vinculadas. Os Acionistas, neste ato, obrigam-se a não Transferir, seja a que título for, inclusive por meio de uma Transferência Indireta, qualquer de suas Ações Vinculadas, suas Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, salvo conforme especificamente permitido de acordo com esta Cláusula 10 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo.

10.2 Transferências Permitidas de Ações. Somente serão admitidas Transferências de Ações Vinculadas e de Ações da PBC nos seguintes casos e desde que observado o disposto na Cláusula 10.4 e demais cláusulas aplicáveis deste Acordo:

(a) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC em virtude de sucessão mortis causa;

(b) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC (i) entre Acionistas, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11, (ii) entre um Acionista e seu cônjuge, (iii) entre um Acionista e qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, (iv) entre um Acionista pessoa física e uma sociedade Controlada e direta e integralmente detida por tal Acionista ou por seu cônjuge ou qualquer ascendente ou descendente de tal Acionista, ou (v) entre um Acionista pessoa jurídica e seu Controlador.

(c) Venda de Ações Vinculadas e de Ações da PBC a terceiro que não outro Acionista conforme previsto na Cláusula 10.3, observado o direito de preferência previsto na Cláusula 11;

(d) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme exigido pela Cláusula 10.5;

(e) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC conforme permitido pela Cláusula 12;

(f) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício de Opção de Venda, conforme a Cláusula 13;

(g) Transferência de Ações Vinculadas por meio do exercício do direito de venda forçada (drag along), conforme a Cláusula 14;

(h) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC por meio do exercício do direito de venda conjunta (tag along), conforme a Cláusula 15; e

(i) Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC aprovada, por escrito, por todos os Acionistas. Para os fins desta letra (i), as Partes reconhecem e concordam expressamente que nenhum Acionista estará obrigado a aprovar qualquer Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC e que os Acionistas terão o direito de impor quaisquer condições à sua aprovação de uma Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC que porventura vierem a rever para os fins desta letra (i), inclusive a sujeição da Transferência ao exercício do direito de preferência previsto na Cláusula 11.

10.3 Vendas Privadas Limitadas de Ações Vinculadas. Os Acionistas que não detiverem Ações Não Vinculadas terão o direito de, a partir de 1º de janeiro de 2015 (ou, caso o Acionista em questão detenha Ações Não Vinculadas, a partir da data em que tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada), Transferir a terceiro que não outro Acionista (conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i)), por meio de venda privada (fora de bolsa de valores), até 10% (dez por cento) de sua Quantidade de Ações Vinculadas de que

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja**Parte**

era proprietário no dia 1º de janeiro do ano em questão, observado o disposto na Cláusula 10.4, o direito de preferência previsto na Cláusula 11 e o quanto segue:

(a) *Em conformidade com o disposto na letra (a) da Cláusula 10.4, a venda das Ações Vinculadas deverá ser acompanhada da venda de um mesmo número de Ações da PBC;*

(b) *Na eventualidade de um Acionista passar a deter Ações Não Vinculadas, em operações futuras de compra, tal Acionista ficará automaticamente impedido de exercer o direito previsto nesta Cláusula 10.3, ficando restabelecido tal direito após tal Acionista deixar de deter qualquer Ação Não Vinculada; Todavia, o mencionado Acionistas não perderá o direito já acumulado de Transferir a terceiro Ações Vinculadas, relativo ao período pretérito em que não detinha Ações Não Vinculadas; e,*

(c) *Não será considerado inadimplemento o fato de um Acionista vender parte de suas Ações Vinculadas conforme permitido por esta Cláusula 10.3 e, após tal venda, (i) adquirir qualquer Ação Não Vinculada (caso em que o Acionista terá o seu direito previsto nesta Cláusula 10.3 suspenso, conforme disposto na letra (b) acima), ou (ii) ter a sua respectiva Quantidade de Ações Vinculadas de Referência reduzida em decorrência do exercício por tal Acionista, no mesmo ano calendário, de Opção de Venda, de forma que a quantidade de Ações vendidas por tal Acionista de acordo com esta Cláusula 10.3 no ano calendário em questão passe a ser superior à quantidade de Ações que tal Acionista teria tido direito de vender com base na sua nova Quantidade de Ações Vinculadas de Referência.*

10.4 Condições para a Eficácia de Transferências Permitidas de Ações. *Toda e qualquer Transferência de Ações Vinculadas ou de Ações da PBC permitida pelo presente Acordo, conforme a Cláusula 10.2, somente poderá ser efetivada se atendidas as seguintes condições, cumulativamente:*

(a) *A Transferência de Ações Vinculadas deverá ser necessariamente acompanhada da Transferência, ao mesmo adquirente, de um número proporcional de Ações da PBC (igual ao número total de ações da PBC, multiplicado pelo número de ações vinculadas objeto da transferência e dividido pelo número total de ações vinculadas então existentes), não sendo permitida, em hipótese alguma, a Transferência de Ações Vinculadas independentemente da Transferência de Ações da PBC e vice-versa;*

(b) *A Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC entre Acionistas deverá observar o exercício do disposto na Cláusula 11, de modo a permitir um tratamento isonômico entre os demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”);*

(c) *A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá que o adquirente, se já não for parte deste Acordo, torne-se parte deste Acordo, por meio da celebração de um aditivo a este Acordo ou, na falta deste, de um termo de adesão na forma da minuta constante do Anexo 10.4 do presente, assumindo todos os direitos e obrigações do Acionista alienante, constituindo a adesão a este Acordo condição para a Transferência; além disso, no caso da Cláusula 10.2(b)(iv) o Acionista cedente deverá, no mesmo termo de adesão, responsabilizar-se solidariamente com a concessionária, perante os Acionistas, a Companhia e a PBC, pelo cumprimento pela cessionária de todas as obrigações decorrentes do presente Acordo;*

(d) *A Transferência de qualquer Ação Vinculada e de qualquer Ação da PBC a qualquer pessoa exigirá, outrossim, que o adquirente forneça ao Banco Depositário toda a documentação e celebre e adira a todos os contratos necessários ou convenientes para que o Banco Depositário dê cumprimento ao disposto na Cláusula 13;*

(e) *Além da obrigação de adesão prevista na letra (b) acima, o adquirente de quaisquer Ações Vinculadas e de Ações da PBC deverá cumprir quaisquer exigências previstas no Regulamento do Novo Mercado e na legislação aplicável; e*

(f) *Todas os demais requisitos exigidos por este Acordo em relação à Transferência, conforme aplicáveis (incluindo, no caso de Transferência de Ações Vinculadas e de Ações da PBC, por meio de venda privada, conforme permitido pela Cláusula 10.3, a observância do direito de preferência previsto na Cláusula 11), deverão ter sido observados, sob pena de*

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja**Parte**

não viabilizar a efetiva transferência e o exercício dos direitos patrimoniais e políticos intrínsecos à titularidade das Ações Vinculadas.

10.5 Transferência Obrigatória de Ações Vinculadas por Não Residentes. *Qualquer Acionista que, no caso de pessoa natural, seja ou se torne não residente no Brasil ou cuja sede, no caso de pessoa jurídica, não esteja situada no Brasil, deverá constituir uma sociedade brasileira, com sede e administração no Brasil, para servir como Acionista em seu lugar, transferindo-lhe a totalidade de suas Ações Vinculadas e de suas Ações da PBC. A sociedade em questão deverá ser controlada e seu capital deverá ser direta e integralmente detido pelo Acionista e/ou seu cônjuge, descendentes ou ascendentes, livre e desembaraçado de Ônus. A Transferência das Ações Vinculadas e das Ações da PBC à referida sociedade deverá ser feita de acordo com a Cláusula 10.4 e as demais disposições aplicáveis deste Acordo.*

10.6 Nulidade de Transferências Não Permitidas. *Qualquer Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, ou tentativa de Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC, inclusive por meio de Transferência Indireta, em violação às disposições deste Acordo será nula e ineficaz e não será reconhecida nem produzirá efeitos perante os Acionistas, a Companhia ou a PBC, ficando a Companhia, a PBC e a instituição depositária das Ações da Companhia ou das Ações da PBC, conforme o caso, proibidas de registrar a Transferência. O Acionista que houver buscado Transferir Ações Vinculadas, Ações da PBC ou Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC em violação ao disposto neste Acordo de Acionistas, será considerado inadimplente deste Acordo, ficando sujeito a todas as sanções aplicáveis.*

10.7 Descumprimento de Exigências em Caso de Transferência Mortis Causa. *No caso de a Transferência de Ações Vinculadas, de Ações da PBC ou de Direitos de Subscrição relativos à Companhia ou à PBC se dar mortis causa, a falta de celebração, pelo adquirente, da documentação referida nos itens (b), (c) e (d) da Cláusula 10.4 constituirá inadimplemento ao presente Acordo, porém não prejudicará a continuidade do vínculo do presente Acordo sobre o adquirente e sobre as Ações Transferidas.*

10.8 Transferências de Ações Não Vinculadas. *O presente Acordo não impede a Transferência, por qualquer dos Acionistas, de quaisquer Ações Não Vinculadas, as quais não estão sujeitas a qualquer restrição para sua Transferência.*

11. DIREITO DE PREFERÊNCIA.

11.1 Direito de Preferência em Venda Privada de Ações Vinculadas. *Sem prejuízo de quaisquer outras disposições aplicáveis deste Acordo, no caso de um Acionista desejar vender privadamente a terceiro que não outro acionista ou a outro Acionista parte de suas Ações Vinculadas e Ações da PBC conforme a Cláusula 10.3, aplicar-se-á o que se segue:*

(a) *O Acionista que desejar vender suas Ações (“Acionista Alienante”) deverá obter do possível adquirente (“Proponente”) proposta firme (“Proposta”) para a compra das respectivas Ações, até a quantidade máxima passível de ser vendida de acordo com o disposto na Cláusula 10.3 (“Ações Ofertadas”), e deverá notificar, por escrito (“Aviso de Venda Privada”), os demais Acionistas (“Acionistas Ofertados”), oferecendo-lhes as Ações Vinculadas e as Ações PBC objeto da pretendida venda. O Aviso de Venda Privada deverá (i) anexar uma cópia da Proposta (incluindo, se houver, o respectivo contrato de compra e venda de ações), (ii) informar o nome e qualificação e identificar o Proponente (e, se pessoa jurídicas, os seus Controladores), (iii) especificar o preço (que deverá ser em dinheiro, sendo desconsiderada, para fins do exercício do direito de preferência aqui previsto, qualquer outra contrapartida que não dinheiro, e que deverá ser alocado entre as Ações Vinculadas e as Ações da PBC que compuserem as Ações Ofertadas de forma que o preço atribuído às Ações da PBC corresponda ao seu custo de aquisição pelo Acionista Alienante e o saldo às Ações Vinculadas), (iv) especificar as condições de pagamento e demais condições da Proposta, (v) informar se a venda enseja a aplicação do Direito de Venda Conjunta, conforme a Cláusula 15, e (vi) conter compromisso irrevogável do Proponente de observar o disposto na Cláusula 10.4 em tudo o que lhe couber e de, caso aplicável e exercido o Direito de Venda Conjunta e não exercido o direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1, adquirir todas as Ações Ofertadas e todas as Ações Ofertadas Adicionais.*

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

(b) Os Acionistas Ofertados terão o prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do Aviso de Venda Privada para exercer direito de preferência para adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, nos mesmos termos e condições da Proposta, na proporção de seus respectivos Percentuais de Participação no Bloco de Controle, excluídas as Ações do Acionista Alienante e as Ações dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(c) Os Acionistas Ofertados que desejarem exercer o seu direito de preferência previsto nesta Cláusula 11.1 deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima, notificar, por escrito, o Acionista Alienante, com cópia para os demais Acionistas Ofertados, informando sobre o exercício de seu direito de preferência. A falta de manifestação de um Acionista Ofertado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias previsto acima será entendida como recusa de tal Acionista Ofertado em exercer o seu direito de preferência.

(d) O(s) Acionista(s) Ofertado(s) que exercer(em) o seu direito de preferência deverá(ão) adquirir todas (e não menos do que todas) as Ações Ofertadas, na proporção de seu(s) respectivo(s) Percentual(ais) de Participação no Bloco de Controle, excluídos os Percentuais de Participação no Bloco de Controle do Acionista Alienante e dos Acionistas Ofertados que não exercerem o seu direito de preferência.

(e) No caso de exercício do direito de preferência, o Acionista Alienante e os Acionistas Ofertados que tiverem exercido o seu direito de preferência deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima.

(f) Caso o Proponente seja um Acionista, conforme permitido pela Cláusula 10.2(b)(i), este Acionista será tratado como um Acionista Ofertado com direito de preferência exercido, independentemente de sua manifestação formal.

(g) No caso de não ser exercido o direito de preferência, o Acionista Alienante e o Proponente deverão consumir a compra e venda das Ações Ofertadas e, se for o caso, das Ações Ofertadas Adicionais, nos termos da Proposta, em todo caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na letra (b) acima. Caso a compra e venda não seja consumada nesse prazo, ou caso haja qualquer alteração nas condições da compra e venda constantes da Proposta, o Acionista Alienante, se ainda desejar vender as Ações Ofertadas, deverá reiniciar o procedimento previsto nesta Cláusula 11.1.

(h) Na hipótese de ser aplicável o Direito de Venda Conjunta, observar-se-á, também, o disposto na Cláusula 15.”

g.Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

O Bloco de Controle, assim como os acionistas da Companhia, garante que os representantes exerçam seus direitos de voto em reuniões dos órgãos de administração da Companhia. Em conformidade com as disposições do acordo de acionistas e em estrita observância das deliberações tomadas nas Reuniões Prévias, de modo a assegurar o fiel e integral cumprimento deste acordo e de tais instruções. O presidente da assembleia de acionistas ou o presidente da reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria não computarão qualquer voto proferido com infração ao presente acordo.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não se aplica.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não houve operações societárias com efeito relevante para Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas de acordo com as práticas e valores de mercado, sendo tais operações realizadas entre a Companhia, seus acionistas controladores, suas subsidiárias, pessoas ligadas a administração e outros. As transações com partes relacionadas da Companhia podem, de forma geral, ser divididas entre:

- (i) transações de cunho operacional; e
- (ii) transações comerciais e demais operações.

No âmbito de suas atividades operacionais, a Companhia realiza transações com suas controladas, tendo em vista sua integração de atividades na cadeia produtiva e comercial. A Companhia observa as mesmas diretrizes e procedimentos que norteiam as negociações e as condições de mercado nos requisitos de competitividade, através de cotações e conformidade, realizadas pela Companhia com partes independentes, sendo vedadas quaisquer transações de não conformidade.

O CPC 5 trata da divulgação sobre partes relacionadas bem como da sua definição. Este referido pronunciamento técnico requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, inclusive aplicado às demonstrações contábeis individuais, de transações e saldos existentes, incluindo compromissos, nas demonstrações contábeis consolidadas e separadas de controladora ou investidores em conjunto da investida ou com influência significativa sobre ela, apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 35 – Demonstrações Separadas e CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

De acordo com a prática adotada pela Companhia, parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada, sendo elas especificadas por:

- (a) Pessoa, ou um membro próximo à família, se:
 - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- (b) Uma entidade nos casos especificados abaixo:
 - (i) a entidade e a Companhia são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são interrelacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
 - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
 - (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
 - (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
 - (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a Companhia e a que está relacionada com a Companhia.
 - (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
 - (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
 - (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da Companhia ou à controladora da Companhia.

A Companhia não possui políticas específicas às transações com partes relacionadas, porém a Companhia adota a prática de submeter os contratos com partes relacionadas primeiramente a um comitê específico, denominado comitê estratégico, e caso seja aprovado neste comitê a transação é submetida à aprovação final, que fica a cargo do Conselho de Administração da Companhia.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	04/01/2016	12.800.000,00	R\$ 6.539.000,00	0	05 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Gabriela Richter Gomes e Sr. Cesar Gomes Neto (membro do conselho de administração da Portobello America) são sócios da Flooring Revestimentos Cerâmicos e também constam no quadro de acionista controlador da Companhia com 3.084.362 ações ordinárias, representando 1,95% do total de ações da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Franquia da Portobello Shop para 3 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões arquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos. Unidades: (1) Rodovia BR 101 , KM 163, 1º Pavimento, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina (2) Avenida Presidente Kennedy, nº 45, Bairro Campinas, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina (3) Terceira Avenida, 2200, Bairro Centro, cidade de Bauneário Camboriú, estado de Santa Catarina.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de franquias acessível às pessoas interessadas. A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Refinadora Catarinense S/A	31/12/2020	56.330.000,00	100.936.000,00	0	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum.						
Objeto contrato	Cessão de créditos tributários, declarados judicialmente em decisão transitada em julgado, originados de benefício fiscal parcela complementar "Polo Ativo".						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato celebrado em caráter irrevogável e irretroatável. O término do contrato opera-se por ocasião da utilização integral (compensação tributária) do crédito apurado em liquidação de sentença.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
A operação está ligada a transações de créditos tributários destacados na nota 4.6 a deste formulário.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Portobello Shop S/A	31/12/2020	805.000,00	R\$ 805.000,00		Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
A PBG é controlador da Portobello Shop com 99.90% de participação.							
Objeto contrato							
Valores a receber decorrentes da operação de venda de produtos para revenda.							
Garantia e seguros							
Não há							
Rescisão ou extinção							
O montante de valores a receber é decorrente das vendas de produtos para revenda pela controlada.							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
PBTECH Comercio e Serviços de Revestimentos Cerâmicos Ltda.	31/12/2019	44.126.000,00	9.534.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
A PBG é controlador da PB Tech Comércio e Participação com 99.94% de participação.							
Objeto contrato							
Venda de produto para a PB Tech Comercio e Serviços Ltda: Lojas Próprias da rede Portobello SHOP							
Garantia e seguros							
Não há							
Rescisão ou extinção							
Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.							
Natureza e razão para a operação							
A PBTECH é responsável pelas lojas próprias da Companhia e, para sua operacionalização é realizada a venda dos produtos pela Companhia.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Companhia Brasileira de Ceramica S.A.	31/12/2019	592.000,00	194.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A PBG é detentora de 98% da Companhia Brasileira de Cerâmica						
Objeto contrato	Venda de produtos da Portobello para utilização na Oficina Portobello.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	Para cumprir com as operações previstas para a Companhia Brasileira de Cerâmica, a Companhia realiza a venda de produtos para a mesma.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.	01/08/2017	11.500.000,00	3.416.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Gabriela Richter Gomes e Sr. Cesar Gomes Neto são sócios da Flooring Revestimentos Cerâmicos e também constam no quadro de acionista controlador da Companhia com 3.084.362 ações ordinárias, representando 1,95% do total de ações da Companhia. Além disto, o Sr. Cesar Gomes Neto é membro do conselho de administração da Portobello America.						
Objeto contrato	Industrialização de produtos para a Portobello						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	A PBG buscava um fornecedor para elaborar protótipos e industrializar os produtos para o grupo e a Flooring foi escolhida em decorrência do conhecimento acumulado. A PBG vislumbrou também um mercado com alto volume de cortes, e a Flooring foi o fornecedor que apresentou capacidade financeira de investimento para atender os padrões de qualidade exigidos pela Portobello. O fornecedor se tornou fornecedor exclusivo da Portobello e o preço é definido através do custo mais margem estabelecida, que é compatível com os produtos produzidos pela Portobello. A PBG avalia o valor justo da Flooring atra						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Multilog Sul Armazens S/A	17/03/2020	6.058.789,42	1.597.000,00	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa Multilog S/A é controladora da empresa Elog Logística. A Elog Logística tem como sócio o acionista controlador da PBG, o Sr. Eduardo Ramos Gomes e Valério Gomes que detém 7.389.076 ações ordinárias ou 4.66% de participação na PBG.						
Objeto contrato	Prestação de serviços de recebimento, armazenagem, separação, e expedição de produtos comercializados pela PBG SA no armazém da MULTILOG em Curitiba/PR.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	O contrato foi realizado inicialmente com ELOG Sul (que não era partes relacionadas da Companhia), foi realizado o orçamento com 3 empresas e a ELOG Sul ganhou a concorrência na época. Após isto, a ELOG Sul foi adquirida pela Multilog que assumiu todas as operações, inclusive o contrato com a PBG. O preço praticado pela Multilog se manteve o acordado com a ELOG Sul, ou seja, não houve modificações.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mineração Portobello Ltda.	31/12/2020	1.467.000,00	R\$ 1.467.000,00	Não há.	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A PBG é controlador da Mineração Portobello Ltda com 99.76% de participação.						
Objeto contrato	A Mineração Portobello realiza a venda de insumos para a PBG						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Mineração Portobello Ltda realiza a extração de insumos e os vende para a Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Portobello Shop S/A	31/12/2020	41.192.000,00	R\$ 41.192.000,00	Não há.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	A PBG é controlador da Portobello Shop com 99.90% de participação.						
Objeto contrato	Dividendos a pagar para a controlada						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	O montante de dividendos a receber pela Companhia de sua controlada Portobello Shop S/A é decorrente da distribuição do resultado do exercício.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Portobello Shop S/A	31/12/2019	37.237.000,00	R\$ 11.831.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A PBG é controlador da Portobello Shop com 99.90% de participação.						
Objeto contrato	Dividendos a pagar para a controlada						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	O montante de dividendos a receber pela Companhia de sua controlada Portobello Shop S/A é decorrente da distribuição do resultado do exercício.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Portobello Shop S/A	31/12/2019	805.000,00	R\$ 0,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A PBG é controlador da Portobello Shop com 99.90% de participação.						
Objeto contrato	Valores a receber decorrentes da operação de venda de produtos para revenda.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	O montante de valores a receber é decorrente da venda de produtos para revenda pela controlada.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Portobello America	01/10/2019	95.422.000,00	R\$ 45.309.000,00	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A PBG é controlador da Portobello America com 100% de participação.						
Objeto contrato	Contas a receber decorrentes da operação de venda de produtos para revenda.						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	O montante de valores a receber é decorrente das vendas de produtos para revenda pela controlada.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Mineração Portobello Ltda.	31/12/2019	986.000,00	0	0	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A PBG é controlador da Mineração Portobello Ltda com 99.76% de participação.						
Objeto contrato	A Mineração Portobello realiza a venda de insumos para a PBG						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	A Mineração Portobello Ltda realiza a extração de insumos e os vende para a Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Neoway Negócios e Tecnologia LTDA	31/12/2019	189.185,75	2.000,00	0	05 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O Sr. Cesar Gomes Junior é configura no quadro de sócios administradores da Neoway, sendo o mesmo também conselheiro e acionista contralador da Portobello, com 24.492.019 ações ordinárias e 15,45% de participação, assim como presidente do conselho de administração e vice presidente de negócios.						
Objeto contrato	A Neoway desenvolveu uma tecnologia da plataforma de captura de informações que é utilizada pela Companhia para fins comerciais.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior ou casos fortuitos.						
Natureza e razão para a operação	Em 2010, a Portobello escolheu a Neoway pela sua expertise para desenvolver um software de captura de obras com objetivo de permitir que a PBG com base nas informações disponibilizadas estabelecesse uma relação comercial com novos clientes. A Neoway é detentora desta plataforma que foi desenvolvida em parceria da PBG em troca da exclusividade do uso.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Decorado Marketplace Ltda. - ME	04/07/2019	549.000,00	300.000,00	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O sócio da empresa Decorado Marketplace, Sr. Gustavo Tremel do Valle Pereira, é filho do diretor presidente da Companhia, o Sr. Mauro do Valle Pereira						
Objeto contrato	Prestação de serviços para realização de imagens virtuais.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	A PBG trabalha com três prestadores para este tipo de serviço e a contratação está sujeita a avaliação de preço e prazo. O acordo com a Decorato foi estabelecido para negociação de um preço fixo mediante contrato, o que se mostrou mais vantajoso para Companhia em comparação com os demais fornecedores que cobram preços variáveis por produção.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sênior Sistemas S/A	11/04/2019	420.000,00	26.000,00	0	03 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Um representante familiar da Gabriela Richter Gomes, que é acionista do grupo de controle (com 1.522.181 ações ordinárias e 0,96% de participação), tornou-se membro da administração da contratada após a celebração do contrato,						
Objeto contrato	Software utilizado pelo departamento de recursos humanos para processamento da folha de pagamento e outros assuntos correlatos da gestão de pessoas.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	A PBG realizou orçamento com 3 fornecedores e a Sênior Sistemas apresentou o menor custo dentro das especificidades necessárias, como por exemplo, interface do sistema da folha com o sistema utilizado pela PBG.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
AB Parking	01/12/2015	192.000,00	0	0	01 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O sócio da AB Parking, Sr. Daniel Gomes Vieira configura no quadro de acionistas controladores da Portobello com 400.000 ações ordinárias ou 0,25% de participação.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de serviço de estacionamento para os demais funcionários localizados no escritório de Florianópolis.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Será rescindido apenas por força maior, casos fortuitos ou inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	O Ab Parking é o único estacionamento localizado no prédio em que o escritório de Florianópolis está instalado e a prestação de serviços leva em considerações valores de mercado.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Solução Cerâmica Comércio Ltda.	01/12/2015	29.800.000,00	232.000,00	0	05 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Sra. Eleonora Ramos Gomes é sócia da Solução Cerâmica e Comércio e também consta no quadro de acionista controlador da Companhia, com 19.301.060 ações ordinárias, representando 12,18% do total de ações da Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Franquia da Portobello Shop para 2 unidades o qual inclui: (i) Direito não exclusivo de explorar o negócio franqueado mediante a operação de unidade franqueada; (ii) Licença de uso, sem exclusividade, das Marcas, dos padrões arquitetônicos e da identidade visual e outros elementos de identificação da rede de franquias; (iii) Acesso aos fornecedores homologados da rede; (iv) fornecimento de instruções e procedimentos. Unidades: (1) Avenida Pacaembu, nº 941, Bairro Pacaembu, São Paulo (2) Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 862, São Paulo.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O contrato será rescindido em caso de: (a) Descumprimento de cláusulas estabelecidas no contrato; (b) Inadimplemento à obrigação de confidencialidade; (c) Inadimplemento à obrigação de não-concorrência; (d) Comercialização de produtos alheios ao mix Portobello Shop (e) Não comercialização de produtos indicados pela franqueadora (f) Aquisição de produtos de empresas concorrentes (g) Tentativa de obtenção de vantagem indevida (h) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência (i) Declaração de insolvência dos sócios operadores (j) Morte ou incapacidade dos sócios operadores (k) Alteração do contrato social da franqueada que importe em afastamento dos sócios operadores (l) Descumprimento de lei (m) condenação por crime (n) constatação de prestação de informações falsas pela franqueada (o) cessão ou transferência dos direitos e obrigações decorrentes do contrato (p) Cessão de títulos do estabelecimento (q) Rescisão por qualquer motivo do contrato de locação.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de franquias acessível às pessoas interessadas. A Franqueada efetua o pagamento da taxa inicial de franquia para cada uma das unidades conforme estabelecido em contrato e a partir do início das operações efetua o pagamento mensal de 30% do total bruto das notas fiscais.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

A Companhia conta com código de ética e conduta que possui um tópico específico de conflito de interesses. Neste tópico são destacadas a classificação e caracterização do conflito de interesses, e a conduta que os profissionais devem seguir para prevenir e evitar isto.

Adicionalmente, todas as operações são realizadas em condições normais de mercado, sendo praticadas nas mesmas condições àquelas praticadas com terceiros as descrições das transações e justificativas de contratação, estão apresentadas no item 16.2 deste formulário de referência.

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na referida política e na Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Ainda, os acionistas da Companhia também observam os dispositivos legais relacionados a abuso de controle e conflito de interesses, como o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, buscando, assim, manter o padrão de governança corporativa da Companhia.

As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas.

Ademais, em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer acionista, membro do Conselho de Administração ou Diretor da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia, reunião de conselho ou reunião de diretoria, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Tal proibição é válida também para manifestações de pessoas consideradas “chave”, com poder decisório, e que se encontrem potencialmente conflitadas em seus interesses.

A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. Dessa forma, a Companhia realiza todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

Caso ocorra conflito de interesses, o mesmo é tratado através da interlocução direta com a parte relacionada, sendo uma situação em que a Companhia é intransigente na defesa e salvaguarda de seus legítimos interesses. O eventual insucesso e ensejará discussão judicial.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Equilibrado Contratual Das Condições, Partes da Onda Pagamento Oligossano - Nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia bem como no item 16.2 destacamos as justificativas para a contratação de cada operação com parte relacionada identificada.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/04/2021	250.000.000,00		154.529.361	0	154.529.361
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/04/2018	1.000.000.000,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	10.434.835,69	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	30/04/2018	10.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

02/04/2019	Assembleia Geral Extraordinária	02/04/2019	60.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

27/04/2021	Assembleia Geral Extraordinária	27/04/2021	50.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram desdobramentos, grupamentos ou bonificações.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2021 foi aprovado o ajuste do valor do Capital Social da Companhia, em razão do aumento de capital e da redução da quantidade de ações ordinárias e nominais da Companhia decorrentes do cancelamento de 3.959.156 ações em tesouraria. Desta forma, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passou para R\$ 250 milhões, dividido em 154.529.361 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. Desse modo, o capital social da Companhia é composto exclusivamente de ações ordinárias. Através de acordo de acionistas firmado em 18 de fevereiro de 2019, em seu tópico 8.1 onde estabelece que, salvo se diversamente acordado pelos acionistas, em Reunião Prévia, os acionistas e a Companhia deverão fazer com que, durante a vigência do acordo, a Companhia anualmente declare, distribua e pague dividendos (ou, em seu lugar, juros sobre o capital próprio, conforme legislação aplicável) em montante igual a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório acima estabelecido.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, é conferido aos titulares das ações ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Política de Negociações de Valores Mobiliários, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010, contém restrições à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas e nas formas ali indicadas. Para maiores informações a respeito da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pessoas a ela vinculadas e principais termos, ver item 20 ("Política de Negociações de Valores Mobiliários) deste Formulário de Referência.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos preteritamente assegurados devem ter amparo legal e institucional.
Outras características relevantes	O Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia preveem que a alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A regra estatutária que limita o direito de voto de acionistas significativos pode ser observada no parágrafo 4º do artigo 44 do estatuto social, sempre por meio de deliberação de assembleia de acionistas, ocasião em que este acionista não vota. De outra parte existem exposições estatutárias que obrigam a realização de oferta pública, que podem ser observadas no artigo 43 e seguintes do estatuto social da Companhia.

Artigo 43 - A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Adquirente” - significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente; (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente; (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

“Controle” - (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle Comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“Controle Difuso” – Aplicável especificamente para fins do art. 51 deste Estatuto Social, significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por acionistas que, em conjunto, sejam detentores de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social e que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle Comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle Comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior 30% (trinta por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades; (e) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (f) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“Preço Justo” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente do Controle à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição exigida pelo artigo 44 deste Estatuto Social, o preço de Aquisição na oferta pública de aquisição será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo 43 e o artigo 44, parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

Artigo 44 - Caso qualquer Acionista Adquirente adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da B3 S.A. e os termos deste artigo 44, estando o Acionista Adquirente obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição, dentro dos prazos máximos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º - A oferta pública de aquisição deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3 S.A.; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) o Preço Justo apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição nos termos deste artigo 44 devidamente atualizado pelo IGPM/FGV até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta pública de aquisição; (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública; (v) valor apurado segundo critério específico determinado pela CVM (caso seja editada regulamentação específica pela CVM); (vi) o valor patrimonial constante do último balanço auditado.

Parágrafo 3º - A realização de oferta pública de aquisição mencionada no caput do presente artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - No caso do Acionista Adquirente não cumprir com qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo 44, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 6º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 180 (cento e oitenta) dias contados do evento que foi atingida tal participação; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

Parágrafo 7º - O disposto neste artigo não se aplica aos Acionistas Adquirentes que na data de encerramento da oferta pública de ações sejam detentores de quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que venham a adquirir novas ações da Companhia, seja ou não no exercício do direito de preferência, desde que, após essas novas aquisições, esse Acionista Adquirente não venha a deter uma participação no capital total da Companhia superior à participação por ele detida na data de encerramento da oferta pública de ações.

Parágrafo 8º - Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações.

Parágrafo 9º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta pública de aquisição prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na oferta pública de aquisição que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo 2º deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da oferta pública de aquisição prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 45 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), Grupo de Acionistas Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação, de acordo com o artigo 46 deste Estatuto Social.

Artigo 46 – Os laudos de avaliação previstos neste Estatuto Social deverão ser elaborados por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Parágrafo 2o - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 47 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia deverá ser efetivada pela própria Companhia, caso a mesma possua reservas legais para a aquisição de todas as ações da oferta, observado que os limites de negociação com as próprias ações serão aplicáveis caso a aceitação não atinja 2/3 das ações em circulação.

Artigo 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 S.A. determinar que os valores mobiliários de emissão da Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no caput deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no caput e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 S.A. para esse fim, o que for menor.

Artigo 49 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 51 - A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão;

Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Artigo 52 - Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão; Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	74.298.941	5,64	2,18	R\$ por Unidade	3,19
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	95.596.541	4,64	3,28	R\$ por Unidade	4,04
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	126.274.361	5,78	4,52	R\$ por Unidade	5,28
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	226.632.134	7,46	6,53	R\$ por Unidade	6,94

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	142.338.561	5,90	4,66	R\$ por Unidade	5,36
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	96.734.914	5,08	4,07	R\$ por Unidade	4,47
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	254.642.638	4,49	3,28	R\$ por Unidade	4,07
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	178.751.124	5,50	3,90	R\$ por Unidade	4,50

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	173.475.449	5,92	5,20	R\$ por Unidade	5,59
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	111.683.694	4,96	4,26	R\$ por Unidade	4,54
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	63.391.359	4,38	3,82	R\$ por Unidade	4,11
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	128.874.282	5,28	4,44	R\$ por Unidade	4,86

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	4ª Emissão
Data de emissão	17/09/2021
Data de vencimento	17/09/2026
Quantidade (Unidades)	300.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos respectivos Investidores Profissionais, exceto pelo lote de Debêntures objeto de eventual Garantia Firme, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476, nos termos dos artigos 13 e 15, parágrafo primeiro da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial o disposto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 476. Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se "Investidor(es) Qualificado(s)" aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução CVM 30.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures, sendo vedado o resgate parcial, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado").
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação individual enviada aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 4.19 acima ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado") com 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo resgate, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) que a Oferta de Resgate Antecipado será relativa à totalidade das Debêntures; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso existente, que não poderá ser negativo; (iii) forma e prazo limite de manifestação, à Emissora com cópia ao Agente Fiduciário, pelo Debenturista que aceitar a adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, que deverá ser um Dia Útil; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos Debenturistas.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação na B3 (Bolsa, Brasil e Balcão) e estão listadas no Novo Mercado, sob o código "PTBL3".

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedade coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros nos últimos três exercícios sociais, portanto o item não se aplica.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Considerando os últimos três exercícios sociais, não foram realizadas ofertas públicas de aquisição pela Companhia referentes a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**Informação complementar ao item 18.5**

A Escritura de Emissão apresenta hipóteses de vencimento antecipado, dentre as quais, destacam-se resumidamente: (i) apresentação de pedido, proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, pela Companhia e/ou Fiadora, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação de falência ou pedido de falência formulado por terceiros não elidido por depósito judicial e/ou contestada no prazo legal contra a Companhia e/ou a fiadora; (ii) não cumprimento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (iii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas em operações bancárias e/ou no âmbito do mercado de capitais da Companhia e/ou da Fiadora; (iv) caso a Escritura de Emissão e as Garantias sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia e/ou pela Fiadora; (v) caso as Garantias não sejam devidamente constituídas, sejam anuladas, ou de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas; (vi) reorganização societária da Companhia; (vii) alteração do controle da Companhia e/ou da Fiadora; (ix) cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão; (x) transformação societária da Companhia; (x) realização de qualquer pagamento de dividendos acima de 50% do valor do lucro líquido da Companhia; (xi) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (xii) redução de capital social da Companhia e/ou da Fiadora; (xiii) se a Escritura de Emissão for declarada inválida, nula ou inexecutável; (xiv) inveracidade das caso quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Fiadora; (xv) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão; (xvi) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia; (xvii) protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra a Fiadora, com valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xviii) decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial, que resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Companhia e/ou pela Fiadora de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xix) caso a Escritura de Emissão ou as Garantias sejam objeto de questionamento judicial por terceiros; (xx) alteração ou modificação do objeto social da Companhia; (xxi) inadimplemento pela Companhia e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação de pagamento de quantia igual ou superior a R\$5.000.000,00, em qualquer acordo ou contrato de que seja parte; (xxii) se a Companhia e/ou a Fiadora alienar ou onerar quaisquer bens de seu ativo de valor correspondente a 10% do valor dos ativos da Companhia e/ou da Fiadora ou R\$10.000.000,00, o que for menor; (xxiii) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor seja igual ou superior a R\$5.000.000,00; (xxiv) caso ocorra qualquer mudança adversa relevante e/ou alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Companhia e/ou da Fiadora; (xxv) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda, pela Companhia de propriedade ou posse, de bens cujo valor seja igual ou superior a 10% dos ativos imobilizados da Companhia; (xxvi) descumprimento, pela Companhia, de determinados índices financeiros.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
14/06/2021	15/06/2021 à 14/06/2022	308.000.000,00	Ordinária		6.542.817	10,000000	71.200	13,98	R\$ por Unidade	1,100000
<p>A data base para a Reserva de lucros é da Informações Financeiras do 1º trimestre de 2021.</p> <p>-Objetivo: O Programa de Recompra de Ações tem por objetivo maximizar a geração de valor para os acionistas, podendo a Companhia manter as ações em tesouraria, para posterior cancelamento ou alienação, bem como utilizá-las em planos de opção de compra.</p> <p>-Ações em circulação e em tesouraria: A Companhia possui atualmente 147.529.703 ações emitidas, sendo 65.428.166 em circulação (free float).</p> <p>-Cancelamento das ações em tesouraria: Todas as ações em tesouraria já foram canceladas.</p> <p>- Forma: A aquisição será realizada em Bolsa de Valores, a preço de mercado, cabendo à Diretoria Executiva decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.</p> <p>-Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: Poderão ser adquiridas até 6.542.817 ações ordinárias, equivalentes, nesta data, a 4,44% das ações totais emitidas pela Companhia e a 10,0% das ações em circulação da Companhia.</p> <p>- Prazo do Programa de Recompra de Ações: O prazo máximo para aquisição das referidas ações é de 365 dias contados a partir de 15 de junho de 2021, encerrando-se em 14 de junho de 2022.</p> <p>-Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: (a) Bradesco S/A CTVM, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1309, 11º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP; (b) Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários SA, com endereço na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 24º andar, São Paulo, SP; (c) XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos E Valores Mobiliários S/A, com endereço na Av. Chedid Jafet, 75 – 30º andar – Torre Sul, Vila Olímpia, São Paulo, SP; e (d) BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP.</p>										
20/01/2021	21/01/2021 à 26/03/2021	250.941.000,00	Ordinária		6.999.658	10,000000	6.999.658	8,91	R\$ por Unidade	10,000000
<p>A data base para a Reserva de lucros é da demonstração financeira de 2020.</p> <p>Foi concluído em 26 de março de 2021 o Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de janeiro de 2021, seguido de divulgação de fato relevante na mesma data.</p> <p>Por meio do referido programa, a Companhia recomprou 6.999.658 ações ordinárias, ao custo médio de R\$ 8,9124 por ação, o que totaliza o valor despendido de R\$ 62.384.451,83.</p> <p>As ações recompradas tem por objetivo a permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.</p>										
31/03/2020	01/04/2020 à 16/12/2020	250.941.000,00	Ordinária		3.959.156	5,000000	3.959.156	4,33	R\$ por Unidade	5,000000

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
A data base para a Reserva de lucros é da demonstração financeira de 2020.										
Foi concluído em 19 de novembro de 2020 o Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de março de 2020, seguido de divulgação de fato relevante na mesma data.										
Por meio do referido programa, a Companhia recomprou 3.959.156 ações ordinárias, ao custo médio de R\$ 4,33 por ação, representando 2,5% do seu capital social.										
As ações recompradas tem por objetivo a permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve movimentação dos saldos de ações em tesouraria nos períodos de 2019, 2018 e 2017. Em 2020 houve a recompra de ações conforme explicado no item 19.1 deste formulário.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não aplicável.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	12/04/2010
Órgão responsável pela aprovação	Assembleia Geral Ordinaria
Cargo e/ou função	Os Diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

Os diretores, os integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, inclusive pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia, ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, preenchendo o Formulário: Valores Mobiliários Possuídos, de Emissão da Companhia, da sua Controladora e de Controladas, que se encontra em poder do Diretor de Relações com Investidores (DRI). Esse Formulário deverá ser atualizado até o 5º dia do mês subsequente em que ocorreram alterações e deverá ser entregue ao DRI. O preenchimento desse Formulário se estende aos valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, de companheiro(a), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente. A posse dos integrantes dos Conselhos de Administração e da Diretoria também fica subordinada à apresentação desse documento. O Diretor de Relações com Investidores ficará encarregado de manter uma via do referido Formulário em pastas segregadas e de encaminhar cópia do mesmo à CVM e à Bolsa de Valores, mediante documento protocolado, podendo ser por meio eletrônico. É exigido que as pessoas mencionadas acima mantenham em seu poder, por um período superior a 90 dias da data de compra, os valores mobiliários adquiridos que sejam de emissão da Companhia, da controladora e de suas controladas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>A própria Companhia, os acionistas controladores, os integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, os diretores e empregados com acesso a informações relevantes, tanto da Companhia como da controladora e das controladas, assim como os respectivos cônjuges, salvo no caso de separação judicial, companheiras(os) e qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, inclusive nas pessoas jurídicas em que essas pessoas possam influenciar nas decisões de negociação de forma direta ou indireta, não poderão negociar (comprar ou vender) ações da Companhia em período de tempo inferior a 15 (quinze) dias antes da entrega à CVM dos Formulários ITR – Informações Trimestrais, DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos Formulários de Referência estabelecidos pela Instrução CVM no. 480/2009, e nos seguintes períodos:</p> <p>(i) No período compreendido entre a data de qualquer decisão do Conselho de Administração e a data da publicação dos respectivos editais ou anúncios, referentes à:</p> <p>*Qualquer forma de aumento de capital social, inclusive com desdobramento de ações;</p> <p>*Distribuição de dividendos, bonificações e desdobramentos.</p> <p>(ii) Em outras épocas que venham a ser especificamente determinadas pela Diretoria, através do Diretor de Relações com Investidores.</p> <p>Do momento em que tomou conhecimento e antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante. A mesma vedação aplica-se aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia. É vedado às pessoas mencionadas acima, realizar com valores mobiliários de emissão da Companhia, da controladora e das controladas, operações nas modalidades a termo, futuro e compra e venda em margem.</p> <p>A Companhia e as pessoas mencionadas acima deverão zelar para que seus contatos comerciais e aqueles com quem mantenham relação societária, comercial, profissional ou de confiança não negociem valores Mobiliários da Companhia quando tiverem acesso a informações privilegiadas. Locais onde a política pode ser consultada.</p> <p>A Política de Divulgação de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, encontra-se disponível no website da Companhia: ri.portobello.com.br no item Governança, sub-item: Códigos e Éticas.</p>
--	---

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia possui Políticas de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 12 de abril de 2010.

A Política de Divulgação de Informações Relevantes visa à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos

~~Relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas~~ Diretores e demais empregados da Companhia, assim como da empresa controladora e das controladas, são obrigados a guardar sigilo sobre informações relativas a atos ou fatos relevantes, ainda não divulgados.

O não cumprimento dessa política configura infração grave, sujeitando os infratores às sanções legais pertinentes.

Estas políticas se aplicam às pessoas mencionadas acima pelo período de 6 (seis) meses após seu afastamento destas funções na Companhia.

As pessoas acima mencionadas deverão ainda zelar para que terceiros, ou seja, o público externo em geral, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, ao prestarem serviços à Companhia que envolvam informações que irão ou que poderão resultar em atos ou fatos relevantes, deem às mesmas, tratamento sigiloso devendo, para tanto, serem adotados os seguintes procedimentos:

- a) Informá-los da existência das políticas relativas ao tratamento de atos ou fatos relevantes;
- b) Incluir nos contratos com terceiros, cláusula relativa à obrigatoriedade da guarda de sigilo;
- c) Quando da inexistência desse tipo de cláusula, exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade;
- d) Informar, mediante correspondência interna ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, a natureza dos serviços que estão sendo prestados à Companhia e as informações de natureza relevante que estão ou que poderão ser geradas, assim como a relação das pessoas envolvidas na atividade, com indicação do nome, cargo, função, endereço, telefone e número no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas ou de Pessoas Jurídicas;
- e) Manter a listagem acima mencionada permanentemente atualizada e remetê-la ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, o qual ficará responsável pela sua guarda por um período de cinco anos.

As pessoas mencionadas acima deverão comunicar de imediato, através de correspondência ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores (e-mail:dri@portobello.com.br) , todo e qualquer fato relevante de que tenham conhecimento, informando o evento que deu origem à informação relevante, a data da sua realização, as matérias abordadas e a listagem das pessoas que dele tomaram conhecimento. Essa comunicação torna-se desnecessária quando o Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relação com Investidores participar do evento, cabendo, então, ao mesmo, coletar essas informações.

O Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores ficará encarregado da guarda de informações e documentos sobre fatos relevantes por um período de cinco anos, a contar da data da primeira reunião que deu origem ao fato, em local com os requisitos necessários à sua segurança. As informações deverão sempre conter a data e os eventos que ocorreram em cada uma das etapas do seu desenvolvimento, assim como a relação das pessoas, internas e externas à Companhia, que foram agregando conhecimento da informação ao longo das atividades desenvolvidas.

O Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores deve comunicar de imediato à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às Bolsas de Valores e determinar a divulgação via imprensa, de todo e qualquer fato relevante de que tenha conhecimento, excetuando-se aqueles que, por determinação do Conselho de Administração, devam ser por ele encaminhado somente à CVM, acompanhado de requerimento solicitando sigilo.

Os canais de comunicação utilizados para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes são:

- a) em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia; e

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos

relativos à manutenção do sigilo sobre informações relevantes não divulgadas (Internet), <https://ri.portobello.com.br/>.

Adicionalmente, o ato ou fato relevante também poderá ser divulgado pelos seguintes meios:

- a) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção de acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- b) correio eletrônico (e-mail);
- c) teleconferência;
- d) reunião pública com investidores, analistas ou com público interessado, no país ou no exterior;
- e) comunicados à imprensa (press releases).

A divulgação por meio da publicação nos jornais poderá ser feita de forma reduzida, desde que indicados os endereços na rede mundial de computadores onde a informação completa estará disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à B3 e CVM.

O ato ou fato relevante poderá ser objeto de divulgação interna para conhecimento geral.

A Companhia não se manifestará sobre rumores existentes no mercado a seu respeito, exceto se influenciarem de modo ponderável a cotação de seus valores mobiliários.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Cabe ao Vice-Presidente de Finanças e de Relação com Investidores, observadas as disposições da Política de Divulgação de Informações e da legislação aplicável, decidir pela divulgação ao mercado e pela comunicação dessas situações aos órgãos públicos e privados pertinentes, desde que constituam informação relevante sobre a Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.